Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17

3.7 - Nível de Endividamento 18

3.8 - Obrigações 19

3.9 - Outras Informações Relevantes 20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 25

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 56

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 59

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 61

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 63

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 64

4.7 - Outras Contingências Relevantes 66

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 67

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 68

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 75

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 80

5.4 - Programa de Integridade 85

5.5 - Alterações significativas 92

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 93

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 94

6.3 - Breve Histórico 95

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 98

6.6 - Outras Informações Relevantes 99

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 100

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 114

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 115

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 118

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 127

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 128

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 139

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 140

7.8 - Políticas Socioambientais 141

7.9 - Outras Informações Relevantes 142

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 148

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 149

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 150

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 151

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 152

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 153

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 154

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 163

9.2 - Outras Informações Relevantes 167

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 168

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 209

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 212

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 218

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 225

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 226

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 227

10.8 - Plano de Negócios 228

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 229

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 248

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 249

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 250

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 261

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 266

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 269

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 270

12.7/8 - Composição Dos Comitês 276

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 280

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 281

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 283

12.12 - Outras informações relevantes 284

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 290

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 296

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 300

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 303

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 309

13.6 - Opções em Aberto 311

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 312

13.8 - Precificação Das Ações/opções 314

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 317

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 318

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 319

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 320

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 321

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 322

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 323

13.16 - Outras Informações Relevantes 324

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 325

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 327

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 328

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 329

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 330

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 331

15.3 - Distribuição de Capital 336

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 337

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 338

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 339

15.7 - Principais Operações Societárias 340

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 351

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 352

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 356

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 371

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 373

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 374

17.2 - Aumentos do Capital Social 375

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 376

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 377

17.5 - Outras Informações Relevantes 378

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 379

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 380

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 381

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 382

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 383

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 387

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 388

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 389

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 390

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 391

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 392

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 393

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 394

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 398

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 399

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 400

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 401

20.2 - Outras Informações Relevantes 403

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 404

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 406

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 408

21.4 - Outras Informações Relevantes 409

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gustavo Henrique Braga Couto**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 50.027.727-3 (SSP-BA) e inscrito no CPF/MF sob o nº 617.152.125-68, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor Presidente da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	31/07/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting , emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB e auditoria independente das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 preparadas de acordo com o BR GAAP e IFRS; (iii) serviços relacionados a auditoria para a emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.298 mil, sendo (i) R$896 mil, correspondente a honorários de auditoria e outros serviços em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out; e (ii) R$ 402 mil de serviços referentes à procedimentos previamente acordados, conforme item (iii) descritas acima nos serviços contratados.
Justificativa da substituição	A mudança dos auditores independentes está em linha com a estratégia da sua controladora, Simpar S.A., que tem por objetivo o plano de otimização dos gastos da Companhia, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de abril de 2021.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ulysses Marcelo Duarte Magalhães	31/07/2017	018.011.427-18	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, -, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403133, e-mail: umagalhaes@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PWC AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	05/04/2021
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à revisão e auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”) relativos aos 3 trimestres de 2021, findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Adriano Correia	05/04/2021	782.785.625-04	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 9-10º, 13-17º and, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, e-mail: adriano.correia@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 05 de abril de 2021, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria independente da Companhia, a partir do primeiro trimestre de 2021, em substituição à KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.536.957.079,79	506.238.228,48	490.753.792,98	581.482.997,28
Ativo Total	5.105.362.515,03	4.225.478.740,62	3.053.849.079,17	2.023.431.540,48
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.185.998.203,01	1.513.187.392,72	1.211.507.983,67	938.945.714,91
Resultado Bruto	418.286.012,78	517.718.731,99	413.101.393,98	314.295.802,40
Resultado Líquido	173.271.806,30	179.191.767,43	141.782.592,90	105.891.783,68
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	911.403.960	191.635.662	95.817.831	287.453.494
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,686400	2,641700	5,121700	2,022900
Resultado Básico por Ação	0,199380	0,935070	1,479700	0,335540
Resultado Diluído por Ação	0,20	0,94	1,48	0,31

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 as seguintes medições não contábeis:

		Período de doze meses findo em	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em		
(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)		30/06/2021 (A + B - C)(*)	30/06/2021 (A)	30/06/2020 (C)	31/12/2020 (B)	31/12/2019	31/12/2018
(1)	EBITDA	805.150	457.816	291.440	638.774	527.624	432.452
(1)	Margem EBITDA	38,8%	38,6%	46,6%	42,2%	43,6%	46,1%
(2)	EBITDA Ajustado	805.150	457.816	291.440	638.774	527.624	425.407
(2)	Margem EBITDA Ajustada	38,8%	38,6%	46,6%	42,2%	43,6%	45,3%
(3)	Dívida Bruta	2.252.121	2.252.121	2.452.065	2.706.005	2.081.575	926.505
(3)	Dívida Liquida	1.909.992	1.909.992	1.835.619	1.920.437	1.581.663	859.853
(4)	Alavancagem Líquida (vezes – "x")	2,37x	N/A	N/A	3,01x	3,00x	1,99x

(*) O cálculo é aplicável apenas para o EBITDA e EBITDA Ajustado

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

Para fins de comparação, estamos apresentando o EBITDA últimos doze meses, o qual é calculado com base na soma do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, acrescido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e subtraído o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

Para fins de comparação, estamos apresentando o Margem EBITDA para os últimos doze meses encerrados em junho de 2021, que é cálculada pela divisão do EBITDA últimos doze meses encerrados em junho de 2021, pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de servicos dos últimos doze meses encerrados em junho de 2021 da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

(2) EBITDA (LAJIDA) AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

A Companhia divulga o EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012 que consiste EBITDA menos o do lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações descontinuadas em 2018.

Para fins de comparação, estamos apresentando o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses, o qual é calculado com base na soma do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, acrescido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e subtraído o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

Para fins de comparação, estamos apresentando o Margem EBITDA Ajustada para os últimos doze meses encerrados em junho de 2021, que é cálculada pela divisão do EBITDA Ajustado dos últimos doze meses encerrados em junho de 2021, pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de servicos dos últimos doze meses encerrados em junho de 2021 da Companhia.

(3) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) empréstimos e financiamentos, (ii) arrendamentos financeiros a pagar e (iii) saldos ativos e/ou passivos de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o saldo de Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(4) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos

3.2 - Medições Não Contábeis

do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

	Período de doze meses findo em	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em		
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	**30/06/2021**	**30/06/2021**	**30/06/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
	(A + B - C)	**(A)**	**(C)**	**(B)**		
Lucro líquido do exercício	276.635	173.272	75.829	179.192	141.782	112.937
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	126.301	81.027	32.997	78.271	57.383	45.732
(+) Resultado financeiro, líquido	107.152	51.403	56.343	112.092	93.488	67.020
(+) Depreciação e amortização	295.062	152.114	126.271	269.219	234.971	206.763
EBITDA	**805.150**	**457.816**	**291.440**	**638.774**	**527.624**	**432.452**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	2.073.807	1.185.998	625.378	1.513.187	1.211.508	938.946
EBITDA	805.150	457.816	291.440	638.774	527.624	432.452
Margem EBITDA	**38,82%**	**38,60%**	**46,60%**	**42,21%**	**43,55%**	**46,05%**

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

	Período de doze meses findo em	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em		
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	**30/06/2021**	**30/06/2021**	**30/06/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
	(A + B - C)	**(A)**	**(C)**	**(B)**		
Lucro líquido	276.635	173.272	75.829	179.192	141.782	112.937
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	126.301	81.027	32.997	78.271	57.383	45.732
(+) Resultado financeiro, líquido	107.152	51.403	56.343	112.092	93.488	67.020
(+) Depreciação e amortização	295.062	152.114	126.271	269.219	234.971	206.763
EBITDA	**805.150**	**457.816**	**291.440**	**638.774**	**527.624**	**432.452**
(-) Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	-	-	-	-	-	7.045
EBITDA Ajustado	**805.150**	**457.816**	**291.440**	**638.774**	**527.624**	**425.407**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	2.073.807	1.185.998	625.378	1.513.187	1.211.508	938.946
EBITDA Ajustado	805.150	457.816	291.440	638.774	527.624	425.407
Margem EBITDA Ajustada	**38,82%**	**38,60%**	**46,60%**	**42,21%**	**43,55%**	**45,31%**

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhares de reais)	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	85.174	146.235	311.261	414.946	188.221
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	-	8.438	5.197	10.537	15.201
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	2.244.668	2.315.655	2.487.969	1.655.894	698.229
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	-	12.163	78	16.246	29.734
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo não circulante)	9.123	-	-	-	-
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo não circulante)	-86.844	-30.426	-98.500	-16.048	-4.880
Dívida Bruta	**2.252.121**	**2.452.065**	**2.706.005**	**2.081.575**	**926.505**
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-38.620	-71.062	-18.405	-322.830	-58.605
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-294.845	-541.110	-760.905	-176.427	-7.253
(-)Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-8.664	-4.274	-6.258	-655	-794
Dívida Líquida	**1.909.992**	**1.835.619**	**1.920.437**	**1.581.663**	**859.853**

Reconciliação da Alavancagem Líquida

	Período de doze meses findo em	Exercício social encerrado em		
(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Dívida Líquida	1.909.992	1.920.437	1.581.663	859.853
EBITDA	805.150	638.774	527.624	432.452
Alavancagem Líquida (vezes – "x")	**2,37x**	**3,01x**	**3,00x**	**1,99x**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não

3.2 - Medições Não Contábeis

contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio que é obtido através da média entre os patrimônios líquidos finais dos períodos apresentados.

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

ROE

R$ - Milhares	30 de junho (LTM)	Período de seis meses findo em 30 de junho	Período de seis meses findo em 30 de junho	Exercício em 31 de dezembro de		
	2021	(A) 2021	(B) 2020	(C) 2020	2019	2018
Lucro Líquido do Período (LTM=A+C-B)	276.635	173.272	75.829	179.192	141.782	112.937
Patrimônio Líquido (Final de Período)	1.536.957	1.536.957	569.222	506.238	490.754	581.483
Patrimônio Líquido Médio (Média do mesmo período)	1.053.090	N/A	N/A	498.496	536.119	637.824
ROE	**26,3%**	**N/A**	**N/A**	**35,9%**	**26,4%**	**17,7%**

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC

R$ - Milhares	30 de junho (LTM)	Período de seis meses findo em 30 de junho	Período de seis meses findo em 30 de junho	Exercício em 31 de dezembro de		
	2021	(A) 2021	(B) 2020	(C) 2020	2019	2018
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	510.088	305.702	165.169	369.555	292.653	218.644
Alíquota de imposto de renda e contribuição social do período	-31,3%	-31,9%	-30,3%	-30,4%	-28,8%	-30,2%
Imposto	(143.294)	(81.027)	(50.081)	(112.348)	(84.284)	(66.030)
NOPAT	**366.794**	**224.675**	**152.698**	**257.207**	**208.369**	**152.614**
Patrimônio Líquido	1.536.957	1.536.957	569.222	506.238	490.754	581.483
Patrimônio Líquido Médio	1.053.090	N/A	N/A	498.496	536.119	637.824
Dívida Líquida	1.909.992	1.909.992	1.835.619	1.920.437	1.581.663	859.853
Dívida Líquida média	1.872.806	N/A	N/A	1.751.050	1.220.758	724.848
Capital Empregado Médio	2.925.895	N/A	N/A	2.249.546	1.756.877	1.362.672
ROIC	**12,0%**	**N/A**	**N/A**	**11,4%**	**11,9%**	**11,2%**

Os valores mencionados de ROE E ROIC não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia em relação ao período findo em 30 de junho de 2021, cuja emissão foi autorizada em 27 de julho de 2021:

- Em 08 de julho de 2021, a Companhia emitiu 1.000.000 de debêntures no montante de R$1.000.000 (um bilhão de reais) via 3ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, espécie quirografárias, dividido em três séries, sendo a primeira série no montante de R$ 311.790 com vencimento em junho de 2029, a segunda série no montante de R$ 223.750 com vencimento em junho de 2031 e a terceira sério no montante de R$ 464.460 com vencimento em junho de 2031. Para todas as séries captadas foram contratados instrumentos derivativos de swap.
- De acordo com a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") realizada em 13 de agosto de 2021, a Companhia aprovou o desdobramento de ações na proporção de 1:4. Conforme CPC 41 / IAS 33 parágrafo 64, houve impacto retrospectivo na média ponderada da quantidade de ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R$ 8.960 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 8.437 mil	Reserva legal: R$ 4.507 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 1.776 mil	Reserva legal: R$ 5.647 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 60.168 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	9,7%	4,4%	58,3%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	170.232.000,00	85.633.000,00	107.290.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	95,040000	97,930000	43,920000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	35,400000	28,890000	19,420000
Dividendo distribuído total	0,00	161.795.000,00	83.857.000,00	47.122.000,00
Lucro líquido retido	0,00	8.437.000,00	1.776.000,00	60.168.000,00
Data da aprovação da retenção		06/05/2021	05/03/2020	08/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00							
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			27.962.000,00	27/12/2020	34.646.000,00	27/12/2019	20.000.000,00	27/12/2019
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			42.558.000,00	27/12/2020	21.408.000,00	27/12/2019	27.122.000,00	27/12/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2020 foi de R$ 1.776 mil da conta de reserva de lucros.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2019 foi de R$ 150.000 mil da conta de lucros retidos.

O montante de juros sobre capital próprio sobre o lucro do exercício declarados no exercício social de 2018 foi de R$ 20.000 mil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	3.568.406.000,00	Índice de Endividamento	2,32000000	
31/12/2020	3.719.241.000,00	Índice de Endividamento	7,35000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Quirografárias		4.112.176,18	199.650.939,48	2.725.643,84	0,00	206.488.759,50
Títulos de dívida	Quirografárias		81.061.823,82	378.537.242,78	911.822.657,72	751.931.516,19	2.123.353.240,51
Total			85.174.000,00	578.188.182,26	914.548.301,56	751.931.516,19	2.329.842.000,01

Observação

As informações referem-se às demonstrações intermediárias consolidadas da Companhia.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		18.084.095,18	23.367.952,55	0,00	0,00	41.452.047,73
Títulos de dívida	Quirografárias		124.439.373,28	364.043.214,29	759.891.870,71	911.748.823,84	2.160.123.282,12
Empréstimo	Quirografárias		173.934.046,66	425.151.983,62	3.843.820,22	0,00	602.929.850,50
Total			316.457.515,12	812.563.150,46	763.735.690,93	911.748.823,84	2.804.505.180,35

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo contém as medições não contábeis derivadas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2019 e combinadas carve-out, para o exercício de 2018, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accouting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os exercícios apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela antiga controladora da Companhia, a JSL S.A. ("JSL"), CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela Simpar S.A., atual controladora da Companhia) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela Simpar, incorporada pela Movida Participações S.A., controlada direta da Simpar).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a controladora JSL na época e, posteriormente, à Simpar, atual *holding* do Grupo Simpar.

Portanto, para o exercício de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Já para o exercício de 2019, o efeito carve-out não será mais aplicável nas demonstrações financeiras, uma vez que todas as operações da Companhia, incluídas ou excluídas, conforme mencionadas anteriormente, já estão sendo consideradas na estrutura societária do Grupo Vamos.

(a) Informar o valor das medições não contábeis com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out

A Companhia divulgou nos últimos dois exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

	Exercício em 31 de dezembro de	
R$ - Milhares	**2019**	**2018**
EBITDA	527.624	452.175
Margem EBITDA	43,6%	46,0%
Dívida Bruta	2.081.575	930.042
Dívida Líquida	1.581.663	863.390

3.9 - Outras Informações Relevantes

Alavancagem Líquida (x)	3,00	1,91

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(2) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) arrendamentos financeiros a pagar e (iv) a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) arrendamentos financeiros a pagar e (iv) a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(3) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida, da Alavancagem Líquida, do ROE e do ROIC com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do exercício	141.782	116.274
(+) Total do imposto de Renda e Contribuição Social	57.383	50.816
(+) Resultado Financeiro Líquido	93.488	66.623
(+) Depreciação e Amortização	234.971	218.462
EBITDA	**527.624**	**452.175**
Receita liquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	1.211.508	983.290
EBITDA	527.624	452.175
Margem EBITDA	**43,6%**	**46,0%**

R$ - Milhares	Em 31 de dezembro de	
	31/12/2019	31/12/2018
(+) Risco sacado a pagar – montadoras	-	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	414.946	189.109
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	10.537	15.201
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	1.655.894	700.877
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	16.246	29.735
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-16.048	-4.880
Dívida Bruta	2.081.575	930.042
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-322.830	-58.605
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-176.427	-7.253

3.9 - Outras Informações Relevantes

(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-655	-794
Dívida Líquida	**1.581.663**	**863.390**

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Líquida	1.581.663	863.390
EBITDA	527.624	452.175
Alavancagem Líquida (x)	**3,00**	**1,91**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza o indicador não contábil EBITDA para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a um indicador financeiro utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e margem EBITDA são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e margem EBITDA não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas de operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested* Capital é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

ROE

R$ - Milhares	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	141.782	116.274
Patrimônio Líquido	490.754	642.964
Ajuste[1]	-	
Patrimônio Líquido Ajustado	490.754	642.964
Patrimônio Líquido Médio	566.859	676.142
ROE	**25,0%**	**17,2%**

ROIC

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	292.653	233.713
Alíquota de imposto de renda e contribuição social do período	(28,8%)	(30,4%)
Imposto	(84.284)	(71.078)
NOPAT	208.369	162.635
Patrimônio Líquido	490.754	642.964
Patrimônio Líquido Médio	566.856	676.142
Dívida Líquida	1.581.663	863.390
Dívida Líquida média	1.222.527	759.749
Capital Empregado Médio	1.789.382	1.435.891
ROIC	**11,6%**	**11,3%**

Os valores mencionados de ROE E ROIC não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Informações adicionais sobre contratos financeiros

Parte dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, bem como da documento de emissão dos valores mobiliários de dívida emitido pela Companhia, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas em aberto, em caso de vencimento antecipado (*cross acceleration*) ou de descumprimento (*cross default*) de obrigações de outro contrato financeiro firmado com a mesma contraparte e/ou de qualquer contrato financeiro, observados os limites estabelecidos. Para mais informações sobre os contratos mencionados acima, veja o item 10.1 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais. Para maiores informações sobre os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

riscos associados ao endividamento da Companhia, vide fator de risco intitulado "*A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social*" deste Formulário de Referência.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais e prejudicar os seus acionistas.

O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global e local, nas indústrias mundiais e locais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo.

Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos e fechamento do comércio, o que levou à redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais ou locais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, incluindo a cotação das ações ordinárias de emissão das empresas que compõem o Grupo Simpar, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Ainda, novas ondas do COVID-19, incluindo variantes que têm emergido globalmente, podem causar impactos ainda mais profundos na economia e no mercado de capitais global, incluindo crises e estagnação econômica, bem como novas quedas da bolsa de valores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, veja item 10.9 deste Formulário de Referência.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão. Além disso, não é possível garantir que tais financiamentos, inclusive via emissões de dívidas e/ou operações securitizadas, serão obtidos em custos ou com taxas de desconto razoáveis. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto negativo na renovação e expansão da frota e, consequentemente, na competitividade da Companhia, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados e, consequentemente, a condição financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental no sucesso das operações da Companhia. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia não mantém seguro contra todos os riscos a que está exposta.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior, atos de terrorismo, interrupção de certas atividades e riscos cibernéticos.

Proporcionalmente, os ativos não cobertos por seguros correspondem a aproximadamente 80% do total de ativos da Companhia. Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária, ou caso o sinistro não esteja coberto pelo seguro contratado ou se enquadre nas hipóteses de não cobertura. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive para o seu canal de vendas. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (Leasing) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Companhia pode vir a enfrentar processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária e trabalhista, cujos resultados desfavoráveis podem impactar de forma relevante a Companhia. Se o total, parcela ou algum desses processos judiciais, administrativos e arbitrais for decidido de forma desfavorável para a Companhia, isso pode ter um impacto adverso material nos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e na sua imagem perante o mercado. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira ou sua liquidez.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas da Companhia são ou podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e suas controladas de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente. Para maiores informações sobre os procedimentos dos administradores da Companhia, vide item 12.12 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, ou em que optem por não exercer tal direito, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente no Projeto de Lei nº 3.061, o qual tem por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas. Assim sendo, tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados.

A maior parte das concessionárias e lojas de seminovos da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Na data deste Formulário de Referência, das 52 concessionárias e lojas de seminovos da Companhia, 44 estão localizadas em imóveis alugados de terceiros e sobre os quais a Companhia não possui plena propriedade, apenas posse direta. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais sem a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas concessionárias e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas.

Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, nosso direito de preferência só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas, o que nos permite adjudicar judicialmente os imóveis na hipótese de o nosso direito de preferência não ser observado. Se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, teremos somente o direito de pleitear indenização por perdas e danos.

Além disso, se decidirmos fechar qualquer uma das nossas unidades localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, poderemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tal multa poderia nos afetar adversamente, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade.

A Companhia pode não conseguir obter, manter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de permissões, autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos imóveis e funcionamento das operações. Parte das licenças municipais de funcionamento e dos alvarás do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, os processos de pedido de emissão não foram iniciados. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos a relativos aos imóveis, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas; (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado dos seus contratos

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a alienação do ativo ao término deste ciclo, sendo o seu volume e preço na revenda, determinantes para alcançarmos o retorno mínimo esperado de cada operação. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e *compliance* podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei n° 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei n° 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção, em alinhamento à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (em conjunto, a "Legislação Brasileira de Combate à Corrupção").

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iii) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou (iv) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública por até 5 anos, entre outras. Essas sanções, se aplicadas, podem ter efeito adverso relevante sobre a Companhia, bem como afetar material e adversamente seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia, incluindo o Comitê de Auditoria Interna e da Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, podem não ser capazes de detectar ou evitar: (i) violações à Legislação de Combate à Anticorrupção, exemplificada acima ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Da mesma forma a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos não somente na Lei Anticorrupção e seu Decreto regulamentador 8.420/2015, mas também na Lei o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*).

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas suas demonstrações financeiras. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Para mais informações, ver Seção 10.1(f) do Formulário de Referência.

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e, como resultado, reduzir seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

A existência de taxas de inadimplência e o atraso nos pagamentos pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

A Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente do "contas a receber" de clientes e "caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras". Caso os ativos caracterizados pela Companhia como estimativa de perda de créditos duvidosos não sejam efetivamente pagos, poderão afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar ou evitar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes por parte dos funcionários ou membros da alta administração da Companhia, ou mesmo terceiros agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não). Caso os funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia, ou agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas da Companhia, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e a reputação da Companhia. Essa responsabilização pode se dar, inclusive, mas não se limitando, por aplicação de multa prevista na Lei Anticorrupção, que pode chegar até 20% do faturamento bruto da Companhia. Além disso, a falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em sua reputação e seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, passando a transformar a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, e as sanções administrativas previstas, tratadas nos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, entraram em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A Companhia, devido às suas atividades, coleta, utiliza, armazena e gerencia dados pessoas de seus usuários, funcionários, fornecedores e outros terceiros. Tais dados pessoas podem ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, especialmente, invasões, violações, bloqueios, sequestros ou vazamentos.

A Companhia, de acordo com a LGPD, tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus usuários e parceiros comerciais. Os titulares de dados pessoais tratados pela Companhia têm todos os seguintes direitos, que devem ser garantidos pela Companhia: (a) obter confirmação da existência do tratamento de dados pessoais; (b) acessar seus dados pessoais; (c) retificar dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; (d) realizar a portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um serviço ou produto (conforme regulamentação adicional da ANPD); (e) solicitar a anonimização, bloqueio e exclusão de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD; (f) obter informações sobre os órgãos públicos e privados com os quais o responsável pelo tratamento tenha compartilhado os seus dados; (g) possibilidade de negar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais e ser informado sobre as consequências de tal recusa; (h) revogar o consentimento (i) solicitar a revisão de decisões automatizadas que possam afetar os seus interesses; (j) peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional; (k) opor-se ao tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso descumprimento ao disposto na LGPD.

A LGPD também dispõe que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados pessoais, inclusive mediante avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento de dados; (ii) meios e duração do tratamento de dados; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações e finalidade do compartilhamento de dados pessoais com terceiros; (vi) descrição da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos; (vii) e menção explícita aos direitos dos titulares.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Em relação às sanções administrativas, caso a Companhia não esteja em conformidade com a lei em questão, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

A Companhia também deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação e regulação vigente e aplicável em desenvolvimento quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A infraestrutura de Tecnologia da Informação da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar: ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware (como vírus de computador), ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia do COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as nossas plataformas e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis aos problemas de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, é importante ressaltar a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O acionista controlador direto da Companhia, a Simpar, detém o controle da Companhia. Tal acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, alguns membros da Diretoria da Companhia são beneficiários de plano de incentivo de longo prazo, detendo opções de compra de ações de emissão de sua controladora direta, o que pode influenciar a tomada de decisão destes membros no sentido de maximizar a cotação das ações de emissão da controladora, e não só da companhia, o que pode ser mais sensível no tocante a decisões relacionadas a contratação de transações com partes relacionadas. Ver o item 16.1 para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas aos índices financeiros de sua Controladora.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, a Simpar. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte sejam suas controladas ou coligadas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras pela Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Ainda, os fornecedores da Companhia, por meio dos referidos contratos de concessão, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação de seus estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar em custos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos de concessão, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como a consolidação de um estoque atraente, por exemplo, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

Adicionalmente, tendo em vista que os fornecedores de veículos geralmente distribuem seus veículos entre seus concessionários com base nos respectivos históricos de venda e nos relacionamentos existentes entre fornecedores e concessionários, e que o histórico de vendas depende da capacidade dos fornecedores da Companhia de projetarem e produzirem veículos desejados pelo público, caso os automóveis produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, ou a capacidade da Companhia de consolidar estoque de veículos desejados pelo público reste prejudicada, seus resultados operacionais e financeiros podem ser afetados negativamente.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Há poucas montadoras de caminhões com capacidade instalada limitada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia renovar e expandir sua frota operacional.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, consequentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A Companhia está sujeita ao risco de rescisão ou não renovação de contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com seus principais clientes ou não celebração de novos contratos de caminhões, máquinas e equipamentos.

A atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos junto a clientes representa uma importante atividade realizada pela Companhia. O insucesso na implementação de sua estratégia ou caso seus atuais clientes rescindam ou não renovem os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com a Companhia ou caso a Companhia não seja capaz de obter novos contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, ela pode sofrer uma redução significativa da sua receita, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A busca de alternativas na forma de transporte por nossos clientes pode impactar adversamente a Companhia

Aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam nossa frota como sua fonte de prestação de serviço. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços incialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil é altamente competitivo, o que pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Em 30 de junho de 2021, 23% da receita bruta contratada da Companhia era decorrente de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadoria no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, ela pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia, como, por exemplo, caso o Governo opte por reduzir a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos, medida que vigorou no período de 2012 e 2013. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação tributária podem impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Ainda, algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Dentre as hipóteses de controvérsia na interpretação da legislação fiscal estão aquelas relativas à forma e ao prazo para a apuração dos créditos relativos à Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") em relação aos caminhões, máquinas e equipamentos registrados no ativo imobilizado da Companhia, outros créditos fiscais, entre outras. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Relevante observar que o Governo Brasileiro pretende implementar uma reforma tributária dos tributos federais. Em 21 de julho de 2020, o Projeto de Lei 3.887/2020 foi apresentado, pretendendo extinguir o PIS e a COFINS e substituí-los pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, um tributo não-cumulativo com alíquota de 12%. Atualmente a Companhia adota recolhimento do PIS e da COFINS no regime de não-cumulatividade pela alíquota conjunta de 9,25%, ou seja, caso instituída a CBS, da maneira como proposta, poderá haver majoração na alíquota da contribuição sobre receitas.

Outra alteração proposta prevê a possibilidade de apropriação de créditos correspondentes ao valor da CBS destacado em documento fiscal relativo à aquisição de bens ou serviços, diferentemente do regime atual que prevê tomada de créditos sobre gastos com insumos.

Adicionalmente, existem diversos outros projetos de lei em tramitação no Congresso brasileiro com o objetivo de implementar uma reforma tributária ampla, incluindo propostas para mudar completamente o sistema de tributação do consumo. Uma dessas propostas extinguiria três impostos federais - o IPI, o PIS e a COFINS - além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na esfera estadual, e o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("ISS") na esfera municipal, em favor de um novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, ou "IBS", que pode impactar as atividades de locação de bens móveis. Projetos de lei adicionais também podem ser apresentados no contexto de uma ampla reforma tributária prevista pelo governo brasileiro. Além disso, há discussões recentes sobre a potencial imposição de novos impostos, incluindo novos impostos sobre empréstimos compulsórios, impostos sobre patrimônio substancial e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como discussões sobre a revogação da isenção do imposto de renda aplicável na distribuição de dividendos. Uma reforma tributária ou qualquer mudança nas leis e regulamentos que afetam os impostos ou incentivos fiscais aplicáveis a nós podem direta ou indiretamente afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

O Governo Federal Brasileiro anunciou e apresentou ao Congresso Nacional (i) o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que trata de diversas mudanças nos tributos incidentes sobre receitas; e (ii) o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e em que medida a Companhia será afetada.

Atualmente, o projeto aguarda apreciação do plenário da Câmara dos Deputados e as propostas ainda poderão sofrer alterações, incluindo em decorrência da decisão de controvérsias nos tribunais administrativos e judiciais acerca da composição da base de cálculo do PIS e da COFINS. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, ela pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros, tendo em vista que as operações estão concentradas no Brasil.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Tais normas obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas – variando de R$50,00 a R$50.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, sem prejuízo da condenação para reparação de possíveis danos ambientais causados. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos poderão aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Qualquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante seus negócios, resultados, situação financeira e perspectivas.

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção ao meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em suas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro. Para mais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

informações acerca da legislação ambiental a que a Companhia está sujeita vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

Em meio a esse cenário de incertezas políticas e econômicas, em agosto de 2016, o Senado brasileiro aprovou a destituição de Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, após um processo de impeachment judicial e administrativo por infração às leis orçamentárias. Michel Temer, o ex-vice-presidente que assumiu a presidência do Brasil após a destituição de Dilma Rousseff, também está sob investigação por acusações de corrupção. Além disso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderava as pesquisas como principal candidato à vitória nas eleições presidenciais de 2018 quando começou a cumprir uma sentença de 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro em abril de 2018. Em novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal reinterpretou seu entendimento da constituição brasileira, permitindo que os réus permaneçam em liberdade enquanto apelam de suas condenações criminais. Como resultado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi libertado da prisão. Em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou todas as condenações proferidas contra o ex-presidente Lula pela 13ª Vara Federal de Curitiba. O ministro decidiu que tal juízo não tinha competência para julgar e determinou que os processos fossem encaminhados à Justiça Federal do Distrito Federal. Assim, as condenações que retiraram os direitos políticos de Lula, incluindo o direito de ser eleito em quaisquer eleições presidenciais, não são mais válidas, o que lhe permite concorrer às eleições de 2022 no Brasil. Tal desenvolvimento aumentou a incerteza em relação ao clima político no Brasil.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Recentemente, diversos procedimentos de impeachment foram protocolados em relação ao gerenciamento da resposta à pandemia da COVID-19 pelo referido presidente. Ademais, em fevereiro de 2021, Bolsonaro substituiu o presidente da Petrobrás por um general do Exército. Tal medida sugere uma agenda mais intervencionista por parte do governo e tiveram um efeito adverso no mercado de capitais brasileiro.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo um potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no país, inclusive nos negócios da Companhia.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais relacionadas à Operação Lava Jato e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, os efeitos desestabilizadores da pandemia COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, principalmente após a demissão de vários ministros de alto escalão do governo federal e alegações de corrupção contra o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que foi criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente.

O recente clima político e econômico de instabilidade produziu uma percepção negativa da economia brasileira e maior volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, o que também pode afetar adversamente nossos negócios e ações ordinárias. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incerteza política também pode afetar adversamente nossos negócios e ações ordinárias.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem afetar as decisões de investimento e poupança, resultando em maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro, além da potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira. Estes fatores podem afetar material e adversamente a confiança de investidores em ativos brasileiros, o que, consequentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 4,52% em 2020, 4,31% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$4,03. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$5,19. Em 30 de junho de 2021, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$4,97. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

- Standard & Poor´s inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

- Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os ratings de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.

•Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2019, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R$4,8 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 55% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Além disso, o preço das ações está frequentemente sujeito a volatilidade. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, tal como a recente crise entre Estados Unidos e Irã, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, consequentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o consequente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossas controladas, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, em nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como restrições à circulação de bens e pessoas, quarentena de pessoas que transitaram por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas, e essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo os setores de atuação das controladas da Companhia.

Levando em consideração as previsões de recessão mundial, em função dos impactos significativos e possivelmente duradouros da COVID-19, o Banco Central do Brasil divulgou que o PIB brasileiro teve uma queda de 4,1% em 2020 em comparação a 2019. Adicionalmente, as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas.

Em março de 2021, novas regulamentações governamentais foram impostas em várias cidades em todo o Brasil exigindo medidas de distanciamento social e outros fechamentos à medida que o número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas com COVID-19 continuaram a aumentar, com o acompanhamento de estresses nos sistemas hospitalares em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, uma proporção relativamente baixa da população brasileira recebeu vacinas devido à escassez de suprimentos e atrasos na aprovação regulatória brasileira de certas vacinas.

É importante ressaltar que a imunização da população contra a COVID-19 ainda está incompleta, com apenas 20% da população tendo recebido as duas doses. A incerteza quanto à eficácia das vacinas e o fato de poderem surgir novas cepas ou mutações do vírus que tornem a vacinação insuficiente ou ineficiente podem dificultar ou impossibilitar o controle da pandemia e contribuir para que novas restrições surjam, afetando de forma negativa nossos negócios e operações.

A extensão em que o surto do COVID-19 afeta nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo depois que o surto do COVID-19 diminuir, podemos continuar a ter impactos adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro. Os impactos da pandemia do COVID-19

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem trazer reflexos negativos para a economia brasileira e mundial e vir a afetar negativamente, direta ou indiretamente a Companhia e suas controladas. A título de exemplo, a receita do segundo trimestre de 2020 da Companhia foi impactada negativamente principalmente no setor automotivo, visto que as plantas das principais montadoras do país ficaram fechadas em abril de 2020. Para maiores informações sobre o impacto do COVID-19 em nossos negócios, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

Os Instrumentos financeiros da Companhia e suas entidades controladas ("Grupo") afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

Risco de variação de taxa de juros e de câmbio

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado às quais a Companhia está exposta. O Grupo possui exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado no que se refere, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, os empréstimos são contratados em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar").

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para o cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia. A Companhia está exposta ao risco de liquidez no que se refere aos seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos bancários e financiamentos, incluindo sua capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais, fornecedores e outras contas a pagar.

Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, arrendamento por direito de uso, e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

O estudo da Administração considera em 30 de junho de 2021 as seguintes taxas prováveis, impactando proporcionalmente as dívidas e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras do Grupo: CDI em 6,57% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); SELIC de 6,52% a.a. (fonte: B3) e taxa do Dólar norte-americano ("Dólar") de R$ 5,26 (fonte: B3).

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos no resultado em 30 de junho de 2021, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

						Consolidado
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa média provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Derivativos designados como *hedge accounting*						
Swap - Valor nocional (em milhares de dólares)	40.000	Aumento do USD	5,26	210.427	263.034	315.641
Crédito internacional 4131 (objeto) (em milhares de dólares)	(40.000)	Aumento do USD	5,26	(210.427)	(263.034)	(315.641)
Swap - Valor nocional (em milhares de reais)	98.036	Aumento do CDI	6,57%	6.441	8.051	9.662
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(98.036)	Aumento do CDI	6,57%	(6.441)	(8.051)	(9.662)
Swap - Valor nocional (em milhares de reais)	121.964	Aumento do CDI	6,57%	8.013	10.016	12.020
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(121.964)	Aumento do CDI	6,57%	(8.013)	(10.016)	(12.020)
Swap - Valor nocional (em milhares de reais)	502.652	Aumento do CDI	6,57%	33.024	41.280	49.536
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(502.652)	Aumento do CDI	6,57%	(33.024)	(41.280)	(49.536)
Swap - Valor nocional (em milhares de reais)	400.000	Aumento do CDI	6,57%	26.280	32.850	39.420
CRA (objeto) (em milhares de reais)	(400.000)	Aumento do CDI	6,57%	(26.280)	(32.850)	(39.420)
Opção de compra IDI (Posição comprada em opção de Compra "call" curva	(962.048)	PRÉ-FIXADO	6,53%	(62.822)	(62.822)	(62.822)
Opção de compra IDI (Posição comprada em opção de Compra "call" curva	962.048	Aumento do CDI	6,53%	62.822	78.528	94.233
Efeito líquido da exposição	**-**			**-**	**15.706**	**31.411**
Efeito líquido da exposição cambial						
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(199.163)	PRÉ-FIXADO	8,87%	(17.666)	(17.666)	(17.666)
Swap 4131 - Valor nocional (ativo)	199.163	PRÉ-FIXADO	8,87%	17.666	17.666	17.666
Swap - Valor nocional (passivo)	(196.041)	Aumento do CDI	6,57%	(12.880)	(16.100)	(19.320)
Efeito líquido da exposição	**(196.041)**			**(12.880)**	**(16.100)**	**(19.320)**
Efeito líquido da exposição de taxa						
Empréstimos e financiamentos (CRA)	(98.923)	PRÉ-FIXADO	9,13%	(9.034)	(9.034)	(9.034)
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	98.923	PRÉ-FIXADO	9,13%	9.034	9.034	9.034
Empréstimos e financiamentos (CRA)	(123.125)	PRÉ-FIXADO	8,79%	(10.824)	(10.824)	(10.824)
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	123.125	PRÉ-FIXADO	8,79%	10.824	10.824	10.824
Swap - Valor nocional (passivo)	(221.353)	Aumento do CDI	6,57%	(14.543)	(18.179)	(21.815)
Efeito líquido da exposição	**(221.353)**			**(14.543)**	**(18.179)**	**(21.815)**
Empréstimos e financiamentos (CRA)	(543.093)	PRÉ-FIXADO	10,84%	(58.874)	(58.874)	(58.874)
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	543.093	PRÉ-FIXADO	10,84%	58.874	58.874	58.874
Swap - Valor nocional (passivo)	(504.189)	Aumento do CDI	6,57%	(33.125)	(41.406)	(49.688)
Efeito líquido da exposição	**(504.189)**			**(33.125)**	**(41.406)**	**(49.688)**
Empréstimos e financiamentos (CRA)	(424.871)	PRÉ-FIXADO	8,78%	(37.293)	(37.293)	(37.293)
Swap CRA - Valor nocional (ativo)	424.871	PRÉ-FIXADO	8,78%	37.293	37.293	37.293
Swap - Valor nocional (passivo)	(402.343)	Aumento do CDI	6,57%	(26.434)	(33.043)	(39.651)
Efeito líquido da exposição	**(402.343)**			**(26.434)**	**(33.043)**	**(39.651)**
Efeito líquido das operações de *hedge accounting*	**(1.323.926**			**(86.982)**	**(93.022)**	**(99.063)**
Demais operações - Pós-fixada						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	19.407	Aumento do CDI	6,57%	1.275	1.594	1.913
Títulos e valores mobiliários – LFT	168.745	Aumento da SELIC	6,52%	11.002	13.753	16.503
Outros investimentos (Títulos e valores mobiliários)	39.188	Aumento do CDI	6,57%	2.575	3.219	3.863
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(72.517)	Aumento do CDI	6,57%	(4.764)	(5.955)	(7.146)
Empréstimos e financiamentos – CRA I	(178.045)	Aumento do CDI	7,47%	(13.300)	(16.625)	(19.950)
Empréstimos e financiamentos – CRA II	(208.172)	Aumento do CDI	8,94%	(18.611)	(23.264)	(27.917)
Empréstimos e financiamentos – CRA III	(517.885)	Aumento do CDI	10,84%	(56.139)	(70.174)	(84.209)
Empréstimos e financiamentos – CRA IV	(413.176)	Aumento do CDI	8,78%	(36.277)	(45.346)	(54.416)
Empréstimos e financiamentos – CCB	(11.388)	Aumento do CDI	7,91%	(901)	(1.126)	(1.352)
Empréstimos e financiamentos – Debêntures	(805.903)	Aumento do CDI	8,38%	(67.535)	(84.419)	(101.303)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

						Consolidado
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa média provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - Demais operações - Pré-fixadas	**(1.979.746**			**(182.67**	**(228.343)**	**(274.014)**
Títulos e valores mobiliários – LTN	95.574	PRÉ-FIXADO	6,57%	6.231	6.231	6.231
Arrendamentos por direito de uso	(65.459)	PRÉ-FIXADO	8,96%	(5.865)	(5.865)	(5.865)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixada	**30.115**			**366**	**366**	**366**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(3.273.557)**			**(269.29 1)**	**(320.999)**	**(372.711)**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em 30 de junho de 2021.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre os processos criminais e ações civis públicas envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 12.13 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades.

Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 15 de janeiro de 2021 e sua aplicação é monitorada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A política de gestão de risco da Companhia estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) grupos:

Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Riscos de crédito: : são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, ou que, de forma geral, possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (*compliance*): são decorrentes da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. operações em seus estabelecimentos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte, de acordo com a metodologia adotada:

I. Identificação dos riscos

Por meio da atividade de Self Assessment que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela área de Riscos e Controles Internos, onde participam os gestores dos processos e demais áreas envolvidas. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita são documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem.

II. Avaliação e Análise dos Riscos por meio de:

- Percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência com os gestores e diretores de todas as linhas de negócios classificando-os por meio de: fatores qualitativos, sendo:

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade versus impacto de sua ocorrência é representado na matriz de riscos (Matriz 3x3), onde os dados de percepção dos impactos e probabilidades são inseridos na matriz que irá calcular o risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

- Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, a avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.
-
- Declaração de apetite a Risco: As declarações de apetite a riscos são expressas através de parâmetros quantitativos e fatores qualitativos.

III. Tratamento dos riscos: Classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de Controles Internos nas áreas selecionadas.

- Após a avaliação do risco, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos, podendo decidir entre evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.
- Implementação de controles e/ou processo para acompanhamento
- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis.
- Fórum específico (Comitê de Gerenciamento de Riscos) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

IV. Monitoramento dos riscos que afetam a companhia por meio de:

- Indicadores que demostram a probabilidade, impacto, tolerância, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, através de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – American Institute Of CPAs – Instituto Americano de Contadores.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Ademais, por meio de um Fórum específico (Comitê de Auditoria) é realizado o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é formada por uma Função de Controles Internos, Riscos, e Conformidade, o Comitê de Ética e Conformidade, a área de Auditoria Interna, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da Companhia, e, no que tange às atividades de gerenciamento de riscos e controles internos, o Comitê de Controles Internos e Riscos da Controladora, cujas atribuições estão descritas abaixo:

Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade: A Companhia implementou uma Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, que é responsável por executar as funções de *compliance*, controles internos e gerenciamento de riscos corporativos na Companhia e liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitigar e prevenir referidos riscos, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas da Companhia. Assim, cabe à Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade : (i) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) atualizar as diretrizes do Código de Conduta: e disseminá-las entre funcionários e terceiros; (ii) informar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação; (iv) reparar relatórios de monitoramento dos riscos de Conformidade para Comitê de Controles Internos e Riscos; (v) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia; (vi) apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos de conformidade; (vii) avaliar as cláusulas de conformidade/*compliance* dos contratos da Companhia; (viii) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/*compliance* impostas por clientes e terceiros; e (ix) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade os indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados. A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Interno e Conformidade se reporta à Diretoria e aos Comitês de Auditoria e de Ética e Conformidade da Companhia. Além disso, especificamente com relação aos assuntos relacionados a controles internos e gerenciamento de riscos, a referida função se reporta ao Comitê de Controles Internos e Riscos da Simpar, um dos responsáveis por gerenciar questões de controles internos e gerenciamento de riscos em todas as empresas do Grupo Simpar; (x) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação; (xi) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação; (xii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Auditoria da Companhia; (xiii) apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos; (xiv) avaliar o funcionamento dos controles existentes com objetivo de garantir que os mesmos sejam efetivos na mitigação dos potenciais riscos envolvidos; (xv) auxiliar as áreas nas atividades de identificação/implantação/adequação de controles internos; (xvi) identificar a necessidade de implantação de novos controles e/ou aprimoramento nos controles existentes; (xvii) manter atualizada a matriz de segregação de função e verificar e tratar anualmente os conflitos de segregação de função

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

nos sistemas utilizados na Companhia; (xviii) confeccionar e/ou revisar a matriz de riscos e controles;

Diretoria: É responsável por (i) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*), e prestar contas ao Conselho de Administração da Companhia sobre essa avaliação; e (ii) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

Administradores: A Administração é responsável por atuar diretamente no gerenciamento de riscos, privilegiando: a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Assim, cabe à Administração: (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos; (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade; (iii) planejar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade; e (iv) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua reponsabilidade ao Comitê Auditoria da Companhia e ao Comitê de Controles Internos e Riscos da Simpar, sempre que solicitado.

Comitê de Auditoria: A Companhia constituiu um Comitê de Auditoria, composto por 3 (três) membros, sendo um deles conselheiro independente da Companhia com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Cabe ao Comitê de Auditoria: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de *Compliance* da Companhia; (vi) adotar meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção –e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como definir, recomendar a aplicação de medidas disciplinares cabíveis, e garantir a proteção ao denunciante e a confidencialidade da informação; (vii) avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações; (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado ao Conselho de Administração juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia; e (ix) receber reportes da Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e do Comitê de Ética e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de *Compliance* da Companhia. O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e a ele se reporta; (x) aprovar o Código de Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Controles Internos e suas futuras revisões destes documentos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Auditoria Interna: A Auditoria Interna da Companhia é terceirizada e possui estrutura e orçamentos considerados suficientes ao desempenho de suas funções. A Auditoria Interna é responsável por (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (ii) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (iii) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais, de imagem e de *compliance*) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração A Auditoria Interna reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração. A Companhia contratou empresa terceirizada para executar o seu plano de auditoria interna para o exercício de 2020, sendo que as conclusões dos trabalhos foram reportadas diretamente ao Comitê de Auditoria da Controladora. O mesmo modelo será adotado para o exercício de 2021.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é o órgão central do sistema de governança e é responsável pela perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo prazo. Portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Além disso, o Conselho de Administração é responsável por: (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas; (ii) definir o nível de apetite a riscos da Companhia; (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e (iv) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas futuras revisões.

Comitê de Ética e Conformidade: É órgão não estatutário e de caráter permanente da Companhia, que tem por objetivo assessorar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia; (ii) na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida; (iii) na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos; (iv) na validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; (v) na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vi) na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia; e (vii) no acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

Comitê de Controles Internos e Riscos da Controladora: É órgão não estatutário e de caráter permanente da Controladora, responsável por avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos das empresas da Grupo Simpar, além de: (i) avaliar os planos de trabalho e efetividade das Funções de Controles Internos e Riscos das empresas do Grupo Simpar, incluindo a da Companhia; (ii) acompanhar a execução e implementação dos planos de ação decorrentes dos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

trabalhos de controles internos nas empresas do Grupo Simpar; (iii) avaliar os riscos apontados na matriz de riscos das empresas do Grupo Simpar, incluindo a Companhia, bem como a tolerância e impactos aplicáveis a cada uma delas; (iv) validar a metodologia de apuração dos fatores de riscos e parâmetros de cálculos para as exposições e impactos no Grupo Simpar.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Adicionalmente, suas atribuições, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020, são: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de *compliance*) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Por fim, a área de auditoria interna terá seu orçamento avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas a Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Em 15 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política"), que visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo Vamos. Esta política está em linha com a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado da Simpar, controladora da Companhia, na qual foi ratificada nesta mesma data.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro das sociedades do Grupo Vamos, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

Assim, estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e aplicáveis às sociedades do Grupo Vamos.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia e das empresas do Grupo.
- Componentes da Política:
    - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
    - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia e pelas empresas do Grupo, a serem aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.
- Principais etapas do processo de gestão:
    - Análise das posições do balanço patrimonial;
    - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
    - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
    - Comunicação das estratégias executadas;
    - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:
    - O processo de gestão de riscos é conduzido pela Diretoria Financeira da Companhia, com o apoio do seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, que possui a atribuição de amparar o Conselho de Administração da Companhia em suas análises e decisões financeiras.
    - A administração e o Comitê de Auditoria da Companhia, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia e do Grupo Vamos, incluindo a Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2, mas, principalmente, para o risco de variação de taxa de juros e de câmbio, que se referem, respectivamente, às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados e índices de inflação e às atividades atreladas à variação de outras moedas.

Risco de câmbio

A Companhia possui a maioria de sua receita e despesa em moeda local. Qualquer instrumento gerador de risco adicional é objeto de análise e busca de proteção patrimonial.

A Companhia possui dívidas indexadas em USD (dólares americanos), para os quais foram contratados instrumentos de "Swaps" para "Hedge" à exposição cambial.

Adicionalmente, no que tange a variação cambial, a Companhia entende que não possui geração de caixa em moeda estrangeira, sendo sua exposição cambial proveniente de ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira e reconhecidos no balanço patrimonial e dos derivativos cambiais utilizados para hedge.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de câmbio, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições cambiais serão mensuradas pelo Agente de Cálculo externo;
- exposições cambiais e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Risco de inflação

Os contratos de serviços prestados pela Companhia possuem fórmula paramétrica de indexação dos seus custos com reajuste anual.

Risco de oscilações nas taxas de juros

Nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos na Política;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

Risco de Crédito

O processo de avaliação e gestão de risco de crédito é efetuada de forma segmentada nas empresas controladas do Grupo Vamos.

Nas linhas de negócios da Companhia, são realizados os seguintes procedimentos e processos de análises de concessão de crédito nas operações de locação de veículos pesados, máquinas e equipamentos, bem como crédito de peças e serviços, este último também se aplica para as Concessionárias, seguem os mesmos critérios e metodologia de análise. Este processo que se concentra na análise e controle de crédito em operações de leasing tem como base uma ampla rotina de consultas, pesquisas e análises técnicas que procuram mitigar o risco na concessão de crédito à PJ e PF, considerando para tanto: demonstrativos econômico-financeiros (Balanço e DRE), Relação de faturamento, comprovantes de capacidade de renda (Holerite, IR, extrato bancário) score de crédito, probabilidade de inadimplência PJ, histórico de pagamento e pontualidade no mercado, restrições cadastrais e financeiras, linhas de créditos aprovadas no mercado financeiro, situação jurídica das pessoas. Para isso, utiliza-se as principais fontes de informação do mercado (SERASA, Boa Vista, SCR, STF, STJ, TRF) e para suportar este processo de análise temos ferramentas integradas em sistema que enquadram a solicitação de crédito nas políticas vigentes de forma automática.

Adicionalmente a Companhia realizada todo o acompanhamento de seu portfólio de crédito, observando a capacidade de pagamentos de seus clientes, bem com o seu histórico de relacionamento comercial de longo prazo, a diversificação do segmento de atuação de forma a evitar a concentração em determinado setor econômico, sendo que a concentração majoritária de seu risco se encontra na classificação de baixo risco.

Dentro do aprimoramento contínuo dos processos internos, a Companhia está efetuando a revisão dos seus processos para complementar a política de risco de crédito institucional.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia pode utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política, a qual estabelece que a exposição de balanço deverá ser 100% neutralizada, admitindo-se tolerância para questões operacionais de até 1,5% do passivo da Companhia em moeda estrangeira. Geralmente, a

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge:

- Contratos de *Swap* (Moedas e Juros); e
- Contratos de compra de opções de compra (call) e venda (put) (Moedas e Juros).

Não é permitida a venda líquida de Opções, definida conforme os padrões de elaboração de Demonstrações Financeiras. É permitida a venda de opções que, em conjunto com outras operações, não constitua uma venda líquida de opções.

Qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem adicional ou contenham dispositivos contratuais que a tornem alavancadas adicionalmente, estão terminantemente vetadas.

As operações não listadas como instrumentos elegíveis somente poderão ser executadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos foram descritos no item 5.2 (b).

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: (i) Avaliar e aprovar a Política de Gestão de Risco Financeiro e alterações propostas; (ii) Aprovar os instrumentos de hedge elegíveis; (iii) Aprovar os limites considerados adequados para a exposição aos fatores de riscos financeiro e (iv) Aprovar alternativas estratégicas de contratação de derivativos.

Comitê de Financeiro do Conselho de Administração da Simpar: (i) Propor mudanças e alterações na Política de Gestão de Risco Financeiro; (ii) Avaliar e propor conceitos e metodologias aplicados na gestão de risco financeiro; (iii) Avaliar as alternativas de hedge em conformidade com a Política estabelecida; (iv) Acompanhar o desempenho das operações de hedge;

Avaliar cenários de estresse; (v) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado e comunicar o Conselho de Administração e (vi) Planejar e verificar o impacto das decisões implementadas nas posições da Empresa;

Diretoria Executiva: (i) Patrocinar as ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos; (ii) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas emanadas do Conselho de Administração; (iii) Avaliar propostas para limites de exposição aos fatores de risco e avaliar sugestões para aprimoramentos na Política de Gestão de Risco Financeiro e (iv) Supervisionar a contratação do Agente de Cálculo.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Comitê de Auditoria: (i) Supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros; (ii) Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Empresa e o cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro e (iii) Disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos da Companhia são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras.

- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos.

- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.

- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área da Companhia responsável pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia além das descritas no item 5.1.(b) é a Controladoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Controladoria é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é responsável pela gestão de indicadores financeiros e operacionais, que são monitorados por meio de reuniões mensais de resultado, nas quais as Diretorias e Gerências de negócio da Companhia apresentam o desempenho de cada segmento da Companhia.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade realiza um trabalho de identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Formulário de Referência está atualizado com base na última carta sobre os controles internos emitida pelos auditores independentes, relativa ao exercício de 2020.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Deficiências e ausências de políticas, procedimentos e controles formais no processo de vendas e reconhecimento de receita	Implementação de controles que visem a identificar e mitigar tais deficiências, formalização de políticas claras que permitam aos envolvidos no processo nortearem-se por elas, minimizando assim a existência de situações tais quais as identificadas durante o processo de auditoria.
Deficiências de controles de acessos a programas e dados.	• Avaliar a causa-raiz e implementar correções no processo de concessão de acesso, a fim de assegurar que todos os novos usuários criados sejam devidamente formalizados, analisados e aprovados; • Efetuar o bloqueio imediato das contas de usuário ativas pertencentes a colaboradores desligados. Avaliar a causa-raiz e implementar correções no processo de revogação de acesso de forma que as contas de usuário sejam canceladas tempestivamente; • Extrair as listas de usuários das aplicações, sistemas operacionais, banco de dados dos sistemas do escopo e documentar adequadamente os acessos concedidos para se obter maior conforto sobre a integridade e precisão dos dados a serem revisados; • Estabelecer um processo, a partir do qual os usuários sejam cadastrados somente utilizando contas individuais, a fim de permitir a correta identificação de todas as ações realizadas no sistema. Quando necessário utilizar contas genéricas, relacionar os casos de exceção em documentação própria, e providenciar a aprovação e o monitoramento pelos responsáveis; e • Formalizar, de maneira adequada, os controles executados para garantir sua correta operacionalização por seus

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

	executores, bem como identificar *gaps* de melhoria e otimização de processos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, de modo que apresentamos na tabela a seguir os comentários dos diretores a respeito de tais deficiências, bem como as ações que já foram tomadas ou que estavam em andamento durante o exercício de 2020:

Assunto	Comentários dos diretores
Deficiências e ausências de políticas, procedimentos e controles formais no processo de vendas e reconhecimento de receita	A Administração concorda com o ponto relatado e adotará as recomendações sugeridas a fim de dirimir o risco de erros em nossas divulgações e prejuízos à Companhia.
Deficiências de controles de acessos a programas e dados	Ao longo de 2020, a área de Tecnologia da Informação tomou uma série de medidas para correções de apontamentos de auditoria para os sistemas escopo(1). Após análise deste documento, seguem os comentários referentes aos pontos apresentados: a) Da amostragem solicitada para requisição de acessos de 40 usuários aos sistemas escopo, não tínhamos evidências em apenas 2 casos. Casos esses relacionados ao sistema SINC Linha Amarela (Grupo Vamos). Ressaltamos que este mesmo sistema (SINC Linha Amarela) entrou em produção apenas no dia 01/01/2021, por tanto, não pode ser considerado escopo do trabalho de auditoria de 2020. b) Não foram identificados usuários desligados e com os acessos ativos em qualquer um dos sistemas escopo. Através de teste realizado pela auditoria, foram encontradas divergências de data de último acesso com a data do desligamento somente no SAP (Portal do Colaborador). Será criado, dentro do processo de desligamento de colaboradores no SAP, um indicador de suspensão dos acessos aos sistemas, tornando bloqueado o usuário até

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

	a efetiva aplicação da medida de desligamento (Julho/2021). c) Para integração entre os sistemas e seus respectivos banco de dados, é necessário a utilização de um usuário com essa característica (genérico\sistêmico), o que entendemos que não significa que se materializa um risco. Para todos os sistemas estamos documentando e justificando a utilização destes usuários, assim como cada um dos responsáveis. d) Neste processo foi entregue pela área de Tecnologia da Informação aos revisores (gestores), sistemas automatizados (Sistema de Identidade) com toda a base de usuários/transações e formatação das campanhas de certificação, além da geração de relatórios de risco baseados nas matrizes de SoD e mecanismos para a execução das atividades de revisão de acessos. Realizaremos nova campanha de certificação para os sistemas escopo em 2021, até 31/08/2021 onde trabalharemos em conjunto com departamento de comunicações e gestores das áreas, para melhorar a divulgação e execução da campanha. Serão aprimorados os controles de cobrança para as revisões pendentes (1) Ressaltamos que o sistema PZM foi desconsiderado ao longo do processo de coleta de evidências pela auditoria independente

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota o Programa de Conformidade de sua controladora Simpar, que se aplica a todas as suas empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

Em relação à interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, e também leva em consideração as disposições previstas nas leis: (i) Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e suas alterações; (ii) 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº2.848/40 (Código Penal); (iv) Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis de Trabalho); (v) Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); (vi) Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e Lei nº 12.462/11 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas); e (vii) Lei 8.078/90 (Código do Consumidor).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da Simpar e de suas controladas, incluindo a Companhia, inclui as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas "Políticas Anticorrupção"): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público**.**

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: Baseado no Código de Conduta da Controladora, que é aplicável a todas as suas empresas controladas, coligadas, e consorciadas, incluindo a Companhia, o Código de Conduta da Companhia foi aprovado, em reunião de seu Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021 é aplicável a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iv) condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações

5.4 - Programa de Integridade

com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) canal de denúncia.

- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia adota a Política de Doações e Patrocínios da Controladora, a qual se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou função das empresas do Grupo Simpar, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio do Grupo Simpar ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.

- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia adota a Política de Participação em Licitação Pública da Controladora, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Simpar, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.

- Política de Interação com o Poder Público: Companhia adota a Política de Interação com o Poder Público da Controladora, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Simpar, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos, além de disseminar a obrigação da observância destas diretrizes proibições e regramentos na atividade de terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e consultores de negócios.

- Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: Companhia adota a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades da Controladora, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Simpar, define as diretrizes e orientações que devem ser observados durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento.

- Linha Transparente: Canal dedicado ao envio de dúvidas e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas da Companhia, que pode ser acessado por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@grupovamos.com.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;

- Canal de Denúncias: foi criado em 2010 quando o recebimento e as tratativas das denúncias eram realizados pela Auditoria Interna, mas em novembro de 2016 foi terceirizado, para uma empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone, site e e-mail, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Área de Compliance, acessível ao público interno e externo.

5.4 - Programa de Integridade

Em 2020 adotamos um novo fluxo para explorar o material obtido após a conclusão da apuração das denúncias em duas frentes e utilizando a ferramenta de GRC (governance, risk and compliance): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo e (ii) apontamentos para a área de Controles Internos e Riscos visando enriquecer as matrizes de trabalho.

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Compliance sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com a criticidade representada pelo terceiro.

  No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

  Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele é obrigado a ler e declarar ciência do Código de Conduta, da Companhia.

  Embora a segunda fase do processo de homologação dos terceiros esteja em fase de implantação, a empresa identificou alguns terceiros como críticos em razão da natureza e/ou da relação de contratação, e eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A área de Compliance é responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.
- Treinamentos e comunicações relacionadas ao Código de Conduta, às Políticas Anticorrupção e a temas de integridade;

- Avaliação, pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. O último ciclo de treinamento foi lançado em 2019, e o novo ciclo será lançado em 2021. Além disso, no momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre o Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da adotados pela Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto as gestores e Diretores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto

5.4 - Programa de Integridade

em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo benefício de seu gerenciamento. O monitoramento deste processo é realizado pela Diretoria.

A Administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da Administração Pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são executadas pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, o Comitê de Ética e Conformidade e o Comitê de Auditoria da Companhia, cujas atribuições são previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, e estão descritas no item 5.1. acima.

Sobre os mecanismos de garantia de independência à Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, estes ficam evidenciados no dever de reporte ao Comitê de Auditoria e à Diretoria de CRC, da controladora SIMPAR S.A. sobre todas as ações que envolvem o Programa de Conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, com o auxílio do Comitê de Ética e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio da Companhia. A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, nesta função, se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Ética e Conformidade, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o responsável, principalmente na manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração com poderes deliberativos e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Conduta que é baseado na última versão do Código de Conduta da Controladora, o qual se aplica a todas as suas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo a Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas por ela controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores contratados pela Companhia e terceiros em geral.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e a Companhia possui um cronograma de treinamentos anual sobre o Código de Conduta e outros temas de integridade.

Anualmente, os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade.

No evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da Companhia, a Companhia tem uma pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o descumprimento de qualquer das diretrizes dispostas no Código de Conduta e outras normas internas pode ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes, conforme descrito na Política de Medidas Disciplinares do Grupo Simpar, de forma progressiva e amparada pela legislação trabalhista: (i) advertência, oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa. Terceiros, por sua vez, poderão ter sua relação comercial com a Companhia encerrada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 15 de janeiro de 2021 e pode ser encontrado no seguinte link: https://grupovamos.com.br/

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui Canal de Denúncia conforme descrito abaixo.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

5.4 - Programa de Integridade

O Canal de Denúncia da Companhia é terceirizado, administrado por empresa especializada e totalmente independente, com o objetivo de conferir maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia,

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado.

O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

O canal funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferida ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia por telefone, site e e-mail, canais administrados exclusivamente pela empresa terceirizada.

Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos.

O Canal de Denúncias é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal ´de Denúncias está disponível para todos os seus colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e cliente que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus colaboradores, acionistas e demais interessados.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais e, caso o denunciante deseje, poderão ser feitas de forma anônima, conforme previsto no Código de Conduta.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

5.4 - Programa de Integridade

Cumpre ressaltar que (i) denúncias envolvendo membros da Presidência e a Diretoria são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia, (ii) denúncias envolvendo a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Auditoria, e (iii) denúncias envolvendo membros do Comitê de Auditoria são encaminhadas para o Conselho de Administração.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Na ocorrência dos casos citados, a Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.4.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social. A Companhia esclarece que somente formalizou a Política de Gerenciamento de Riscos, a qual reflete as práticas que já eram adotadas, no exercício social corrente.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	21/09/2015
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	30/04/2019

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A antiga controladora da Companhia, a JSL, opera desde 1956, com início de seu negócio com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional e mais três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai), prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que vem contribuindo para a redução dos custos logísticos bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, realizou aquisições de empresas com o principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída, como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., tendo como objetivo a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes do Grupo Simpar nos setores de atuação que se tornaram da Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia incorporou a J.P. Tecnolimp S.A. ("Tecnolimp"). Com a incorporação, a Tecnolimp foi extinta e a Companhia tornou-se a titular de seus ativos – inclusive os operacionais – que passaram a ser utilizados em suas atividades.

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia incorporou os ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. avaliados nos termos de laudo de avaliação pelo valor total de R$15.330.882,02.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ser a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; (iii) uma reorganização societária, pela qual a Companhia incorporou a JSL Holding Financeira Ltda. e a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas pelo então controlador comum, a JSL S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.; da Borgato Serviços Agrícolas S.A.; e da Borgato Caminhões S.A., atualmente denominada Vamos Seminovos S.A., empresas com forte atuação no setor agrícola e que, após tal operação, tornaram-se subsidiárias integrais da Companhia.

6.3 - Breve Histórico

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa última operação se deu principalmente em razão dos administradores da Companhia e de sua controladora entenderem que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte, a Companhia deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

Já em 2019, a Companhia obteve seu registro de companhia aberta perante a CVM; constituiu a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.; e alterou a razão social de suas subsidiárias Borgato Máquinas S.A., que passou a ser Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. e Borgato Caminhões S.A., a qual atualmente é denominada Vamos Seminovos S.A.

Em abril de 2020, a JSL, à época controladora da Companhia, divulgou fato relevante acerca da aprovação do Conselho de Administração para dar continuidade ao projeto de organização de suas operações em empresas independentes, através da incorporação da totalidade de ações de emissão da JSL pela Simpar, sua controladora e, em seguida, a cisão da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("Reorganização").

A Reorganização reflete a estratégia do Grupo Simpar de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, permitindo que cada sociedade se posicione melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, com orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio. Nesse sentido, a JSL deixou de exercer a função de *holding* da Companhia.

O Grupo acredita que a Reorganização irá propiciar aos participantes do mercado um melhor entendimento e avaliação de cada atividade exercidas, de modo segregado, permitindo levar a mercado companhias com diferentes portfólios de serviços, perfis de alavancagem, necessidades de capital, riscos e retornos, além de garantir a capacidade de crescimento dos negócios das empresas em apartado.

Foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da JSL realizada em 5 de agosto de 2020 a incorporação de suas ações pela Simpar e a cisão das participações que detinha na Companhia, Movida, CS Brasil, Original, BBC e outros investimentos no Brasil e exterior para a Simpar.

Desde 5 de agosto de 2020, a JSL deixou de exercer a função de *holding*, tornando-se uma empresa operacional de serviços logísticos com administração própria e a Companhia passou a ser controlada, diretamente, pela Simpar.

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R$842 milhões, iniciando a negociação das ações através do ticker VAMO3 no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 18 de março de 2021, a Companhia anunciou a aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("Monarca") pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., subsidiária integral da Companhia. A Monarca A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no Mato Grosso, comercializando máquinas, implementos agrícolas, peças e prestando serviços de

6.3 - Breve Histórico

manutenção, através de quatro lojas localizadas nas cidades Sorriso, Sinop, Matupá e Alta Floresta, atendendo a região de 32 municípios no estado, sendo essa região contínua à que a Companha tem presença atualmente.

Em 22 de junho de 2021, a Companhia anunciou a aquisição de 70% da BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e de 70% da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México"), pela Vamos Seminovos S.A., subsidiária integral da Companhia. A BMB Brasil foi fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do Brasil. Em 2017, foi fundada a BMB México, com o objetivo de realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN no México.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As informações financeiras informadas ao longo do item 7 deste Formulário de Referência, estão baseadas nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out que foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle, desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (empresa controlada pela Simpar S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (empresa controlada indiretamente pela Simpar S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, não há variações nas informações financeiras consolidadas e combinadas carve-out e societária.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out refletem uma melhor compreensão dos resultados da Companhia, visto que são comparáveis entre si e foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública, favorecendo a compreensibilidade dos investidores.

Visão Geral

Somos a empresa líder no setor de locação de caminhões[1], máquinas e equipamentos do Brasil[2], operando nesse segmento há mais de 20 anos através da nossa antiga controladora JSL S.A. ("JSL") e contávamos com uma frota de 18.395 ativos locados em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de 33% em relação aos 13.785 ativos em 30 de junho de 2020 e 43% em relação aos 12.847 ativos em 30 de junho de 2019. Em setembro de 2015, por meio de uma reorganização do Grupo Simpar, grupo com amplo portfólio de serviços logísticos do país, a Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN ("VW/MAN") e da rede de lojas de seminovos.

Nosso principal negócio é a locação de caminhões, máquinas e equipamentos de longo prazo (na grande maioria caminhões com contratos de prazos em média de 60 meses ou mais) com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para nossos clientes, viabilizando assim, uma maior produtividade

---

[1] De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2020 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 15.894 veículos em 2020, sendo que, no mesmo período, nossa frota correspondia a mais da metade deste total.

[2] "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" –
Fonte: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

com menor número de ativos.

Atuamos de forma integrada e sinérgica com todos os nossos negócios. Compramos, vendemos, locamos e fazemos a manutenção de nossos ativos. Possuímos uma estrutura operacional com oficinas próprias e uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atendermos com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos nossos clientes. Nosso modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em nossa rede de lojas de seminovos e da rede de concessionárias. Entregamos para nossos clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o nosso negócio, gerando um ciclo virtuoso. A Companhia está posicionada em um nicho de escassez de oferta com alta liquidez no mercado de seminovos, conforme a representatividade nas vendas por idade do ativo indicada abaixo:

Fonte: Relatório Fenabrave[3]

Temos uma rede nacional superior a 3.030 oficinas credenciadas para fazer a manutenção dos ativos alugados com serviço, sendo a gestão inteiramente sob nossa responsabilidade. Dessa forma, temos capacidade instalada para atender clientes em todo o território nacional, suportado por sistemas e aplicativos (*apps*), como, por exemplo, um Portal do Cliente, que asseguram o controle e qualidade dos serviços.

Nossa rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN, de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e FENDT e de máquinas e equipamentos da marca Komatsu atuam de forma independente e vivem de sua própria atividade, além disso, servem também para fomentar os negócios de locação e de compra e venda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, cujo mercado ainda é muito incipiente no Brasil, mas de grande oportunidade de crescimento.

Hoje é parte da nossa estratégia desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos nossos clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso, com contratos predominantemente de longo prazo e alto índice de renovação. Com isso, construímos relacionamentos de longo prazo e expandimos nossos negócios, sendo gente e trabalho em equipe nosso grande diferencial.

[3] Disponível em: http://www.fenabrave.org.br/anuarios/Anuario2020.pdf

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa plataforma única de negócios conta com um amplo portfólio de serviços que nos permite estar presente em todo o ecossistema do caminhão/máquina. Somos o maior comprador de caminhões do Brasil, o que nos confere condições diferenciadas para aquisição junto as montadoras. Somos líderes no mercado de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos (na grande maioria caminhões com contratos de prazos em média de 60 meses ou mais) com presença nacional e único que oferece serviços customizados. Nossos diferenciais contribuem com a produtividade, controle e redução de custos dos nossos clientes. Contamos com a maior rede de lojas de caminhões do país e com sistemas e aplicativos inovadores que nos permitem controlar todo ciclo do investimento e com

isso fomentar o ecossistema de caminhões no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato, com atuação nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA, e focada no agronegócio. A aquisição da Borgato foi estratégica para a Companhia, possibilitando crescimento nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, com ganhos de escala e sinergia, sendo complementar ao nosso portfólio, reforçando nossa presença no setor agrícola.

Nosso modelo de negócios está baseado em contratos de locação de longo prazo (grande maioria com prazo de 60 meses ou mais), de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para nossos clientes. Atuamos em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, transporte e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados. Além disso, possuímos uma rede de 52 lojas com ampla cobertura nacional, em 11 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 18 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 6 loja Fendt, 3 lojas de máquinas da marca Komatsu e 11 lojas de seminovos.

A nossa sólida experiência na gestão, manutenção e escala na aquisição de ativos, bem como nosso relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam nosso poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido nos últimos 3 anos 11.892 caminhões, máquinas e equipamentos. Nossos contratos de locação de longo prazo (5 anos em média) com ativos que são fundamentais para o negócio dos nossos clientes, nos garante alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa. Somado a isso, a nossa rede de concessionárias e de lojas de seminovos, com 52 lojas com capilaridade nacional, nos permite ter o domínio de todo o ciclo do nosso negócio, com baixo risco de execução e nos garante uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos, conforme indicado abaixo.

Quantidade de ativos vendidos – VAMOS[1]

Toda a estrutura de lojas e expertise de vendas foram transferidas do Grupo Simpar para a Vamos, à medida que a empresa JSL Logística se tornou *asset light* e a Vamos passou a ser a empresa intensiva em ativos.

(1) Inclui ativos vendidos pelo Grupo Simpar

Fonte: Companhia

Essa estratégia empresarial, com controle de todo o ciclo do negócio, nos tem permitido alcançar expressivo crescimento com rentabilidade altamente atrativa. A nossa receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.185.998 mil, representando um crescimento de 89,6% em relação ao mesmo período de 2020 (R$625.378 mil) e de 106,4% em relação 2019 (R$574.737 mil). No exercício social de 2020 a receita líquida foi de R$1.513.193 mil, representando um crescimento de 24,9% em relação 2019 (R$1.211.509 mil) e de 53,9% em relação a 2018 (R$983.290 mil). Nosso lucro líquido totalizou R$173.272 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de 128,5% em relação ao lucro líquido do mesmo período de 2020 (R$75.828 mil) e de 151,3% em relação ao mesmo período de 2019 (R$68.939 mil), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2020 de 35,9%, em 2019 de 25,0% e em 2018 de 17,2%. Adicionalmente, o EBITDA de nossas atividades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$457.816 mil, representando um crescimento de 57,1% em relação ao mesmo período de 2020 No exercício social de 2020 o EBITDA foi R$638.765 mil, que representou um crescimento de 21,1% (R$527.624 mil) em relação a 2019 e de 41,3% (R$452.161 mil) em relação a 2018, conforme demonstrado na tabela abaixo:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Informações Financeiras Consolidadas (2020 e 2019) e Combinadas Carve-out (2018) e Outras Informações Gerenciais (1)	Período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 LTM (1º)	Período de seis meses findo em 30 de junho de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
		2021	% 2021 x 2020	2020	2020	%2020 x 2019	2019	% 2019 x 2018	2018 (Carve out)
Receita Líquida(2)	R$2.073,8 milhões	R$1.186,0 milhões	90%	R$625,4 milhões	R$1.513,2 milhões	25%	R$1.211,5 milhões	23%	R$983,3 milhões
Lucro Líquido(3)	R$276,6 milhões	R$173,3 milhões	129%	R$75,8 milhões	R$179,2 milhões	26%	R$141,8 milhões	22%	R$116,3 milhões
EBITDA(4)	R$805,1 milhões	R$457,8 milhões	57%	R$291,4 milhões	R$638,8 milhões	21%	R$527,6 milhões	17%	R$452,2 milhões
Margem EBITDA(5)	38,8%	38,6%	-8.0 p.p	46,60%	42,21%	-1,4 p.p.	43,60%	-2,4 p.p.	46,0%
Dívida Líquida(6)	R$1.910,0 milhões	R$1.910,0 milhões	-1%	R$1.835,6 milhões	R$1.920,4 milhões	21%	1.581,6 milhões	83%	R$863,3 milhões
Alavancagem Líquida (vezes – "x") (7)	2,37	2,37	-	6,30	3,01	-	3,00	-	1,90
ROE	26,27%	-	0.0 p.p.	-	35,95%	9,5 p.p.	26,45%	9,2 p.p	17,20%
ROIC	11,97%	-	0.0 p.p.	-	11,43%	-0,2 p.p.	11,65%	0,3 p.p.	11,30%

Informações Financeiras Consolidadas e Outras Informações Gerenciais (1)	LTM	Período de seis meses findo em 30 de junho	Período de seis meses findo em 30 de junho	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021	2021	2020	2020	% 2020 x 2019	2019	% 2019 x 2018	2018 (Carve out)
ROE(8)	26,3%	N/A	N/A	35,95%	9,5 p.p	26,45%	9,2 p.p.	17,20%
ROIC(9)	12,0%	N/A	N/A	11,43%	-0,2 p.p	11,65%	0,3p.p.	11,30%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(1) representativas aos seus destinatários, para que as nossas operações, gestão e posição patrimonial e de nossas controladas sejam compreendidas dentro de nossa estrutura societária final.
(2) Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços:
(3) Lucro Líquido do exercício
(4) EBITDA: Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.
(5) Margem EBITDA: consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.
(6) Dívida Líquida: é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes
(7) Alavancagem Líquida: O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.
(8) ROE: O ROE Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.
(9) ROIC: O ROIC - Return On Invested Capital é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2021 , possuíamos uma frota total de 18.395, sendo 15.355 caminhões ou similares[4] e 3.040 máquinas e equipamentos. Adicionalmente, contávamos com aproximadamente 523 clientes nos setores agrícola, energia, mineração, industrial, varejo, transporte, entre outros. Nossa rede de lojas contava, na mesma data, com 52 lojas, sendo 14 concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN, 18 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 3 concessionárias da marca Komatsu, 6 concessionárias da marca Fendt e 11 lojas de seminovos distribuídas em 11 estados do Brasil. Nossa rede de lojas também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a compra e venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas 52 lojas, com base em 30 de junho de 2021:

[4] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais

Informações Operacionais Combinadas [1]							
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	**30/06/2021**	**%2021 x 2020**	**30/12/2020**	**%2020 x 2019**	**31/12/2019**	**%2019 x 2018**	**31/12/2018**
Frota total no final do período	18.395	21%	15.128	14%	13.244	22%	10.862
Frota de caminhões no final do período	15.355	20%	12.793	16%	11.010	26%	8.755
Frota de máquinas e equipamentos no final do período	3.040	30%	2.335	5%	2.234	6%	2.107
Número de clientes	523	64%	319	117%	147	11%	132
Número de contratos	1.083	62%	667	71%	389	18%	331
Valor a receber de contratos de locação (*backlog*)	R$5.120 milhões	64%	R$3.117 milhões	44%	R$2.161 milhões	21%	R$1.787 milhões
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**30/06/2021**	**%2021 x 2020**	**31/12/2020**	**%2020 x 2019**	**2019**	**%2019 x 2018**	**2018**
Número de lojas e concessionárias	52	16%	43	10%	39	-5%	40
Número de ativos vendidos nas lojas de seminovos	438	-	1.796	-23%	2.334	1%	2.309
Número de caminhões novos vendidos nas lojas VW/Man	2.683	-	4.591	18%	3.873	34%	2.882
Número de máquinas e equipamentos novos vendidos nas lojas Valtra	438	-	838	54%	543	6%	513

Linhas de Negócios

Atuamos nos segmentos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo e concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. Nosso modelo de negócio é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios. Nosso principal segmento de negócio é o de locação, que contribuiu, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com um lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos de R$229.155 mil e R$322.282 mil, com 82% e 91% de nosso EBITDA, respectivamente. Contamos também com uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN, de máquinas agrícolas da marca Valtra e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fendt, e de máquinas e equipamentos da marca Komatsu, além de uma rede de lojas de seminovos. Em 2019 investimos e consolidamos sistemas e plataformas digitais para suportar o crescimento da Companhia com controle e ganho de produtividade, além de oferecer aos nossos clientes ferramentas de gestão que geram valor nas suas respectivas operações. Dessa forma, possuímos uma plataforma única de negócios, pronta para sustentar o crescimento da Companhia e capturar o alto potencial de desenvolvimento desse segmento.

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

Somos a empresa líder no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil.

Em 30 de junho de 2021, contávamos com uma frota de 15.355 caminhões e similares[5], e uma frota de 3.040 máquinas e equipamentos, totalizando 18.395 ativos locados. Nossos contratos de locação são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. Oferecemos contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes. Nosso investimento em novos contratos de locação foi de R$1.902 milhões no primeiro semestre de 2021, R$1.285 milhões em 2020, R$727 milhões no ano de 2019.

Oferecemos aos nossos clientes acesso ao sistema desenvolvido pela Vamos "Portal do Cliente" para atender de forma personalizada as demandas de nossos clientes. Este Portal é interativo e possibilita e a gestão e controle da frota locada, além da solicitação de agendamento de serviços de manutenção e diversas outras funcionalidades, tais como: controle da frota por região, por faixa de idade, quilometragem rodado, gestão de custo de avaria, entre outros, com aderência para mobile.

[5] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Oferecemos em 30 de junho de 2021 pacotes de serviços para atender as diversas necessidades de nossos clientes, além da possibilidade de criar um plano completamente customizado para gestão da frota alugada. Os pacotes de serviços oferecem aos clientes maior clareza e facilidade na contratação dos serviços que oferecemos e com isso ganhamos velocidade no fechamento de novos negócios.

Possuímos uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil. Nossa escala viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, sendo uma forte vantagem competitiva frente aos nossos concorrentes e clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 30 de junho de 2021, possuíamos R$5.120 milhões de receita futura contratada decorrente de 1.083 contratos existentes de longo prazo com nossos clientes (*backlog*), sendo que em 31 de dezembro de 2020 possuíamos R$ 3.117 milhões, representando um crescimento relativo de 64%. Em 31 de dezembro de 2019, possuíamos R$2.161 milhões, representando um crescimento de 21% frente a receita futura contratada de 2018. O crescimento do backlog de 31 de dezembro de 2018 a 30 de junho de 2021 é de 186%.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, oferecemos aos nossos clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

Atuamos com a maior rede de concessionárias das marcas VW/MAN de caminhões e ônibus com o maior *Market share* do Brasil na marca e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas[6]. Em dezembro de 2019, após amplo processo seletivo, fomos escolhidos concessionários da marca Komatsu, empresa japonesa de máquinas e equipamentos para as regiões de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ampliando nosso portfólio de atuação com novos produtos e setores da economia, com abertura da nossa primeira loja de seminovos em Cuiabá.

A marca MERCEDES-BENZ é líder no mercado nacional de caminhões, com um total de 31,30% de *market share* durante os seis primeiros meses de 2021, de acordo com dados da FENABRAVE. Temos a maior rede de concessionárias da VW/MAN do Brasil, com 14 lojas distribuídas em 5 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe). Em 30 de junho de 2021, vendemos 2.683 caminhões/ônibus nas nossas lojas VW/Man. Nossas lojas vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e serviços de manutenção, sendo que o mercado de seminovos tem grande potencial de crescimento.

Atuamos no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas com concessionárias da marca Valtra. Possuímos 19 lojas distribuídas entre os estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tendo a maior cobertura nacional em área geográfica em termos de potencial de faturamento. Em 30 de junho de 2021, vendemos 457 máquinas agrícolas nas nossas lojas Valtra, sendo os únicos concessionários da marca Valtra na região de atuação, e acreditamos ter grande potencial de crescimento com nossas bases instaladas só com a implantação da nossa gestão. A marca Valtra, a qual faz parte do grupo AGCO, foi a primeira fábrica de tratores no Brasil tendo registrado participação de mercado de 14% no segmento de tratores em 31 de dezembro de 2020, o qual é um mercado bastante fragmentado.

Em dezembro de 2019 fomos nomeados concessionário da marca Komatsu para representação nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Komatsu foi fundada no Japão em 1921 e se instalou

[6] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

no Brasil em 1975. Atuando em escala global, seus principais produtos são máquinas e equipamentos para os setores de mineração, construção civil, agricultura, silvicultura, entre outros segmentos. Sua linha de produtos abrange escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras, tratores de esteiras e motoniveladoras. A Komatsu está presente no Brasil há mais de 45 anos e registrou em 30 de junho de 2021 *market share* de 11,8% em um mercado total de 8.736 máquinas. Os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul representaram 14,3% do mercado nacional, totalizando 1.253 equipamentos. Temos convicção da sinergia e complementariedade com os nossos negócios atuais da VAMOS e será mais um canal para fomentar o segmento de Locação ampliando nosso portfólio de clientes, setores da economia e regiões de atuação.

Em dezembro de 2020 assinamos o contrato com o Grupo AGCO para sermos concessionários da marca FENDT, fabricante alemã de tratores e máquinas agrícolas, mundialmente reconhecida em tecnologia para o universo do agronegócio.

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 5 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país junto com as concessionárias, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 30 de junho de 2021, nosso negócio de Seminovos contava com uma estrutura de 11 lojas denominadas "VAMOS Seminovos", que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Nos beneficiamos de um mercado de seminovos resiliente e de grande proporção. Segundo dados da ANFAVEA, a venda média de caminhões novos (0km) desde 2011 foi de 106 mil caminhões e a venda de caminhões seminovos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 342 mil caminhões vendidos, de acordo com a Fenabrave. Nos últimos 12 meses, vendemos 1.154 caminhões seminovos que representou 0,27% do mercado, o que demonstra a alta capacidade de absorção do nosso produto nesse mercado.

VENDA ANUAL DE CAMINHÕES

Fonte: Fenabrave

Desde janeiro de 2017, nossa venda de ativos desmobilizados totalizou R$619,8 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Isso demonstra a nossa capacidade de venda e assertividade no valor depreciável, levando em conta que possuímos uma plataforma com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o nosso crescimento.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Performance na Venda de Ativos: Acumulado jan/17 – jun/21

Em 2019, desenvolvemos o aplicativo "Vamos Seminovos" que permite a avaliação dos nossos caminhões ou de terceiros através de uma plataforma digital. A avaliação é feita online, com consulta da placa, avaliação de itens internos e externos e fotos do caminhão. Este aplicativo, único no mercado, nos permite avaliar a frota de nossos clientes com agilidade e segurança, gerando também oportunidade de negócio uma vez que temos capacidade instalada nas nossas lojas de seminovos e concessionárias para revenda dos caminhões adquiridos. Desta forma, fomentamos o ecossistema do nosso principal negócio (locação), acelerando a conversão de novos clientes de frota própria para frota locada, uma vez que compramos a frota do cliente, alugamos uma frota nova e com isso geramos também liquidez para nossos clientes, tornando-se um diferencial competitivo nas negociações.

Nossa Estratégia

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os temas descritos a seguir:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Manutenção da expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

Vamos dar continuidade ao nosso modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, além de manter nosso crescimento, consolidando e aumentando nossa participação de mercado por meio das seguintes iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo nossos serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e
- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (cross selling) entre nossos segmentos de negócios

Nossa plataforma é composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando nossa estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os nossos segmentos de negócios fortalecendo a nossa marca, que é utilizada de forma única e integrada. Nossa equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. Pretendemos potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, pretendemos utilizar a base de informações de cada um dos nossos segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de nossos clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços, aumentando, assim, nossas vendas e rentabilidade.

Eficiência operacional e disciplina financeira

Desenvolvemos o nosso modelo de negócio baseado no nosso pilar de rentabilidade. Pretendemos expandir nossas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas.

Estamos estruturados operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes 100% dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, podemos embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atuamos ou nos quais temos interesses em atuar. Temos a intenção de continuar adotando nossa rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a nossa eficiência

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

operacional, de forma que possamos continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira. Pretendemos preservar e ampliar a nossa consistente geração de caixa operacional.

Apresentamos uma evolução nos indicadores operacionais, fruto do desenvolvimento de sistemas, aplicativos de controle e gestão, conforme gráficos abaixo:

Novos sistemas, aplicativo de controle e gestão já entregaram melhora em indicadores operacionais

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

i. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, logística e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R$5.120 milhões de receita futura contratada *(backlog)*, decorrente de 1.083 contratos de longo prazo existentes com seus clientes, frente a R$3.117 milhões *(backlog)* em dezembro de 2020 e R$2.161 milhões *(backlog)* em dezembro de 2019, representando um aumento relativo de 64,2% e 44,2%, respectivamente, os quais estão distribuídos em diversos setores da economia. Em 30 de junho de 2021, a receita contratada de locação da Companhia possuía baixa concentração por cliente, conforme indicado abaixo:

Concentração de Contratos - (%) da receita contratada

Receita Contratada		
Contrato	**(R$ mm)**	**%**
Contrato 1	104	2%
Contrato 2	100	2%
Contrato 3	89	1,7%
Contrato 4	86	1,7%
Contrato 5	75	1,5%
Outros	4.662	91,1%
TOTAL (R$ mm)	**5.119**	**100%**

ii. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, bem como peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura. A Companhia atua com uma rede de concessionárias da marca VW/MAN, para caminhões e ônibus, e da marca Valtra para máquinas agrícolas.

As lojas da Companhia vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção. A Companhia possui 52 lojas, sendo 8 lojas próprias e 44 alugadas, (i) concessionárias e (ii) lojas de seminovos com abrangência em todo território nacional. As lojas da Companhia, sob a marca Valtra, vendem máquinas agrícolas. A Companhia acredita ser a terceira maior

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país, em termos de número de lojas. Adicionalmente, a Companhia comercializa caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos seminovos, com o melhor preço do mercado e alto padrão de qualidade.

(a) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia, com base nas informações contábeis intermediárias e nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas carve-out, encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício em 31 de dezembro de						Variações %		
Receita por segmento	**2021**	**AV**	**2020**	**AV**	**2020**	**AV**	**2019**	**AV**	**2018**	**AV**	**Jun 2021 x Jun 2020**	**2020 x 2019**	**2019 x 2018**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	496.891	41,90%	388.910	62,19%	834.974	55,18%	780.619	64,43%	624.020	63,50%	27,77%	6,96%	25,10%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	699.207	58,96%	245.450	39,25%	695.750	45,98%	436.723	36,05%	391.327	39,80%	184,87%	59,31%	11,60%
Eliminações	-10.100	-0,85%	-8.982	-1,44%	-17.537	-1,16%	-5.834	-0,48%	-32.057	-3,30%	12,45%	200,60%	-81,80%
Receita Líquida	**1.185.998**	**100,00%**	**625.378**	**100,00%**	**1.513.187**	**100,00%**	**1.211.508**	**100,00%**	**983.290**	**100,00%**	**89,64%**	**24,90%**	**23,21%**

(b) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período findo em 30 de junho de 2021 (valores em R$ mil)			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Consolidado
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	76.547	229.155	-	305.702

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (valores em R$ mil)			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Consolidado
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	47.273	322.282	-	369.555

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (valores em R$ mil)			
	Concessionárias de caminhões,	Locação de caminhões,	Eliminações	Consolidado

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

	máquinas e equipamentos	máquinas e equipamentos		
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	22.437	270.216	-	292.653

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (valores em R$ mil)			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	14.274	219.439	-	233.713

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:

1) *Prospecção de clientes:* a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em 30 de junho de 2021, 42% da nossa receita contratada estava vinculada ao setor de agronegócio, 17% ao setor de transporte, 13% ao setor de energia elétrica, 3% ao setor de engenharia, 4% ao setor de alimentos e o restante dos 22% a outros setores. Em dezembro de 2020, 48% da receita da Companhia contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 18% ao setor do transporte, 14% ao setor de energia, 8% ao setor de limpeza urbana, e o restante, que totalizava 18% a outros setores, tais como setor alimentício, serviços, varejo, engenharia e construção. Em dezembro de 2019, 38,7% da receita da Companhia contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 21,0% ao setor de energia, 11,2% ao setor de limpeza urbana, 8% ao setor de transporte e o restante, 21,1%, a outros setores. Ou seja, nossa carteira de clientes é pulverizada e sem dependência. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo Simpar, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço. Como resultado disso, nossos cinco principais clientes são todos "investment grade" em escala nacional.

2) *Assinatura do contrato de locação*: A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômica financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de cada cliente. Por fim, uma proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de 5 anos. Em junho de 2021, a companhia contava com um total de 1.083 contratos firmados com seus clientes. Em dezembro de 2020, a Companhia contava com um total de 667 contratos firmados com os seus clientes.

3) *Caminhões, máquinas e equipamentos são encomendados às montadoras*: A Companhia adquire os caminhões, máquinas e equipamentos somente após a assinatura dos contratos de locação, de forma a mitigar o risco na relação investimento/retorno. A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado, conforme gráficos abaixo, e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega. Em 30 de junho de 2021, a frota de ativos pesados da Companhia era composta por 18.395 ativos, conforme indicado abaixo:

Fonte: Fenabrave (caminhões), Anfavea (máquinas e equipamentos)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Composição da Frota (#)	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caminhões e outros (1)	15.355	12.793	11.010	8.755
Máquinas e equipamentos agrícolas	3.040	2.335	2.234	2.107
Total	**18.395**	**15.128**	**13.244**	**10.862**

Fonte: Companhia

4) *Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente*: Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo Simpar, (o maior comprador de caminhões no Brasil), traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

5) *Veículos retornam para a Vamos e são disponibilizados à venda*: Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, a Companhia conta com 52 lojas, sendo 11 lojas de seminovos e 41 concessionárias (18 concessionárias Valtra, de máquinas agrícola; 14 concessionárias Volkswagen/MAN, de caminhões e ônibus; 3 concessionárias da marca Komatsu; e 6 concessionárias da marca Fendt). Essa revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende 100% de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 5 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo Simpar para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

Concessionárias de Veículos e Lojas de Seminovos

O segmento de concessionárias e lojas de seminovos consolida os 52 pontos de vendas. Dentre as 41 concessionárias, a Companhia possui 18 lojas concessionárias da marca Valtra, de máquinas agrícolas; 14 lojas da marca Volkswagen/MAN, de caminhões e ônibus; 3 concessionárias da marca Komatsu e, 6 concessionárias da marca Fendt. A Companhia acredita ter atualmente uma das maiores redes de concessionárias de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do país, em termos de quantidade de pontos de venda, de acordo com dados públicos disponibilizados pela montadora. A Volkswagen/MAN, do Grupo MAN, é uma das maiores montadoras de veículos pesados da América do Sul, com capacidade de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produção de 80 mil veículos por ano a partir de sua fábrica em Resende (RJ). Segundo dados da Fenabrave, em 2019, a Volkswagen/MAN registrou o licenciamento de 30.237 caminhões e em 2020, de 25.594 caminhões.

Adicionalmente, a Companhia acredita ser a terceira maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país. A Valtra, empresa do grupo AGCO, é hoje uma das maiores fabricantes e também exportadoras de máquinas agrícolas do Brasil, com uma de suas duas plantas de produção localizada em Mogi das Cruzes (SP), e uma rede de distribuição de aproximadamente 18 pontos de venda.

As concessionárias vendem caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, além de peças e acessórios. Desempenham, portanto, um papel fundamental para o negócio de locação da Companhia, com a venda do veículo no mercado secundário ao término do contrato. Além disso, elas são fundamentais no fortalecimento do relacionamento da Companhia com as montadoras.

(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

A Companhia possuía um time comercial de 17 gerentes de negócios no ano de 2019, praticamente o dobro em relação a 2018, que contava com 9. Em dezembro de 2020, a Companhia possuía um time comercial de 22 gerentes de negócios. Já em junho de 2021 o time comercial passou a contar com 31 gerentes de negócios. O time comercial está alocado em diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional. As 11 lojas da Companhia destinadas à venda de veículos seminovos que retornam no final e renovação dos contratos de locação estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

Concessionárias de Veículos

As 41 lojas de caminhões e equipamentos agrícolas estão presentes em 9 estados brasileiros. As 14 concessionárias Volkswagen/MAN, focadas na venda de caminhões e ônibus, estão distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Sergipe. Já as 18 concessionárias da Valtra, focadas na venda de equipamentos agrícolas, estão distribuídas entre os estados Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. As concessionárias da marca Komatsu fica nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Por fim, as concessionárias da marca Fendt ficam no estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Companhia

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Locação de Veículos Pesados

O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todos as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabrave (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), até 30 de junho de 2021, a frota total brasileira de caminhões e ônibus era composta por 4,2 milhões de caminhões e ônibus, sendo 3,5 milhões de caminhões e 0,7 milhão de ônibus. A idade média dos caminhões era de 20,8 anos em 2020. A elevada idade média, comparada a idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha e Áustria com média de 8,0 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos *non-core* para a empresa.

O segmento de caminhões começou a se recuperar em 2017, com 3.5% de crescimento e iniciou sua consolidação da retomada em 2018 – alcançando o patamar de 46.8% de crescimento e mostrando a tendência de uma aceleração nas vendas do segmento (FENABARE P.46/47). O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente. Somos uma das maiores empresas nesse mercado e, junto com os três principais players, representamos menos de 1,0% da frota total em circulação do Brasil e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: FENABRAVE e Bureau of transportation statistics

Segundo a ABLA (Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis), em 2017 existia aproximadamente 13,2 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país, representando uma penetração de 0,8% em relação aos aproximadamente 1,6 milhão de veículos vinculados a empresas, e em 2018 esse percentual foi de 0,6%, sendo 10,1 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país sobre 1,6 milhão de veículos vinculados a empresas, e em 2019 esse percentual era de 0,7%, sendo 10,9 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país sobre 1,6 milhão de veículos vinculados a empresas. Em 2020, o percentual foi de 1,0%, sendo 15,9 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país sobre 2,1 milhões de veículos (aproximadamente 150 vezes a frota da Vamos) vinculados a empresas.

Nesse mercado extremamente fragmentado, dos quais apenas, aproximadamente, 1,0% da frota de caminhões do Brasil pertencem aos quatro maiores players de mercado, somos a maior empresa em número de ativos com significativa vantagem em relação aos competidores:

Fonte: Companhia e relatórios públicos das empresas; em junho de 2021

A Companhia atua ainda em diversos setores da economia com uma carteira de contratos bem diversificada (em % da receita contratada):

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Companhia

Concessionárias de Veículos

A venda média anual de caminhões novos nos últimos 9 anos foi de 106 mil caminhões. A venda média de caminhões seminovos, por outro lado, apresenta maior resiliência e representa mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 342 mil caminhões nos últimos 9 anos. A Companhia representa, em 2020, apenas 0,46% das vendas totais de seminovos no país, o que demonstra a alta capacidade de absorção da sua frota no mercado secundário, que ainda é impulsionada pela rede de lojas próprias, atualmente com 11 unidades, distribuídas nacionalmente.

VENDA MÉDIA ANUAL DE CAMINHÕES

Fonte: Fenabrave

Condições de competição nos mercados

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros. As principais empresas de locação de veículos pesados em 2020, além da Vamos, são: a Ouro Verde, Rodobens e a LM.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Concessionárias de Veículos

O mercado de caminhões e ônibus está entre os mais competitivos no cenário mundial, com *players* globais com alta capacidade comercial. A marca Volkswagen/MAN é a líder do mercado nacional de caminhões, com um total de 26,3% de *market share* em junho de 2021. Nós nos destacamos por termos a maior rede de concessionárias da marca Volkswagen/MAN no Brasil, atuando em 5 estados, sendo 15 unidades com estrutura focada no atendimento de vendas e pós-vendas.

Fonte: ACAV

Já o mercado de máquinas agrícolas no Brasil ainda está em expansão. A marca Valtra foi a primeira fábrica de tratores a se instalar na América do Sul (em 1960). A marca possui uma linha completa de tratores, colheitadeiras, pulverizadores e plantadeiras; com atuação concentrada nos mercados sucroalcooleiro, grãos, cafeicultura e citricultura. Em junho de 2021, a Valtra registrou um *market share* de 13% no segmento de equipamentos agrícolas, que é um segmento fragmentado entre os principais *players*: *John Deere*, *Massey Ferguson*, *New Holland* e *Case*. As 15 concessionárias da Companhia da marca Valtra representaram, em dezembro de 2020, cerca de 17% do total das vendas de tratores da marca na região em que atua (Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

Fonte: AssoreVal

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Não é prática no mercado em que a Companhia atua a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que não usufrui de nenhum benefício fiscal.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Nos contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen/Man, Mercedes, Scania, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores e volatilidade em seus preços

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que possui uma base pulverizada, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado. A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores, mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga ("RNTR-C")

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, que pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RTNR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador em relação ao RNTR-C. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – até R$10.500,00 – podendo a ANTT, contudo, aumentar o valor das referidas multas por meio de nova Resolução. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) na categoria de Empresa de Transporte de Cargas ("ETC"). Este certificado tem seu vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Similarmente, a empresa Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., antiga Borgato Máquinas S.A., está devidamente registrada no RNTR-C na categoria de ETC, sendo este certificado válido até 02 de fevereiro de 2021.

A Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC é a pessoa jurídica constituída que tenha no transporte de cargas a sua atividade principal, de acordo com definição da Lei Federal nº 11.442 de 5 de janeiro de 2007 ("Lei nº 11.442/2007"). A Lei nº 11.442/2007 categoriza o transportador de cargas conforme a sua natureza jurídica, diferenciando a figura da ETC da categoria do Transportador Autônomo de Cargas ("TAC"), que é a pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade profissional. A ETC deve ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, e demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico (art. 2º, §2º).

Polícia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 ("Lei nº 9.503/1997") e no Decreto n° 1.655, de 3 de outubro de 1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce a função ostensiva e repreensiva com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes) no que é concernente ao trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os artigos 162 e seguintes da Lei nº 9.503/1997 preveem uma série de condutas sujeitas a imposição de penalidades e medidas administrativas, sendo enquadradas como infrações de trânsito quaisquer inobservâncias desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Contratações Públicas

As obras, serviços e compras contratadas pela Administração Pública devem ser precedidas por processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, salvo em hipóteses de dispensa e inexigibilidade. As normas para licitações e contratos da Administração Pública estão regulamentadas na Lei nº 8.666/93 ("Lei de Licitações"). Além disso, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam sem objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais no mercado, está prevista na Lei nº 10.520/2002 ("Lei do Pregão").

Na eventualidade de a Administração Pública promover licitação para adquirir veículos automotores, as Companhias poderão participar do processo competitivo para a comercialização de caminhões, ônibus e micro-ônibus novos e usados. Caso seja declarada vencedora do processo, as Companhias assinarão contrato administrativo com a Administração Pública e deverão cumprir com seus termos e condições, sujeito às sanções aplicáveis.

Órgãos de controle, como tribunais de contas e o Ministério Público, frequentemente fiscalizam o andamento de processos licitatórios, para inspecionar a regularidade da contratação e do seu respectivo procedimento adotado, e a própria execução contratual. Caso verifiquem irregularidades, os órgãos de controle podem instaurar processos administrativos para investigar o órgão contratante e a parte contratada, requisitando esclarecimentos, documentos e defesas.

Caso seja verificado que as Companhias participaram de processo licitatório fraudado ou com irregularidades, e desde que provada conduta ilícita, as empresas poderão ser parte de processos judiciais que versem sobre aplicação de penalidades derivadas da Lei Federal 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"). As penalidades arroladas na Lei de Improbidade Administrativa são: (i) pagamento de multa civil; (ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de até 10 (dez) anos.

Ademais, o descumprimento de cláusulas de contratos públicos poderá ensejar a instauração de processo administrativo sancionatório para aplicação de (i) advertência, (ii) multa, na forma prevista no edital ou no contrato, (iii) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, e (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Lei Ferrari

A distribuição de veículos no Brasil é regulamentada pela Lei n. 6.729/79 ("Lei Ferrari"), que prevê os campos de atuação, direitos e obrigações da montadora/concedente e concessionária, assim como os requisitos mínimos do contrato de concessão.

Constitui objeto de concessão **(i)** a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor; **(ii)** a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão; e **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente, como identificação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei Ferrari prevê que o contrato de concessão deve obedecer à forma escrita padronizada para cada marca e especificar produtos, área demarcada, bem como as condições relativas a requisitos financeiros, organização administrativa e contábil, capacidade técnica, instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada da Concessionária. O prazo de vigência do contrato de concessão deve ser por prazo indeterminado, sendo permitido ajustá-lo inicialmente pelo prazo de 5 anos (artigos 20 e 21 da Lei Ferrari).

Por ser contratação específica, o contrato de concessão deve obrigatoriamente prever **(i)** delimitação da área geográfica para comercialização de veículos de uma marca específica por cada concessionária; **(ii)** que, além da venda de veículos novos, também cabe à concessionária a prestação de serviços de assistência técnica, garantia, revisão e venda de peças de reposição; **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente pela concessionária, como identificação; **(iv)** a fidelidade e exclusividade recíprocas concernentes aos produtos e à marca; **(v)** quota anual de veículos e peças que deverão ser revendidos pela concessionária; e **(vi)** a liberdade para fixação de preço pela concessionária para a revenda de bens e serviços ao mercado, competindo à montadora/concedente apenas sugerir o mesmo preço para toda a rede, em tratamento isonômico (artigos 3º, 5º, 7º e 13 da Lei Ferrari).

A Lei Ferrari exige que determinados assuntos sejam previstos por meio de convenção parcial de marca a ser celebrada com as categorias econômicas de produtores e distribuidores de veículos automotores.

A concessionária tem como obrigação legal o resguardo da integridade da marca e dos interesses coletivos da montadora/concedente e da rede de distribuição, atendo-se ao cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sendo vedado que a montadora/concedente vincule a concessionária a condições de subordinação econômica, jurídica ou administrativa e interfira na gestão de seus negócios (artigo 16 da Lei Ferrari).

Por fim, caso o contrato de concessão não seja renovado e/ou se a montadora der causa à sua rescisão, a Lei Ferrari estipula a indenização mínima a ser paga à concessionária, nos termos dos artigos 23 e 24.

No caso de o concessionário descumprir, no curso do negócio, o contrato de concessão, a rescisão do contato não pode ocorrer de forma abrupta, devendo ser precedida de aplicação de penalidades gradativas e tentativas de saneamento. A Lei Ferrari não prevê quais seriam as penalidades gradativas, mas a convenção das categorias econômicas prevê a possibilidade de aplicação de advertências e multas nessa hipótese.

A prova de justo motivo na rescisão do contrato de concessão é essencial para afastar alegações de abusividade da montadora e evitar pleitos indenizatórios milionários, haja vista que esse tipo de negócio costuma envolver grandes investimentos.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD é aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, o Decreto nº 10.474 de 26 de agosto de 2020 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas até o presente momento a ANPD ainda não editou nenhum regulamento relacionado à proteção de dados pessoais. O Decreto nº 10.474/2020 aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

confiança da ANDP. O Decreto entrou em vigor em outubro de 2020, na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União, e desencadeou o prazo legalmente previsto de 2 (dois) anos para transformação da ANPD em autarquia federal autônoma. No presente panorama, a ANPD já está operando, podendo emitir normas e diretrizes que poderão se aplicar à Companhia e impor novos limites às suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Portanto, a Companhia deverá acompanhar os desenvolvimentos legislativos e regulatórios aplicáveis ao seu setor e constantemente atualizar quaisquer atividades de tratamento de dados pessoais irregulares ou ilegais, o que indica que a Companhia poderá ter elevados custos relacionados à conformidade com as normas nacionais de proteção de dados. Caso a Companhia falhe em atualizar seus processos operacionais de acordo com os requisitos da legislação ou regulamentação aplicável, a Companhia poderá incorrer em elevadas multas, processos judiciais e danos à sua reputação.

Além disso, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos nossos estabelecimentos está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou judiciais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para desenvolvimento de suas atividades, incluindo as emissões atmosféricas provenientes dos veículos movidos à diesel e demais equipamentos, à captação de recursos hídricos, ao

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras. O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, dependem do prévio licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

Como regra geral, nas atividades com significativo impacto ambiental, o processo de licenciamento envolve três etapas sucessivas, para obtenção de Licença Prévia (LP), da Licença de Instalação (LI) e, por fim, da Licença de Operação (LO), todas emitidas com prazos determinados de validade e condicionantes específicas. Atividades com baixo impacto ambiental, assim definidas pela legislação ambiental ou pelo órgão ambiental competente, podem estar sujeitas à dispensa ou isenção de licenciamento ambiental.

A LP é emitida em fase preliminar de planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, e estabelece condições e exigências técnicas que deverão ser observadas nas fases do licenciamento. A LI autoriza a construção do empreendimento. Por fim, a LO autoriza o efetivo início e a continuidade das atividades operacionais.

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento (construção, alteração, ampliação e operação) e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item "i" acima, as multas pelas irregularidades referidas, no âmbito federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição das atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

É importante, ainda, ressaltar que para os empreendimentos com significativo impacto ambiental, é exigido o pagamento de compensação ambiental sobre os impactos negativos não mitigáveis resultantes

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

da implantação do empreendimento, por meio de destinação de recursos para implantação e manutenção de unidade de conservação.

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira impõe diversas outras obrigações e exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) o controle das emissões atmosféricas; (iii) a destinação final ambientalmente adequada de resíduos; (iv) o atendimento aos padrões de níveis de ruídos; (v) a obtenção de autorizações para a captação de água e lançamento de efluentes, entre outros. Ainda, a legislação determina a elaboração de estudos ambientais específicos, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos podem sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação dos empreendimentos, a operação e a manutenção das atividades da Companhia.

Resíduos Sólidos

Outro controle importante é o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia, instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). A referida lei determina que a disposição inadequada de resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativas e penal, além do dever de reparação dos danos causados.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Como já demonstrado, a legislação brasileira prevê a responsabilidade objetiva e solidária ao causador de danos ambientais, de modo que a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável em caso de terceiros causarem prejuízos decorrentes de dano ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Como o gerenciamento de resíduos sólidos da Companhia é executado por terceiros, a Companhia pode ser adversa e significativamente afetada caso terceiros prestadores de serviço causem danos ambientais por meio das atividades que desempenham para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997), o uso de recursos hídricos está sujeito à prévia outorga de direito de uso por parte do Poder Público, e é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente, a partir da dominialidade do corpo d'água utilizado.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água que não envolva utilização de rede pública, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A falta da outorga ou o não atendimento de suas condicionantes, além da execução de obras e serviços hidráulicos, é considerada infração administrativa e pode acarretar a aplicação de multa, no valor de até R$10.000,00, embargo da atividade, dentre outras, além de eventual exposição criminal.

Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

Ainda, cabe destacar que a Controladora da Companhia declarou apoio ao PACTO Global relacionados a Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção – em todas as suas formas.

Responsabilidade Ambiental

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade consideradas distintas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como gerar a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais, embora existam interferências pontuais de acordo com o caso concreto.

A responsabilidade civil ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiental (Lei Federal nº 6.938/1981), é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade desenvolvida pela Companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

Aquele que tenha causado dano ambiental, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da Companhia, como, por exemplo, a coleta, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos aplicadas às pessoas jurídicas, de forma isolada, cumulativa ou alternativa, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, e (iv) multa.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A fim de identificar os principais impactos diretos e indiretos, as iniciativas da Companhia englobam o controle do uso de materiais, como água, energia, e quilometragem rodada, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de conscientização sobre o uso eficiente dos materiais. Em 30 de junho de 2021, os custos incorridos pela Companhia para o cumprimento das práticas ambientais foram de aproximadamente R$165.476,77.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito de uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, tais como "VAMOSLOCAÇÃO", "VAMOSSEMINOVOS", "VAMOSCONFIA" e "GRUPO VAMOS", as quais são extremamente relevantes para suas atividades. Além disso, a Companhia é titular de alguns nomes de domínios associados a tais marcas, dentre os quais se destacam www.grupovamos.com.br e www.transrio.com.br.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, registrados ou licenciados em nome da Companhia, de suas subsidiárias ou filiais, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia possui um Relatório Anual de Sustentabilidade para divulgação de suas políticas e práticas socioambientais, elaborado em conformidade com Normas GRI (Global Reporting Initiative): opção Essencial, com os princípios do Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC); segue ainda as recomendações de divulgação do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD); e dados do Carbon Disclosure Program (CDP). Tal documento apresenta o modelo de negócio, as políticas e estratégias da Companhia, assim como o desempenho social, ambiental e de governança.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu relatório anual, a Companhia segue as premissas da versão mais atual (Standards) de diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) na opção essencial.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relatório anual da Companhia é desenvolvido com o apoio de uma consultoria externa. Neste ciclo, os indicadores GRI e o processo do Relato Integrado foram auditados pela KPMG.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

https://grupovamos.com.br/relatorio-anual/pdf/rai-grupo-vamos_2020.pdf

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

I. Políticas Anticorrupção

A Simpar S.A., a controladora da Companhia ("Controladora"), possui uma Política Anticorrupção, pilar do Programa de Conformidade, que abrange um conjunto de Políticas que contém regras essenciais para o efetivo combate à corrupção. Tais políticas, conforme descritas abaixo, são aplicáveis às controladas e coligadas, sendo, portanto, aplicáveis à Companhia. São elas:

– Políticas de Interação com o Poder Público;

– Política de Participação em Licitação Pública;

– Política de Doações e Patrocínios; e

– Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

Política de Interação com o Poder Público

O objetivo da Política de Interação com o Poder Público é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados nos exercícios das atividades e sempre que haja interação com membros da Administração Pública em todas as suas esferas (legislativo, judiciário e executivo), a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, atos de corrupção e suborno, conflitos de interesse e outros ilícitos.

Ainda, a política visa estabelecer as diretrizes, as proibições e os regramentos às atividades dos terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e consultores de negócios sempre que se relacionarem com a Companhia, quando a representarem, principalmente junto aos órgãos da Administração Pública.

A Política de Interação com o Poder Público pauta-se por:

- Ética corporativa e profissional;
- Comprometimento com as diretrizes dispostas no Código de Conduta da Controladora;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento das políticas e normas internas;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento da legislação nacional e estrangeira aplicável aos negócios;
- Questionar a área aplicável no caso de qualquer dúvida sobre a interação com a administração pública e o agente público; e
- Denunciar qualquer ação contrária à Política e à legislação vigente que envolva colaboradores, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios, da qual tenha tido conhecimento, ainda que se trate de mero indício.

Política de Participação em Licitação Pública

O objetivo da Política de Participação em Licitação Pública é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando houver atuação em processos de licitação pública, desde a busca por editais até a última etapa de participação da empresa.

A Política de Participação em Licitação Pública apresenta diretrizes relacionadas à (i) forma de obtenção dos editais; (ii) contrato com o pregoeiro e/ou agentes públicos; (iii) contrato com os concorrentes no

7.9 - Outras Informações Relevantes

processo de licitação; (iv) ofícios, intimações e notificações; (v) impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital; (vi) documentos de habilitação; (vii) arquivamento de documentos; (viii) aprovações durante o processo de licitação; (ix) apresentação de cotações de preços praticados e de portfólio de produtos comercializados; (x) procedimento de manifestação de interesse e apresentação de projetos; (xi) denúncias; e (xii) participação por meio de consórcio.

Política de Doações e Patrocínios

O objetivo da Política de Doações e Patrocínios é definir diretrizes que devem ser observadas pelos colaboradores e por qualquer interessado em receber doação ou patrocínio das empresas do grupo da Controladora, a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Controladora.

A Política de Doações e Patrocínios apresenta diretrizes relacionadas à (i) solicitação de doação e patrocínio; (ii) documentos a serem apresentados; (iii) limites para doações e patrocínios; (iv) avaliação e aprovação da doação ou patrocínio; (v) proibições para realizar doações ou patrocínios; (vi) contratos de doação e patrocínio; e (vii) recursos financeiros para o pagamento e doações e patrocínios.

Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade

O objetivo da Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade é estabelecer diretrizes, orientar e auxiliar os colaboradores em relação ao oferecimento e recebimento de brinde, presente, hospitalidade e entretenimento.

A Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade estabelece que, além de sempre observar as regras determinadas pela Política, antes de oferecer ou aceitar qualquer brinde, refeição, entretenimento e/ou hospitalidade, o colaborador deve fazer a auto avaliação disposta na Política.

II. Sustentabilidade, Patrocínio e Incentivo Cultural

O Grupo Vamos possui uma política de Sustentabilidade formalizada e aprovada pelo Comitê de Sustentabilidade Vamos, com o objetivo de garantir a evolução de suas práticas alinhadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) e buscando desenvolver seus negócios a partir da construção de um posicionamento proativo em temas como Desenvolvimento Local, Mudanças Climáticas e Respeito à Diversidade. O Comitê tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração no cumprimento das suas atribuições legais e na promoção da inovação com relação à sustentabilidade dos negócios da Companhia.

Neste contexto, implantou-se uma área e uma governança robustas para a sustentabilidade em 2019. Os aspectos conectados ao impacto social positivo na sociedade, sob responsabilidade desta área, avançaram por meio da melhoria de processos, definição e revisão de políticas, aprimoramento de programas, criação e monitoramento de indicadores e implantação de um Grupo de Trabalho de Sustentabilidade específico para a Vamos.

Em atuação desde 2006, o Instituto Julio Simões gere os investimentos das empresas SIMPAR no desenvolvimento de projetos próprios que beneficiam especialmente crianças e adolescentes. Em 2020, repassamos mais de R$ 277 mil à organização, que doou aproximadamente R$ 713 mil a instituições sociais, por meio de repasses fixos mensais ou anuais, além de cestas de alimentos para auxílio ao

7.9 - Outras Informações Relevantes

combate à pandemia que somaram R$ 53 mil e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no valor aproximado de R$ 1 milhão, totalizando um montante de R$ 1.724.000 em ações e projetos de impacto na comunidade. Também destinamos verbas a projetos sociais incentivados no valor de R$ 1.218.748,92.

III. Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Posição de liderança no mercado de atuação

Somos líder no mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos[1], com uma frota de 18.395 ativos locados, sendo 15.355 caminhões e 3.040 máquinas e equipamentos em 30 de junho de 2021. Somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador e vendedor de caminhões no Brasil[2] e isso nos coloca em posição privilegiada para capturar o aumento da demanda por locação desses ativos, uma vez que a crescente idade média da frota no Brasil cria a necessidade por uma renovação, representando um alto potencial para terceirização das frotas pelas empresas. Nossa Companhia foi organizada a partir de uma reorganização de negócios da JSL S.A., nosso antigo acionista controlador e atual sociedade sob controle comum de nossa controladora Simpar S.A., companhia líder no setor de logística de transportes no Brasil, operando há mais de 60 anos neste setor, com equipe diferenciada, expertise em gestão e manutenção de ativos, diversos canais de captação de clientes, o que nos colocou em posição privilegiada em termos de acesso a fornecedores, clientes e prestadores de serviço, bem como em termos de experiência e conhecimento dos mercados em que atuamos.

Escala de Negócios

Nossa grande recorrência de compras e a grande escala de nossas operações e do grupo do qual fazemos parte nos conferem forte poder de negociação e relacionamento estreito com nossos fornecedores. Por essas razões, somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador de caminhões de montadoras brasileiras, tendo adquirido 3.133 veículos em 2021 , 3.229 veículos em 2020 e 3.705 em 2019. A escala na aquisição de veículos é uma grande vantagem competitiva uma vez que nos confere melhores condições comerciais na negociação com essas montadoras, favorecendo nossas operações em razão (i) do menor investimento para expansão da frota; e (ii) do menor valor residual dos veículos locados. Nossas aquisições de caminhões representaram cerca de 5,4% e 3,7% das vendas em unidades de caminhões no Brasil em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, considerando o total divulgado pela ANFAVEA/FENABRAVE, o que ilustra nossa relevância na negociação junto ao mercado para renovação de nossa frota operacional, que vem aumentado a representatividade ao longo dos anos (2,3% e 2,8% nos anos de 2017 e 2018, respectivamente). Somos o maior comprador das três principais montadoras do Brasil.

---

[1] "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" –

Fonte: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml

[2] "Deixa que eu monto, embalo, entrego..." Fonte: http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292902-16642,00.html

7.9 - Outras Informações Relevantes

Modelo de negócio com baixo risco de execução no segmento de locação

Nosso modelo de negócios é baseado em contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos, em que os ativos são fundamentais para o negócio dos clientes. Esse modelo nos permite previsibilidade do fluxo de caixa e da geração de valor dos nossos investimentos. Nossos contratos são padronizados, com média de 5 anos de duração, com correção por índices de inflação anual (IGP-M ou IPCA) e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, protegendo a Companhia e assegurando o baixo risco de execução ao nosso modelo de negócios. A nossa ampla rede de lojas para venda dos ativos nos garante um modelo de negócio ainda de menor risco, pela alta capacidade de venda dos ativos ao final dos contratos.

Em 30 de junho de 2021, devido a esse modelo, possuíamos R$5,120 bilhão receita futura contratada (*backlog*), representando um aumento de 64,2% frente a R$3,117 bilhão em 31 de dezembro de 2020. Ainda em 30 de junho de 2021, possuíamos 86% da receita mensal de aluguel vinculada a contratos com duração de 5 anos ou mais (a divisão destes contratos é de 1,6%, 6,7%, 5,9%, 60,3%, 9,4% e 16,2% com duração de menos de 3 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos e mais que 6 anos, respectivamente).

Além disso, atuamos em diversos setores da economia e temos amplo portfólio de 523 clientes, distribuídos em setores de importância no país. Em 30 de junho de 2021, 50% da nossa receita contratada estava vinculada ao setor de transporte, 23% ao setor de agronegócio, 6% ao setor de engenharia/construção civil, 4% ao setor de alimentos e o restante 17% a outros setores.

Nossos ativos possuem uma vida útil maior que 5 anos, o que muitas vezes viabiliza negociar com os clientes a extensão dos contratos de locação por pelo menos mais 2 anos, com o mesmo ativo, reduzindo os custos do cliente e aumentando nossa rentabilidade.

Controle de todo o ciclo do negócio com apoio da nossa rede de lojas

Temos a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN do Brasil[3] e a concessionária de máquinas e equipamentos agrícolas, com a maior cobertura de território nacional. Além disso, contamos com uma rede de lojas próprias de seminovos. Nossas lojas nos permitem controlar todo o ciclo do negócio, com a venda dos ativos locados nas nossas concessionárias e lojas de seminovos no término dos contratos de locação.

A nossa rede conta com 52 lojas, sendo 41 concessionárias (18 lojas da Valtra, 14 da Transrio, 6 lojas da Fendt e 3 da Komatsu) e 11 lojas da Vamos Seminovos, estrategicamente posicionadas, com capilaridade nacional.

O controle da venda dos ativos através da nossa rede de lojas, aliado à nossa experiência nesse mercado, nos permite aumentar a velocidade de vendas dos ativos com o melhor preço, contribuindo para a rentabilidade do nosso investimento. Mesmo com contratos de longo prazo, temos uma plataforma instalada para vender com tranquilidade nossos ativos.

---

[3] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

7.9 - Outras Informações Relevantes

Nossa rede de lojas e concessionárias também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

Excelência no atendimento e qualidade dos serviços

Somos reconhecidos pela excelência e qualidade de nossos serviços, conforme nossos segmentos de negócios, pois oferecemos um atendimento específico de qualidade, ágil e eficiente, customizado por cliente e por tipo de negócio.

Temos um importante *track record* na prestação de serviços em contratos de locação com manutenção e garantia de disponibilidade da frota, sendo este um diferencial reconhecido pelos clientes que contratam o aluguel de caminhões. Buscamos a excelência no atendimento, com profissionais preparados e capacitados para oferecer um atendimento de qualidade e soluções adequadas para nossos clientes. Contamos com uma rede de oficinas com capilaridade nacional e com uma cobertura de assistência 24 horas oferecida aos clientes de veículos locados, estando preparada para o nosso crescimento.

Valorizamos o trabalho de nossos profissionais e acreditamos na importância de investir em seu desenvolvimento e de estimular sua participação ativa na elaboração e apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Compartilhamos com nossa equipe a cultura de estar a serviço do cliente e sabemos que quanto mais capacitados nossos profissionais, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, oferecemos treinamentos de formação específicos para a atividade desempenhada, tais como, atendimento ao cliente, técnicas de vendas e negociações, trabalho em equipe, liderança, motivacional, entre outros, além da integração institucional realizada com nossos colaboradores recém contratados.

Atualmente temos uma infraestrutura sólida, uma vez que contamos com uma rede de concessionárias, bases instaladas dentro de nossos próprios clientes, nossas próprias oficinas e além disso nossa rede credenciada. Nosso eventual acesso ao CAPEX será para auxílio na aquisição de novos ativos, uma vez que já nos consideramos prontos para crescer em escala em termos de infraestrutura.

Crescimento forte, consistente e sustentável, aliado a solidez financeira e rentabilidade

Nos últimos três anos, nossos negócios têm alcançado uma Taxa de Crescimento Anual (*CAGR*) de 24% na receita líquida e de 19% em nosso EBITDA, com base nas demonstrações financeiras carve-out, conforme mencionadas no item 3.9 deste formulário de referência.

A receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.186,0 milhões e de R$625,4 milhões no mesmo período de 2020, de R$1.513,1 em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 24,8% em relação a receita líquida de R$1.211,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de 53,8% em relação a 2018 (R$983,3 milhões).

O nosso lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$173,3 milhões, representando um aumento de 129% com relação a receita líquida do período de 30 de junho de 2020, de R$75,8 milhões. Totalizou $179,2 milhões no exercício social de 2020, representando um crescimento de 26,3% em relação ao lucro líquido de R$141,8 milhões no exercício social de 2019, e de 59,2% em

7.9 - Outras Informações Relevantes

relação a 2018 (R$116,3 milhões), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2020 de 35,9%, em 2019 de 26,4% e em 2018 de 17,2%. O EBITDA de nossas atividades em 30 de junho de 2021 foi de R$457,8 milhões e de R$291,4 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de 57%. No exercício social de 2020, foi de R$638,8 milhões, representando um crescimento de 21% em relação ao EBITDA de R$527,6 milhões em 2019 e 41% em relação a 2018 (R$452,2 milhões).

Nossas atividades de locação permitem oportunidades de crescimento mesmo em momento de retração econômica, tendo em vista que a locação é uma alternativa atrativa aos elevados investimentos em frota própria. Acreditamos que nosso modelo de negócios privilegia um crescimento sólido de nossas receitas em razão de nosso pioneirismo em aproveitar oportunidades de mercado não atendidas, como por exemplo a oferta de locação com serviços de manutenção e garantia de disponibilidade da frota. Adotamos uma rígida disciplina financeira, mantendo o indicador de alavancagem através do índice de alavancagem líquida, o qual se manteve em média 2,6x ao longo dos últimos três exercícios sociais, sendo 3,01x em dezembro de 2020, 3,0x em 2019 e 1,99x em 2018. Em 30 de junho de 2021, a alavancagem líquida da Companhia resultou em 2,37x.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição, alienação ou locação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes - Negócios extraordinários.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquinas e Veículos	Brasil			Própria
ASR SE 95, Alameda 03, QI. M, Lotes 01 e 02 A (Concessionária VW MAN)	Brasil	TO	Palmas	Própria
Terreno em loteamento	Brasil	TO	Araguaína	Própria
Imóvel da Concessionária Valtra	Brasil	GO	Rio Verde	Própria
Imóvel da Concessionária Valtra	Brasil	MT	Água Boa	Própria
Rua Tocantins, s/n, Quadra 19, Lote 01	Brasil	GO	Cristalina	Própria
Rodovia GO 010, s/n, Km 70-71	Brasil	GO	Silvânia	Própria
Avenida AB/ s/n, Setor A, Sala 2	Brasil	MT	Querência	Própria
Fazenda Boa Vista	Brasil	MT	Primavera do Leste	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840882807, marca mista “Grupo Vamos”, na classe NCL (11) 35	Até 11/12/2028, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.
Marcas	Registro nº 840882831, marca mista “Grupo Vamos”, na classe NCL (11) 35	Até 24/04/2029, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903471922, marca mista “Transrio Sul”, na classe NCL(9) 35	Até 23/08/2026, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903471930, marca mista “Transrio Sul”, na classe NCL(9) 37	Até 23/08/2026, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840625944, marca mista “Transrio Sergipe”, na classe NCL(10) 12	Até 13/03/2028, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840882831, marca mista “Transrio Sergipe”, na classe NCL(10) 35	Até 13/03/2028, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840882831, marca mista “Transrio Sergipe”, na classe NCL(10) 36	Até 08/11/2026, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840882831, marca mista “Transrio Sergipe”, na classe NCL(10) 37	Até 26/12/2027, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840882831, marca mista “Transrio Sergipe”, na classe NCL(10) 39	Até 13/03/2028, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.
Nome de domínio na internet	www.grupovamos.com.br	Válido até 9/12/2022	Os nomes de domínio são passíveis de renovação repetidamente e por períodos indeterminados. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falto, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.transrio.com.br	Válido até 14/2/2021	Os nomes de domínio são passíveis de renovação repetidamente e por períodos indeterminados. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falto, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Marcas	Registro nº 840882793, marca mista “Grupo Vamos”, na classe NCL (11) 12	Até 11/12/2028, renovável	O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos, mas já conferem à Companhia direito de precedência sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e asseguram o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros através de processo administrativo de nulidade, concessão em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por requerimento de caducidade parcial ou total. Há ainda possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, requisito imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	13.280.519/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor.	100,000000
30/06/2021	0,600000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-5,100000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	33.778.000,00		
31/12/2019	3,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	106,100000	0,000000	6.111,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Borgato Serviços Agrícolas S.A. foi adquirida para locação de máquinas e veículos pesados.

Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	11.726.521/0001-47	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; locação de automóveis sem condutor; administração de consórcios para aquisição de bens e direitos; comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados.	100,000000
30/06/2021	18,300000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	13,200000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	191.289.000,00		
31/12/2019	8,300000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-13,700000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. foi adquirida em Mai/2017 para a concessão da concessionária de caminhões MAN.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda.	38.364.749/0001-90	-	Controlada	Brasil	GO	Rio Verde	A Sociedade tem por objeto social o comércio de tratores, máquinas e implementos agrícolas, comércio de veículos automotores em geral, novos e usados, peças e acessórios, lubrificantes e atividades agropastoris, prestação de serviços de assistência técnica e afins, importação e exportação de mercadorias e ainda transporte rodoviário de cargas em geral, participação em outras sociedades como sócio ou acionista, prestação de serviços de intermediação de: (i) venda de contrato de seguros por empresas especializadas, (ii) venda de contratos financeiros por empresas especializadas; e (iii) venda de contratos de consórcios promovidos por empresas especializadas.	100,000000
30/06/2021	201,500000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	46.209.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. foi constituída em setembro de 2020 para a concessão da concessionária Fendt.

Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.	35.654.688/0001-08	-	Controlada	Brasil	MT	Cuiabá	Comércio de tratores, máquinas e implementos, veículos automotores, novos e usados, inclusive importação e exportação, peças e acessórios, lubrificantes; a prestação de serviços de reparos e conservação de máquinas, implementos e veículos automotores, assistência técnica e afins; a prestação de serviços de intermediação de venda de contratos financeiros por empresas especializadas, venda de contratos de consórcios promovidos por empresas especializadas, contratação de serviços de despachantes e venda de tratores, máquinas, implementos e veículos automotores, novos e usados, peças e acessórios, diretamente pelas fabricantes, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.	100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
30/06/2021	66,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	42,600000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	11.836.000,00		
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. foi constituída em outubro de 2019 para a concessão da concessionária Komatsu.

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.	57.213.191/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	Morro Agudo	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios PA.	100,000000
30/06/2021	13,200000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	4,300000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	204.033.000,00		
31/12/2019	2,200000	0,000000	0,00					
31/12/2018	101,300000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., anteriormente denominada Borgato Máquinas S.A., foi adquirida em Dez/17 para a concessão das concessionárias Valtra e Liebherr.

Vamos Seminovos S.A.	18.163.414/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; existem outras atividades.	100,000000
30/06/2021	82,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-4,100000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	42.294.000,00		
31/12/2019	11,600000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2018	307,700000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Vamos Seminovos S.A., anteriormente denominada Borgato Caminhões S.A., foi adquirida em Dez/17 para a concessão da concessionária DAF.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item "9.1.a – Ativos Imobilizados", cabe destacar que, em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía 3.040 máquinas e 15.355 veículos próprios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 10.1 devem ser lidas em conjunto com nossas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas auditadas para período findo em 30 de junho de 2021 e com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

No item 10.9 apresentamos demonstrações financeiras consolidadas e combinadas com carve-out auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo em vista fornecer informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, de forma comparativa entre os exercícios apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A. e as empresas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A., controlada direta da JSL S.A.), independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Adicionalmente, as informações financeiras contidas no item 10.9 são, na nossa visão, importantes para a melhor compreensão do negócio da Companhia pelo investidor. Tais informações devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas com carve-out auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparadas de acordo com as IFRS e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Não foram incluídas as informações financeiras de 2020 no item 10.9, dado que o efeito *carve-out* não é mais aplicável e na comparação com 2019, as análises constam nos itens anteriores.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" ("Receita Líquida") para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Companhia e suas controladas vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de mecânica e funilaria, operações de arrendamento mercantil para aquisição de veículos e equipamentos. A Companhia é controlada pela JSL S.A., maior operador logístico do Brasil.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Período de seis meses findo em 30 de Junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Patrimônio Líquido	1.536.957	569.222	506.238	490.754	581.483
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	1.185.998	625.378	1.513.187	1.211.508	938.946
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	173.272	75.829	179.192	141.782	105.892
EBITDA ajustado (i)	457.816	291.440	638.774	527.624	425.407
Margem EBITDA Ajustada (ii)	38,60%	46,60%	42,21%	43,55%	45,30%
Dívida bruta (iii)	2.252.121	2.452.065	2.706.005	2.081.575	926.505
Dívida líquida (iv)	1.909.992	1.835.619	1.920.437	1.581.663	859.853
Caixa e equivalente de caixa	38.620	71.062	18.405	322.830	58.605
Títulos e valores mobiliários circulante	294.845	541.110	760.905	176.427	7.253
Títulos e valores mobiliários não circulante	8.664	4.274	6.258	655	794
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	77.721	30.426	98.500	16.048	4.880
Alavancagem líquida (v)	2,37	6,78	3,01	3,00	1,99
Liquidez imediata (vi)	0,33	1,29	0,78	0,73	0,13
Liquidez corrente (vii)	1,15	2,57	1,29	1,49	0,86
Liquidez seca (viii)	0,79	1,86	1,05	1,06	0,42

(i) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização (EBITDA), excluindo o Resultado das Operações Descontinuadas. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações que foram descontinuadas em 2018.

(ii) A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" consolidada da Companhia.

(iii) "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos, financiamento e debêntures, arrendamentos a pagar, e instrumentos financeiros derivativos, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos a pagar.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total de empréstimos, financiamento e debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos a pagar (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.

(v) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA LTM de determinado período.

(vi) A "Liquidez imediata" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.

(vii) A "Liquidez corrente" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do Ativo circulante pelo passivo circulante.

(viii) A "Liquidez seca" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários e mais contas a receber, todos do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.

Em 30 de junho de 2021, a Dívida Bruta da Companhia registrou R$2.252.121 mil, comparado a R$2.706.005 mil em 31 de dezembro de 2020, uma diminuição de R$453.884 mil na comparação do mesmo período. Essa diminuição é decorrente principalmente de amortização no período da dívida "CCB" no montante de R$351.669.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia registrou R$2.706.005 mil, comparado a R$2.081.575 mil em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$624.430 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente principalmente pelas captações dos CRAs III e IV, no montante de R$900.000 mil. Esse aumento está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, pois utiliza-se de endividamento como uma fonte de financiamento na aquisição de seus caminhões, máquinas e equipamentos destinados ao seu segmento de locação. Vale ressaltar que, no mesmo período, a Receita Líquida do segmento de Locação de Veículos Pesados apresentou aumento de 6,96%.

Em 30 de junho de 2021, a Dívida Líquida da Companhia registrou R$1.909.992 mil em comparação a R$1.920.437 mil em 31 de dezembro de 2020, uma diminuição de R$10.445 mil na comparação a 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida da Companhia registrou R$1.920.437 mil em comparação a R$1.581.663 mil em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$338.774 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente do aumento da Dívida Bruta no período, conforme explicado anteriormente, mas compensado pelo aumento de Caixa, equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários de R$285.656 mil.

A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 2,37x em 30 de junho de 2021 e uma melhora comparada a 3,01x em 31 de dezembro de 2020, praticamente estável comparado a 3,00x em 31 de dezembro de 2019. Conforme mencionado anteriormente, a dívida líquida apresentou crescimento de 21,4%, assim como o EBITDA Ajustado, também apresentou aumento de 21,1% em relação ao exercício social anterior.

Na comparação de 30 de junho 2021 com 31 de dezembro de 2020, a variação do índice de liquidez imediata, houve uma piora devido a diminuição do caixa e equivalente de caixa e de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras pelas novas aquisições de ativos imobilizados para operação de locação, assim como ocorreu com a liquidez seca.

Na comparação de 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019, a variação do índice de liquidez imediata, teve melhora devido ao aumento do caixa e equivalente de caixa e de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras corrente e seca. A variação de liquidez corrente teve uma queda dado que o passivo circulante aumentou mais que o ativo circulante no período comparado. A variação da liquidez seca seguiu praticamente em linha com o período anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Com relação a 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou e pagou R$23.768 mil de Juros sobre o Capital Próprio e R$135.609 mil de dividendos referente ao exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia registrou R$2.081.575 mil, comparado a R$926.505 mil em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$1.155.070 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente principalmente pelas captações dos CRAs I e II e das debêntures, no montante de R$ 1.297.646 mil. Esse aumento está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, pois utiliza-se de endividamento como uma fonte de financiamento na aquisição de seus caminhões, máquinas e equipamentos destinados ao seu segmento de locação. Vale ressaltar que, no mesmo período, a Receita Líquida do segmento de Locação de Veículos Pesados apresentou aumento de 25,1%.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Líquida da Companhia registrou R$1.581.663 mil em comparação a R$859.853 mil em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$721.810 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente do aumento da Dívida Bruta no período, conforme explicado anteriormente.

A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 3,00x em 31 de dezembro de 2019 comparado a 1,99x em 31 de dezembro de 2018. Tal crescimento deve-se principalmente ao aumento de empréstimos e financiamentos para sustentar o crescimento da Companhia, conforme explicado anteriormente. Esse crescimento é comprovado pelo aumento do EBITDA Ajustado, que apresentou aumento de 24,0% em relação ao exercício social anterior.

Com relação às variações dos índices de liquidez imediata, corrente e seca, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve uma melhora destes índices, em comparação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, dos saldos que permaneceram em caixa e equivalente de caixa e de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras resultantes das captações efetuadas no final do exercício de 2019, conforme mencionado anteriormente, o que constituiu uma reserva de liquidez.

Com relação a 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou e pagou R$34.646 mil de Juros sobre o Capital Próprio e R$49.211 mil de dividendos referente ao exercício de 2019. No exercício de 2019 liquidou também o saldo de dividendos e JCP destinados de exercícios anteriores no montante de R$206.178, líquidos dos impostos retidos.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(b) Estrutura de Capital

A Companhia acredita que sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da administração da Companhia, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	3.568.406	3.719.241	2.563.095	1.441.949
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.536.957	506.238	490.754	581.483
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	**5.105.363**	**4.225.479**	**3.053.849**	**2.023.432**
Parcela de capital de terceiros	69,90%	88,02%	83,93%	71,26%
Parcela de capital próprio	30,10%	11,98%	16,07%	28,74%

Em 30 de junho de 2021 o saldo de capital de terceiros era de R$3.568.406 mil e R$3.719.241 mil em 31 de dezembro 2020, representando aumento de R$150.835 mil ou 4,1%. Os saldos permanecem em linha nos últimos 6 meses. Já em relação ao saldo de capital próprio, houve um aumento de R$1.030.719 ou 203,6%, saindo de R$506.238 para R$1.536.957, em razão da entrada dos recursos do IPO realizado em janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de capital de terceiros era de R$3.719.241 mil e R$2.563.095 mil para o mesmo período de 2019, representando aumento de R$1.156.146 mil ou 45,1%, em decorrência, principalmente, pela captação de recursos de terceiros por meio da emissão de CRA e aumento da conta de fornecedores. No mesmo período, o saldo de capital próprio era de R$506.238 mil e R$490.754 mil para o período de 2019, representando um aumento de R$15.484mil ou 3,2% em razão do aumento da reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de capital de terceiros era de R$2.563.095 mil e R$1.441.949 mil para o mesmo período de 2018, representando aumento de R$1.121.146 mil ou 77,7%, em decorrência, principalmente, pela captação de recursos de terceiros por meio da emissão de debêntures e CRA. No mesmo período, o saldo de capital próprio era de R$490.754 mil e R$581.483 mil para o período de 2018, representando uma redução de R$ 90.729 mil ou 15,6% em razão da distribuição de dividendos aos acionistas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O capital de terceiros da Companhia é representado por empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e risco sacado, conforme demostrado abaixo:

(Em milhares de R$)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Dívida bruta de curto prazo	85.174	316.458	425.483	203.422
Dívida bruta de longo prazo	2.166.947	2.389.547	1.656.092	723.083
Dívida Bruta (i)	**2.252.121**	**2.706.005**	**2.081.575**	**926.505**

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger eventuais variações das dívidas, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que o Grupo apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos conforme divulgado no item 10.1 (a) deste Formulário de Referências. Em 30 de junho de 2021, 41,9% das receitas consolidadas da Companhia são provenientes do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, cujo fluxo de caixa é gerado substancialmente pelo giro do ativo imobilizado, não havendo investimento em capital de giro, impactando em menores níveis de índices de liquidez.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 30 de junho 2021 eram de 0,38 e 1,15, respectivamente (31 de dezembro de 2020 eram de 0,39 e 1,29). O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" mais "Ativo Realizável a longo prazo" pelo "Total do passivo", e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" pelo "Passivo circulante". Adicionalmente, em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R$2.779.916 em veículos e R$606.403 em máquinas e equipamentos (em 31 de dezembro de 2020 era R$2.019.174 mil e R$475.173 mil respectivamente), que são ativos considerados de alta liquidez. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R$2.329.842 mil de empréstimos e financiamentos. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

Em 30 de junho de 2021, a Companhia utilizou mais caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento, nos montantes de R$268.248 e R$64.249 respectivamente, no exercício de 2020, a Companhia utilizou mais caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento, totalizando R$667,4 milhões No exercício de 2019, a Companhia utilizou mais caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento, totalizando R$442,9 milhões. Já em 2018, gerou caixa pelas atividades operacionais e atividades de investimento no montante de R$250,3 milhões. A variação em junho 2021 foi principalmente decorrente da utilização do caixa para aquisição de ativos operacionais para locação no montante de R$1.025.203 milhões e de uma variação positiva em títulos e resgate em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras de R$463.654, a variação em 2020 foi principalmente decorrente da utilização do caixa para investimentos em ativos operacionais para locação no montante de R$705,0 milhões e de investimentos em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras de R$590,1 milhões. A variação em 2019 foi principalmente decorrente da utilização do caixa para investimentos em ativos operacionais para locação no montante de R$ 791,1 milhões, que está em linha com o plano de expansão das operações da Companhia. Em relação ao exercício de 2018, a variação notada nos fluxos de caixa gerados se deve a somatória dos negócios adquiridos no exercício de 2017. O fluxo de caixa gerado por essas atividades foi suficiente para cobrir as despesas financeiras dos exercícios.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 30 de junho de 2021:

(Em milhares de R$)		
Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Total passivo circulante	**85.174**	**3,66%**
Total passivo não circulante	**2.244.668**	**96,34%**
2022	38.078	1,63%
2023	496.839	21,33%
2024	420.726	18,06%
2025	353.176	15,16%
2026	352.058	15,11%
2027 em diante	583.791	25,06%
Total	**2.329.842**	**100,00%**

(d) Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo referente a arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R$5.275 mil a uma taxa de juros média de 4,39% a.a., em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 26.783 mil a uma taxa de juros média de 7,31% a.a., e R$44.935 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 30 de junho de 2021 a Companhia não possuía saldo com arrendamentos financeiros a pagar. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 tem como último vencimento de parcela até novembro de 2022. Tivemos uma otimização da estrutura de capital da Companhia ao longo do ano de 2020, onde aumentamos o prazo médio líquido para 5,3 anos (comparando a 2019, eram 3,9 anos) e diminuímos o custo da dívida para 3,16% (era 6,0% em 2019).

i. <u>Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes</u>

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 30 de junho de 2021:

1. Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 27 de julho de 2015 no valor de R$ 33.739 mil e vencimento em 27 de julho de 2025. A remuneração é 100% do CDI. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R$8.264 mil.

2. Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 24 de setembro de 2015 no valor de R$11.970 mil e vencimento em 24 de agosto de 2025. A remuneração é 100% do CDI. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R$ 2.952 mil.

3. Crédito Internacional celebrado com o JP Morgan Chase Bank, N.A. refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) por taxas pré-fixadas de 2,48%; ou (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até setembro de 2023. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto era de R$195.273mil.

4. Contrato referente à 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, assinado em 07 de fevereiro de 2019, para colocação privada da Companhia, no valor de R$ 300.000 mil e vencimento 15/02/2024. A remuneração é de 100% DI + 0,90% a.a. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto era de R$178.045 mil.

5. Contrato referente à 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 16 de agosto de 2019, no valor de R$ 800.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 20/08/2024, e, o da segunda série em 20/08/2026. A remuneração é de 100% DI + limite de 1,80% a.a. para a primeira série, e, 100% DI + limite de 2,25% a.a. para a segunda série. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto era de R$805.903 mil.

6. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de novembro de 2019. A quantidade emitida foi de 220.000 (duzentos e vinte mil) CRA, sendo (i) 98.036 (noventa e oito mil e trinta e seis) CRA Pré I; e (ii) 121.964 (cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta e quatro) CRA Pré II. O valor nominal unitário dos CRA foi de R$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R$ 220.000 mil. O vencimento para o CRA Pré I ocorrerá em 18/11/2024, e, do CRA Pré II o vencimento ocorrerá em 16/11/2026. A remuneração é pré-fixada em 7,6% a.a. para o CRA Pré I, e, 8,0% a.a. para o CRA Pré II, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto era de R$208.173 mil.

7. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 16 de junho de 2020. A quantidade emitida foi de 500.000 (duzentos e vinte mil) CRAIII. O valor nominal unitário dos CRA foi de R$1.000,00 (mil reais), na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R$ 500.000 mil. O vencimento para o CRA III ocorrerá em 16/06/2027. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7000 a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. Em 30 de junho de 2021 o saldo devedor em aberto era de R$517.885 mil.

8. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., em 23 de novembro de 2020, no valor de R$ 400.000.000,00, e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é pré-fixada

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em IPCA + 5,7315% a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em percentual do CDI. O saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2021 era de R$413.176 mil.

9. Contrato referente à 3ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 10 de junho de 2021, liquidado em 08 de julho de 2021, no valor de R$ 1.000.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/06/2026, o da segunda e terceira série em 16/06/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,30% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,75% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 6,3605% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge em % do CDI.

10. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 20 de março de 2020 no valor Nocional de US$ 40.000 mil e vencimento em 20 de setembro de 2023. A remuneração é de 134,99% CDI. Em 30 de junho de 2021, o valor justo deste instrumento estava ativo em R$ 13.216 mil.

11. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nocional de R$ 98.036 mil e vencimento em 14 de novembro de 2024. A remuneração é de 139% CDI. Em 30 de junho de 2021, o valor justo deste instrumento estava passivo em R$ 1.434 mil.

12. Contrato de *Swap* 2º Série com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nocional de R$ 121.964 mil e vencimento em 13 de novembro de 2026. A remuneração é de 133,80% CDI. Em 30 de junho de 2021, o valor justo deste instrumento estava passivo em R$ 7.689 mil.

13. Contrato de *Swap* com o Banco Safra S.A., assinado em 07 de agosto de 2020 no valor Nocional de R$ 502.652.321,00 e vencimento em 14 de junho de 2027. A remuneração é de 165% CDI. Em 30 de junho de 2021, o valor justo deste instrumento estava ativo em R$ 47.994 mil.

14. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 26 de novembro de 2020 no valor Nocional de R$ 400.000.000,00 e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é de 133,60% CDI. Em 30 de junho de 2021, o valor justo deste instrumento estava ativo em R$ 23.992 mil.

15. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de Julho de 2021 no valor Nocional de R$ 311.790.000,00 e vencimento em 15 de junho de 2029. A remuneração é de 127,20% CDI.

16. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de Julho de 2021 no valor Nocional de R$ 223.750.000,00 e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 131,75% CDI.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

17. Contrato de Swap com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de Julho de 2021 no valor Nocional de R$ 464.460.000,00 e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 136,29% CDI.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, seus covenants financeiros, os quais estão apresentados abaixo:

1. "1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019	2018
Dívida financeira líquida(1) / EBITDA consolidado(2)	Igual ou menor que 4	2,37	3,00	3,00	1,91
EBTIDA consolidado(2)/ despesa financeira líquida(3)	Igual ou maior que 2	7,51	5,70	5,64	6,79

(1) Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

longo prazo da Vamos, inclusive as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores, da Vamos apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Vamos.

(3) Despesa financeira líquida para fins de *covenants*: significa os encargos de dívida da Vamos, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

2. "2ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com, em até duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019	2018
Dívida financeira líquida(1) / EBITDA consolidado(2)	Menor ou igual a 3,75	2,37	3,00	3,00	1,91

(1) Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos, inclusive as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, desconsiderando os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligas às montadoras (Veículos Floor Plan), os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores, da Vamos apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Vamos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

3. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com o Banco Santander (Brasil) S.A., assinado pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., anteriormente denominada Borgato Máquinas S.A., – *covenant* financeiro a ser observado com base no desempenho do Grupo Vamos , como garantidora:

Restrição	Limites	Período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019	2018
Dívida líquida(1)/ EBITDA adicionado(2)	Menor ou igual a 3,5	2,02	2,39	1,63	2,08
EBITIDA adicionado / juros líquidos(3)	Maior ou igual a 2	8,80	7,15	6,04	5,48
Dívida líquida(1)/ EBITDA	Menor ou igual a 4,75	2,37	3,00	1,63	2,08

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo do Grupo Vamos, incluídas debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos os valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diárias de até 360 dias e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoques de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, em concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

(2) EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, do Grupo Vamos apurados ao longo dos últimos 12 meses.

(3) Juros líquidos para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras do Grupo Vamos, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

4. Contrato de crédito internacional com o JP Morgan Chase Bank, N.A., assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pelo Grupo Vamos:

Restrição	Limites	Período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019	2018
Dívida líquida(1)/ EBITDA adicionado(2)	Menor que 3,5	2,02	2,39	1,63	2,08
EBTIDA adicionado / despesas financeiras líquidas(3)	Maior que 2	8,80	7,15	6,04	5,48

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo do Grupo Vamos e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da JSL, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

(2) EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, do Grupo Vamos apurados ao longo dos últimos 12 meses.

(3) Despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

deduzidas as rendas de aplicações financeiras, do Grupo Vamos, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas do Grupo Vamos e estavam cumpridos em 30 de junho de 2021.

5. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019	2018
Dívida financeira líquida(1)/ EBITDA Consolidado(2)	Menor ou igual a 3,75	2,37	3,00	3,00	1,91

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, inclusive os CDCA e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, desconsiderando os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan), os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras.

(2) EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido da Companhia, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores, apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Emitente.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstração do Resultado

	Período de seis meses findo em 30 de junho de						Exercício social encerrado em 31 de dezembro de								Variações R$		
DRE	**2021**	**AV**	**AH**	**2020**	**AV**	**AH**	**2020**	**AV**	**AH**	**2019**	**AV**	**AH**	**2018**	**AV**	**Jun 2021 X Jun 2020**	**2020 X 2019**	**2019 x 2018**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	1.185.998	100,00%	89,64%	625.378	100,00%	-58,67%	1.513.187	100,00%	24,90%	1.211.508	100,00%	29,03%	938.946	100,00%	560.620	301.679	272.562
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	-714.811	-60,27%	121,69%	-322.435	-51,56%	-61,28%	-832.816	-55,04%	40,26%	-593.774	-49,01%	9,30%	-543.231	-57,86%	-392.376	-239.042	-50.543
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	-52.901	-4,46%	-31,60%	-77.346	-12,37%	-52,45%	-162.652	-10,75%	-20,52%	-204.633	-16,89%	151,33%	-81.419	-8,67%	24.445	41.981	-123.214
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**-767.712**	**-64,73%**	**92,03%**	**-399.781**	**-63,93%**	**-59,84%**	**-995.468**	**-65,79%**	**24,68%**	**-798.407**	**-65,90%**	**27,82%**	**-624.650**	-66,53%	**-367.931**	**-197.061**	**-173.757**
(=) Lucro bruto	**418.286**	**35,27%**	**85,41%**	**225.597**	**36,07%**	**-56,42%**	**517.719**	**34,21%**	**25,33%**	**413.101**	**34,10%**	**31,44%**	**314.296**	33,47%	**192.689**	**104.618**	**98.805**
(=) Despesas Gerais e Administrativas	**-118.010**	**-9,95%**	**70,30%**	**-69.297**	**-11,08%**	**-57,50%**	**-163.060**	**-10,78%**	**17,10%**	**-139.247**	**-11,49%**	**21,93%**	**-114.200**	-12,16%	**-48.713**	**-23.813**	**-25.047**
Despesas comerciais	-52.847	-4,46%	92,10%	-27.510	-4,40%	-58,41%	-66.153	-4,37%	25,27%	-52.807	-4,36%	134,35%	-22.533	-2,40%	-25.337	-13.346	-30.274
Despesas administrativas	-59.766	-5,04%	43,03%	-41.787	-6,68%	-56,42%	-95.891	-6,34%	19,24%	-80.416	-6,64%	-1,83%	-81.916	-8,72%	-17.979	-15.475	1.500
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-5.397	-0,46%	0,00%	0	0,00%	-100,00%	-1.016	-0,07%	-83,13%	-6.024	-0,50%	-38,22%	-9.751	-1,04%	-5.397	5.008	3.727
Outras receitas operacionais, líquidas	**5.426**	**0,46%**	**-38,82%**	**8.869**	**1,42%**	**-40,46%**	**14.896**	**0,98%**	**-20,76%**	**18.799**	**1,55%**	**1,35%**	**18.548**	1,98%	**-3443**	**-3903**	**251**
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**305.702**	**25,78%**	**85,08%**	**165.169**	**26,41%**	**-55,31%**	**369.555**	**24,42%**	**26,28%**	**292.653**	**24,16%**	**33,85%**	**218.644**	23,29%	**140.533**	**76.902**	**74.009**
Receitas financeiras	15.295	1,29%	43,76%	10.639	1,70%	-49,76%	21.176	1,40%	27,03%	16.670	1,38%	6,64%	15.632	1,66%	4.656	4.506	1.038
Despesas financeiras	-66.698	-5,62%	-0,42%	-66.982	-10,71%	-49,74%	-133.268	-8,81%	20,98%	-110.158	-9,09%	33,28%	-82.652	-8,80%	284	-23.110	-27.506
(=) Resultado financeiro líquido	**-51.403**	**-4,33%**	**-8,77%**	**-56.343**	**-9,01%**	**-49,74%**	**-112.092**	**-7,41%**	**19,90%**	**-93.488**	**-7,72%**	**39,49%**	**-67.020**	-7,14%	**4.940**	**-18.604**	**-26.468**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**254.299**	**21,44%**	**133,67%**	**108.826**	**17,40%**	**-57,73%**	**257.463**	**17,01%**	**29,27%**	**199.165**	**16,44%**	**31,35%**	**151.624**	16,15%	**145.473**	**58.298**	**47.541**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-28.620	-2,41%	-34,89%	-43.959	-7,03%	-25,34%	-58.878	-3,89%	42,96%	-41.186	-3,40%	306,45%	-10.133	-1,08%	15.339	-17.692	-31.053
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-52.407	-4,42%	-578,08%	10.962	1,75%	-156,53%	-19.393	-1,28%	19,73%	-16.197	-1,34%	-54,50%	-35.599	-3,79%	-63.369	-3.196	19.402
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**-81.027**	**-6,83%**	**145,56%**	**-32.997**	**-5,28%**	**-57,84%**	**-78.271**	**-5,17%**	**36,40%**	**-57.383**	**-4,74%**	**25,48%**	**-45.732**	-4,87%	**-48.030**	**-20.888**	**-11.651**
(=) Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	**173.272**	**14,61%**	**128,50%**	**75.829**	**12,13%**	**-57,68%**	**179.192**	**11,84%**	**26,39%**	**141.782**	**11,70%**	**33,89%**	**105.892**	11,28%	**97.443**	**37.410**	**35.890**
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	-100,00%	7.045	0,75%	0	0	-7.045

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(=) Lucro líquido do exercício	**173.272**	**14,61%**	**128,50 %**	**75.829**	**12,13%**	**- 57,68%**	**179.192**	**11,84%**	**26,39%**	**141.782**	**11,70%**	**25,54%**	**112.937**	12,03%	**97.443**	**37.410**	**28.845**
(=) LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$) Das operações continuadas (*)	**0,19180**						0,93507			**1,4797**			**0,34545**				
LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$) (*)	0,19180						0,93507			1,4797			0,34545				

(*) Valor alterado com base no evento de desdobramento de ações aprovado em 13 de agosto de 2021, conforme divulgação em fato relevante na mesma data.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no período encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R$1.185.998 mil comparativamente a R$625.378 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$560.620 mil ou 89,6%. Essa receita foi composta por R$699.207 mil em 2021 comparada a R$245.450 mil no ano de 2020 que representou uma variação de R$453.757 mil no segmento de Concessionárias, R$496.891 mil de 2021 em comparação a R$388.910 mil no exercício de 2020, representando uma variação de R$107.981 mil no segmento de Locação e eliminações composta em de R$10.100 mil de 2021 em comparação a R$8.982 mil no exercício de 2020. O crescimento na Receita Líquida é resultado principalmente no aumento de vendas do segmento de Concessionárias, que representou um aumento de 184,9% (considerando as vendas intersegmentos), o aumento foi impactado principalmente pelo aumento de volume em todas as marcas, nova aquisição das Lojas Monarca "Valtra" e a nova Marca Fendt que representa 20,5% da receita de 2021.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 30 de junho de 2021 foi de R$767.712 mil comparativamente a R$399.781 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$367.931 mil ou 92,0%, principalmente por conta do aumento do custo com vendas no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos que saiu de R$196.499 mil em 2020 para R$560.129 mil em 2021, representando um aumento de R$363.630 mil, em decorrência do aumento de vendas da quantidade de veículos vendidos, principalmente pelo aumento de volume em todas as marca e novas aquisições das Lojas Monarca "Valtra" e Marca Fendt.

Lucro bruto

O lucro bruto no período de seis meses encerrado em 30 de julho de 2021 foi de R$418.286 mil comparativamente a R$225.597 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$192.689 mil ou 85,4%. A margem bruta foi de 35,3% e 36,1% nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente, devido principalmente a: (i) expansão das operações de locação que é o segmento com maior margem na companhia. Na Receita Líquida sem Venda de Ativos (considerando as vendas intersegmentos) houve um crescimento de 38,8% e sua margem foi de 61,6% em 2021 para 57,4% um aumento de 4,1 p.p (ii) aumento no segmento de concessionárias, devido ao aumento de volume de vendas conforme mencionado na "Receita Líquida".

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R$118.010 mil comparativamente a R$69.297 mil no mesmo período de 2020, o que representou aumento de despesas operacionais de R$48.713 mil ou 70,3%. Esse crescimento é atribuído principalmente ao aumento de R$22.764 mil de despesas com pessoal da Companhia, conforme justificado pelo aumento da receita e lucro bruto mencionados anteriormente. Em relação à receita operacional líquida, estas despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber houve uma redução no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 e 2020 de 10,0% e de 11,1%, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 foram de R$5.426 mil comparativamente a R$8.869 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$3.443 mil ou 38,8%, essa redução foi principalmente créditos extemporâneo.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R$51.403 mil comparativamente a R$56.343 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$4.940 mil ou 8,8%. Este aumento é atribuído principalmente por conta do juros das novas captações de empréstimos e financiamentos que ocorreram no período com a finalidade de fortalecer o capital de giro e de investimento na expansão das atividades da empresa.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R$254.299 mil comparativamente a R$108.826 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$145.473 mil ou 133,7%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 21,4% e 17,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020 respectivamente que se encontra em linha com o exercício de 2020.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R$81.027 mil comparativamente a R$32.997 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$48.030 mil ou 145,6%. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento do lucro operacional, uma vez que a alíquota efetiva apresentou um aumento inexpressivo de 1.6 p.p., saindo de 31,9% em 2021 para 30,3% em 2020.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R$173,272 mil comparativamente a R$75.829 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$97.443 mil ou 128,5%. Este aumento é atribuído principalmente aos fatores mencionados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de aumento da margem bruta. A margem líquida, considerando o Lucro líquido do exercício das operações continuadas, foi de 14,6% e 12,1% nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.513.187 mil comparativamente a R$1.211.508 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$301.679 mil ou 24,9%. Essa receita de 31 de dezembro de 2020 foi composta por R$695.750 mil em 2020 comparada a R$436.723 mil no ano de 2019 que representou uma variação de R$259.027 mil no segmento de Concessionárias, R$834.973 mil em 2020 em comparação a R$780.619 mil no exercício de 2019, representando uma variação de R$54.354 mil no segmento de Locação e uma "eliminação" de transações entre os segmentos de R$17.537 mil. O crescimento na Receita Líquida é resultado principalmente no aumento de vendas do segmento de Concessionárias, que representou um aumento de 59,3% (considerando as vendas intersegmentos), o aumento foi impactado principalmente pelas concessionárias da marca Valtra que faturaram, no ano de 2019, um montante de R$116.625 mil e, no ano de 2020, um montante de R$262.315 mil.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2020 foi de R$995.468 mil comparativamente a R$798.407 mil no exercício de 2019, o que representou uma variação de R$197.061 mil ou 24,7%, principalmente por conta do aumento do custo com vendas no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos que saiu de R$ 339.036 mil em 2019 para R$ 557.168 mil em 2020, representando um aumento de R$ 218.132 mil, em decorrência do aumento de vendas da quantidade de veículos vendidos, principalmente na marca Valtra.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$517.719 mil comparativamente a R$413.101 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$104.618 mil ou 25,3%. A margem bruta, que corresponde o lucro bruto sobre a receita líquida, foi de 34,2% e 34,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, devido principalmente a: (i) expansão das operações de locação que é o segmento com maior margem na companhia. A Receita Líquida sem Venda de Ativos (considerando as vendas intersegmentos) houve um crescimento 15% e sua margem foi de 54,5% em 2019 para 56,5% um aumento de 2 p.p (ii) aumento no segmento de concessionárias, devido ao aumento de volume de vendas conforme mencionado na "Receita Líquida".

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$163.060 mil comparativamente a R$139.247 mil no mesmo período de 2019, o que representou aumento de despesas operacionais de R$23.813 mil ou 17,1%. Esse crescimento é atribuído principalmente ao aumento de R$14.030 mil de despesas com pessoal da Companhia, decorrente de novas contratações. Em relação à receita líquida, estas despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber reduziram no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com 2019 (de 10,8% e 11,5%, respectivamente).

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$14.896 mil comparativamente a R$18.799 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$3.903 mil ou 20,8%., Essa redução foi principalmente em créditos de impostos extemporâneos registrados no montante de R$2.071 mil em 2020 e R$4.771 mil em 2019.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$112.092 mil comparativamente a R$93.488 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$18.604 mil ou 19,9%. Este aumento é atribuído principalmente por conta do juros das novas captações de empréstimos e financiamentos que ocorreram no período com a finalidade de fortalecer o capital de giro e de investimento na expansão das atividades da empresa.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$257.463 mil comparativamente a R$199.165 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$58.298 mil ou 29,3%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,0% e 16,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 respectivamente que se encontra em linha com o exercício de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$78.271 mil comparativamente a R$57.383 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$20.888 mil ou 36,4%. Esse aumento é decorrente principalmente

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do aumento do lucro operacional, uma vez que a alíquota efetiva apresentou um aumento inexpressivo de 1.6 p.p., saindo de 30,4% em 2020 para 28,8% em 2019.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$179.192 mil comparativamente a R$141.782 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$37.410 mil ou 26,4%. Este aumento é atribuído principalmente aos fatores mencionados de aumento da margem bruta. A margem líquida, que corresponde o lucro líquido sobre a receita líquida, foi de 11,8% e 11,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.211.508 mil comparativamente a R$938.946 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$272.562 mil ou 29,0%. Essa receita de 31 de dezembro de 2019 foi composta por R$780.619 mil em 2019 em comparação a R$582.311 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R$198.308 mil no segmento de Locação, R$436.723 mil em 2019 comparada a R$388.692 mil no ano de 2018 que representou uma variação de R$48.031 mil no segmento de Concessionárias e uma "eliminação" de transações entre os segmentos de R$5.834 mil. O crescimento na Receita Líquida é resultado principalmente da expansão do negócio de Locação de Máquinas e Equipamentos, que representou um aumento de 34,0% (considerando as vendas intersegmentos), que totalizou 389 contratos em 2019, comparado com 331 contratos no exercício de 2018, representando uma conquista de 58 contratos no exercício de 2019 e também pela venda de ativos no segmento de Locação. Além disso, no segmento de concessionárias, o aumento foi impactado principalmente pelas concessionárias da marca Volkswagen/Man***.***

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2019 foi de R$798.407 mil comparativamente a R$624.650 mil no exercício de 2018, o que representou uma variação de R$173.757 mil ou 27,8%, principalmente por conta de: (i) aumento de venda de ativos desmobilizados no segmento de locação, o qual representou um custo de R$206.559 mil em dezembro de 2019, comparado a R$86.193 em dezembro de 2018, representando uma variação de R$120.366 mil; (ii) aumento de depreciação, no segmento de locação, no montante de R$222.795 mil em dezembro de 2019 e R$ 198.816 mil em dezembro de 2018, representando uma variação de R$23.979 mil.; e (iii) aumento do custo com vendas no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos que saiu de R$ 305.839 mil em 2018 para R$ 339.036 mil em 2019, representando um aumento de R$ 33.197 mil, em decorrência do aumento de vendas da quantidade de veículos vendidos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$413.101 mil comparativamente a R$314.296 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$98.805 mil ou 31,4%. A margem bruta foi de 34,1% e 33,5% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, devido principalmente a: (i) expansão das operações de locação conforme mencionado no item de Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida"), que representou um aumento na margem da locação de 0,5 p.p., saindo de 39,9% no exercício de 2018 e foi para 40,5% no exercício de 2019 e (ii) aumento de margem no segmento de concessionárias, representando uma variação positiva de 1,2 p.p, saindo de 21,0% no exercício de 2018 para 22,2% no exercício de 2019, em decorrência principalmente do aumento do preço das vendas.

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$139.247 mil comparativamente a R$114.200 mil no mesmo período de 2018, o que representou aumento de despesas operacionais de R$25.047 mil ou 21,9%. Esse crescimento é atribuído principalmente ao aumento de R$15.202 mil de despesas com pessoal, principalmente do segmento de locação, para fazer frente ao crescimento da Companhia, conforme justificado pelo aumento da receita e lucro bruto mencionados anteriormente. Em relação à receita operacional líquida, estas despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 11,5% e de 12,2%, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R$18.799 mil comparativamente a R$18.548 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$251 mil ou 1,4%, não havendo variações relevantes entre os períodos analisados.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$93.488 mil comparativamente a R$67.020 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$26.468 mil ou 39,5%. Este aumento é atribuído principalmente por conta do juros das novas captações de empréstimos e financiamentos e debêntures que ocorreram no período com a finalidade de fortalecer o capital de giro e de investimento na expansão das atividades da empresa.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$199.165 mil comparativamente a R$151.624 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$47.541 mil ou 31,4%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 16,4% e 16,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente que se encontra em linha com o exercício de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$57.383 mil comparativamente a R$45.732 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$11.651 mil ou 25,5%. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento do lucro operacional, uma vez que a alíquota efetiva apresentou um aumento inexpressivo de 1.4 p.p., saindo de 30,2% em 2018 para 28,8% em 2019.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$141.782 mil comparativamente a R$105.892 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$35.890 mil ou 33,9%. Este aumento é atribuído principalmente aos fatores mencionados de aumento da margem bruta. A margem líquida, considerando o Lucro líquido do exercício das operações continuadas, foi de 11,7% e 11,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial										
(Em milhares de R$)	30/06/2021	AV	30/06/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV
ATIVO	**5.105.363**	**100,0%**	**3.586.975**	**100,0%**	**4.225.479**	**100,0%**	**3.053.849**	**100,0%**	**2.023.432**	**100,0%**
Circulante	**1.182.643**	**23,2%**	**1.216.887**	**33,9%**	**1.291.898**	**30,6%**	**1.013.084**	**33,1%**	**450.198**	**22,2%**
Caixa e equivalentes de caixa	38.620	0,8%	71.062	2,0%	18.405	0,4%	322.830	10,5%	58.605	2,9%
Títulos e valores mobiliários	294.845	5,8%	541.110	15,1%	760.905	18,0%	176.427	5,8%	7.253	0,4%
Contas a receber	473.436	9,3%	268.676	7,5%	267.478	6,3%	223.481	7,3%	155.157	7,7%
Estoques	210.276	4,1%	151.401	4,2%	88.963	2,1%	140.272	4,6%	101.930	5,0%
Tributos a recuperar	32.097	0,6%	16.706	0,5%	17.439	0,4%	18.952	0,6%	11.406	0,6%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	40.098	0,8%	23.415	0,7%	31.836	0,8%	18.371	0,6%	17.875	0,9%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	35.985	0,7%	87.696	2,4%	38.005	0,9%	74.582	2,4%	57.855	2,9%
Despesas antecipadas	26.423	0,5%	34.035	0,9%	27.536	0,7%	17.450	0,6%	7.505	0,4%
Adiantamentos a terceiros	22.508	0,4%	12.662	0,4%	14.039	0,3%	13.248	0,4%	16.884	0,8%
Outros créditos	8.355	0,2%	10.124	0,3%	27.292	0,6%	7.471	0,2%	15.728	0,8%
Não circulante	**3.922.720**	**76,8%**	**2.370.088**	**66,1%**	**2.933.581**	**69,4%**	**2.040.765**	**66,8%**	**1.573.234**	**77,8%**
Realizável a Longo Prazo	**170.217**	**3,3%**	**79.693**	**2,2%**	**164.853**	**3,9%**	**62.980**	**2,1%**	**58.656**	**2,9%**
Títulos e valores mobiliários	8.664	0,2%	4.274	0,1%	6.258	0,1%	655	0,0%	794	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	86.844	1,7%	30.426	0,8%	98.500	2,3%	16048	0,5%	4880	0,2%
Contas a receber	22.319	0,4%	1.944	0,1%	16.565	0,4%	4.245	0,1%	14.189	0,7%
Fundo para capitalização de concessionárias	33.322	0,7%	28.018	0,8%	28.528	0,7%	27.002	0,9%	23.477	1,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.027	0,2%	7.117	0,2%	5.129	0,1%	7.219	0,2%	8.765	0,4%
Depósitos judiciais	6.205	0,1%	6.106	0,2%	6.089	0,1%	6.003	0,2%	4.648	0,2%
Outros créditos	4.836	0,1%	1.808	0,1%	3.784	0,1%	1.808	0,1%	1.903	0,1%
Imobilizado	3.541.785	69,4%	2.134.059	59,5%	2.611.759	61,8%	1.819.615	59,4%	1.349.441	66,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Intangível	210.718	4,1%	156.336	4,4%	156.969	3,7%	158.170	5,2%	165.137	8,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.105.363**	**100,0%**	**3.586.975**	**100,0%**	**4.225.479**	**100,0%**	**3.053.849**	**100,0%**	**2.023.432**	**100,0%**
Circulante	**1.024.606**	**20,1%**	**473.488**	**13,2%**	**1.000.131**	**23,7%**	**681.340**	**22,3%**	**524.196**	**25,9%**
Fornecedores	628.418	12,3%	120.569	3,4%	503.789	11,9%	112.998	3,7%	82.962	4,1%
Floor Plan	78.465	1,5%	81.698	2,3%	42.001	1,0%	64.916	2,1%	53.413	2,6%
Risco sacado a pagar - montadoras	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Empréstimos e financiamentos	85.174	1,7%	146.235	4,1%	311.261	7,4%	414.946	13,6%	188.221	9,3%
Arrendamentos a pagar	0	0,0%	8.438	0,2%	5.197	0,1%	10.537	0,3%	15.201	0,8%
Arrendamento por direito de uso	9.135	0,2%	6.385	0,2%	7.050	0,2%	7029	0,2%	-	-
Cessão de direitos creditórios	6.043	0,1%	6.043	0,2%	6.043	0,1%	6.043	0,2%	7.410	0,4%
Obrigações trabalhistas	30.636	0,6%	18.424	0,5%	19.727	0,5%	14.981	0,5%	11.696	0,6%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.651	0,2%	4.481	0,1%	1.400	0,0%	383	0,0%	446	0,0%
Tributos a recolher	15.998	0,3%	10.881	0,3%	9.475	0,2%	3.577	0,1%	6.062	0,3%
Adiantamentos de clientes	77.408	1,5%	38.370	1,1%	46.829	1,1%	35.398	1,2%	24.480	1,2%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.215	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	61.375	3,0%
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	53.950	1,1%	0	0,0%	9.072	0,2%	-	0,0%	34.769	1,7%
Outras contas a pagar	28.513	0,6%	31.964	0,9%	38.287	0,9%	10.532	0,3%	38.161	1,9%
Não circulante	**2.543.800**	**49,8%**	**2.544.265**	**70,9%**	**2.719.110**	**64,4%**	**1.881.755**	**61,6%**	**917.753**	**45,4%**
Fornecedores	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	2.244.668	44,0%	2.315.655	64,6%	2.487.969	58,9%	1.655.894	54,2%	698.229	34,5%
Arrendamentos a pagar	0	0,0%	12.163	0,3%	78	0,0%	16.246	0,5%	29.734	1,5%
Arrendamento por direito de uso	56.324	1,1%	53.220	1,5%	53.091	1,3%	33.920,00	1,1%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	202.952	4,0%	141.572	3,9%	168.457	4,0%	151.365	5,0%	136.459	6,7%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	5.865	0,1%	3.146	0,1%	3.383	0,1%	3.215	0,1%	3.280	0,2%
Cessão de direitos creditórios	3.021	0,1%	9.064	0,3%	6.043	0,1%	12.085	0,4%	16.761	0,8%
Instrumentos financeiros derivativos	9.123	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	18.567	0,4%	8.984	0,3%	0	0,0%	8.828	0,3%	33.275	1,6%
Outras contas a pagar	3.280	0,1%	461	0,0%	89	0,0%	202	0,0%	15	0,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido	**1.536.957**	**30,1%**	**569.222**	**15,9%**	**506.238**	**12,0%**	**490.754**	**16,1%**	**581.483**	**28,7%**
Índices										
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo/passivo circulante e não circulante)	**0,38**		**0,43**		**0,39**		**0,42**		**0,35**	
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	**1,15**		**2,57**		**1,29**		**1,49**		**0,86**	

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante era de R$1.182.643 mil em comparação com R$1.291.898 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 23,2% em 30 de junho de 2021 e 30,6% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$38.620 mil e R$294.845 mil, respectivamente e para 31 de dezembro de 2020 os saldos foram de R$18.405 mil e de R$760.905 mil. Essa diminuição somada foi de R$ 445.845 mil ou 57,2% decorreu principalmente de captação de recurso da entrada dos recursos de IPO destinado principalmente para compras de ativos operacionais para locação.

Contas a receber

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R$473.436 mil e R$267.478 mil para 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$43.997 mil ou 19,7% decorreu de crescimento operacional.

Estoques

Em 31 de junho de 2021, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R$201.276 mil e R$88.963 mil para 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$112.313 mil ou 136,4% decorreu principalmente aquisição da aquisição da Monarca e BMB que representou 16,1% do saldo de 2021.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou uma diminuição de R$2.020 mil ou 5,3%, apresentando um saldo de R$35.985 mil em 30 junho de 2021 e R$38.005 mil em 31 de dezembro de 2020. O principal motivo dessa diminuição foi um planejamento e restruturação para o aumento das vendas.

Outros créditos

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "outros créditos" apresentou saldo de R$8.355 mil e R$ R$27.292 mil para 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição de R$18.937 mil ou 69,4% decorreu principalmente por partes relacionadas com a JSL no montante de R$8.986 e Mogi Mobi no montante de R$1.182.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2021 o ativo não circulante era de R$3.922.720 mil em comparação com R$2.933.581 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 76,8% em 30 de junho de 2021 e 69,4% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos" apresentou saldo de R$86.844 mil e R$98.500 mil para 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição de R$11.656 mil ou 513,8% decorreu principalmente pelo preço da curva de marcação a mercado de instrumentos de financeiros derivativos contratados.

Imobilizado

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R$3.541.785 mil e R$2.611.759 mil para 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$930.026 mil ou 35,6% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$ 1.126.098 mil, sendo que deste montante R$889.790 mil se refere a compra de veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões; (ii) compra de máquinas e equipamentos no montante de R$193.734 para uso nas operações e na locação de máquinas e equipamentos; (iii) despesas de depreciação apropriada no exercício de R$149.504 mil.

Intangível

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R$210.718 mil e R$156.969 mil para 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R$53.749 mil ou 34,2% decorreu principalmente da contabilização do valor provisório do ágio da compra da BMB, no montante de R$54.552.

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2021 o passivo circulante era de R$1.024.606 mil em comparação com R$1.000.131 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,1% em 31 de dezembro de 2020 e 23,7% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Fornecedores" apresentou saldo de R$628.418 mil e R$503.789 mil para 31 de dezembro de 2020, este aumento de R$ 124.629 mil ou 24,7% decorreu principalmente de Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos, tanto para estoque das concessionárias quanto para locação no montante de R$175.553 mil.

Empréstimos e financiamentos

Em 30 de junho de 2021, a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$85.174 mil em comparação com R$311.261 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição de R$226.087 mil ou 72,6% se deve principalmente pela amortização da dívida "CCB" no montante de R$157.199 mil.

Arrendamento a pagar

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Arrendamento a pagar" não apresentou saldo e R$5.197 mil para 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R$5.197 mil ou 100,0% foi devido a

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

liquidação do mesmo.

Arrendamento por direito de uso

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$ 9.135 mil e R$7.050 mil para 31 de dezembro de 2020. Aumento de R$2.085 mil ou 29,6% decorrente principalmente da entrada dos saldos das empresas Monarca e BMB adquiridas no período.

Floor plan

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R$78.465 mil em comparação com R$42.001 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$36.464 mil ou 86,8% se devido ao aumento das vendas, consequentemente há um investimento maior para atender as demandas.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 30 de junho de 2021, o saldo no montante de R$53.950 mil e no exercício de 2020 no montante de R$9.072 mil, esse aumento foi apenas reclassificação de curto para longo prazo. O principal aumento foi pelas aquisições da BMB e da Monarca.

Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "outras contas a pagar" apresentou saldo de R$28.513 mil, em comparação com R$38.287 mil em 31 de dezembro de 2020. Diminuição de R$9.774 mil ou 25,5%.

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2021 o passivo não circulante era de R$2.543.800 mil em comparação com R$2.719.110 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 49,8% em 31 de dezembro de 2020 e 64,4% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$2.244.668 mil em comparação com R$2.487.969 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição de R$243.301 mil ou 9,8% se deve principalmente pela amortização no período da dívida "CCB", no montante de R$201.702 mil.

Arrendamento a pagar

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Arrendamento a pagar" não apresentou saldo e R$78 mil para 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R$78 mil ou 100,0% foi devido a liquidação do mesmo.

Arrendamento por direito de uso

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$56.324 mil e R$53.091 mil para 31 de dezembro de 2020. Aumento de R$3.233 mil ou 6,1%,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorrente principalmente da entrada dos saldos das empresas Monarca e BMB adquiridas no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$202.952 mil em comparação com R$168.457 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$34.495 mil ou 20,5% (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$18.567 em comparação com a 31 de dezembro de 2020 que não apresentou saldo. Esse aumento de R$18.567 mil ou 100,0%. O principal aumento foi pelas aquisições das empresas BMB e Monarca.

Cessão de direitos creditórios

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R$3.021 mil em comparação com R$6.043 mil em 31 de dezembro de 2020. Diminuição devido a segregação de saldo de longo para curto prazo.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021 o patrimônio líquido era de R$1.536.957 mil em comparação com R$506.238 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$1.030.719 mil ou 203,6%, decorreu substancialmente de: (i) Aporte pela oferta pública de ações no montante de R$ 889.599 mil e (ii) do resultado do exercício no montante de R$173.272.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o ativo circulante era de R$1.291.898 mil em comparação com R$1.013.084 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 30,6% em 31 de dezembro de 2020 e 33,1% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$18.405 mil e R$760.905 mil, respectivamente e para o mesmo período de 2019 os saldos foram de R$322.830 mil e de R$176.427 mil. Este aumento somado foi de R$ 280.053 mil ou 56,1% decorreu principalmente de captação de recurso CRA e CCB.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R$267.478 mil e R$223.481 mil para o mesmo período de 2019. Este aumento de R$43.997 mil ou 19,7% decorreu do aumento da receita de vendas pelo crescimento da operação.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R$88.963 mil e R$140.272 mil para o mesmo período de 2019. Esta diminuição de R$51.309 mil ou 36,6% decorreu principalmente pela venda de máquinas e equipamentos novos no montante de R$42.448 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou uma diminuição de R$36.577 mil ou 49%, apresentando um saldo de R$38.005 mil em 31 dezembro de 2020 e R$74.582 mil em 31 de dezembro de 2019. O principal motivo dessa diminuição foi pelo aumento de venda de caminhões usados, decorrente de um planejamento e restruturação da equipe de vendas de ativos seminovos.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "outros créditos" apresentou saldo de R$27.292 mil e R$7.471 mil para o mesmo período de 2019. Este aumento de R$19.821 mil ou 265,3% decorreu principalmente por partes relacionadas com a JSL no montante de R$8.986 mil e Mogi Mobi no montante de R$1.182 mil devido a venda de ativos seminovos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o ativo não circulante era de R$2.933.581 mil em comparação com R$2.040.765 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 69,4% em 31 de dezembro de 2020 e 66,8% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos" apresentou saldo de R$98.500 mil e R$16.048 mil para o mesmo período de 2019. Este aumento de R$82.452 mil ou 513,8% decorreu principalmente pela contratação de novos instrumentos de Swap com o objetivo de diminuir a variação da remuneração da dívida contratada.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R$2.611.759 mil e R$1.819.615 mil para o mesmo período de 2019. Este aumento de R$792.144 mil ou 43,5% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$ 1.204.947 mil, sendo que deste montante R$1.144.022 mil se refere a compra de veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos; (ii) despesas de depreciação apropriada no exercício de R$263.331 mil; (iii) desmobilização e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo Imobilizado disponível para venda" no montante de R$126.075. mil de custo líquido e R$23.397 mil de baixas por vendas. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica se referem a veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) no valor de R$2.019.174 mil e máquinas e equipamentos de R$475.173 mil ambos líquidos de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R$156.969 mil e R$158.170 mil para o mesmo período de 2019. Esta redução de R$1.201 mil ou 0,8% decorreu principalmente pela amortização apropriada no exercício.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante era de R$1.000.131 mil em comparação com R$681.340 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 23,7% em 31 de dezembro de 2019 e 22,3% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Fornecedores" apresentou saldo de R$ 503.789 mil e R$ 112.998 mil para o mesmo período de 2019, este aumento de R$ 390.791 mil ou 345,8% decorreu principalmente pela compra de caminhões, máquinas e equipamentos para locação no montante de R$375.609 mil.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$311.261 mil em comparação com R$414.946 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição de R$103.685 mil ou 25,0% se deve principalmente de amortizações no período de "CCB" no montante de R$98.498 mil.

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Arrendamento a pagar" apresentou saldo de R$ 5.197 mil e R$10.537 mil para o mesmo período de 2019. Esta redução de R$5.340 mil ou 50,7% foi amortização do período.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$ 7.050 mil e R$ 7.029 para o mesmo período de 2019. Aumento de R$21 mil ou 0,0%

Floor plan

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "*Floor Plan*" apresentou saldo de R$42.001 mil em comparação com R$64.916 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R$22.915 mil ou 35,3% foi decorrente da liquidação antecipada do saldo pela venda dos veículos, não sendo necessária a utilização do plano de financiamento da fábrica.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo no montante de R$9.072 mil e no exercício de 2019 no montante de R$0,0, esse aumento foi apenas reclassificação de curto para longo prazo.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "outras contas a pagar" apresentou saldo de R$38.287 mil, em comparação com R$10.532 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu principalmente por partes relacionadas com a SIMPAR no montante de R$16.862 mil, devido a cessão de crédito entre Simpar e JSL.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo não circulante era de R$2.719.110 mil em comparação com R$1.881.755 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 64,4% em 31 de dezembro de 2020 e 61,6% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$2.487.969 mil em comparação com R$1.655.894 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$832.075 mil ou 50,2% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "CRA III" no montante de R$463.422 mil; (ii) "CRA IV" no montante de R$385.866 mil.

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Arrendamento a pagar" apresentou saldo de R$78 mil e R$16.246 mil para o mesmo período de 2019. Esta redução de R$16.168 mil ou 99,5% foi amortização do período.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$53.091 mil e R$33.920 mil para o mesmo período de 2019. Esse aumento refere-se principalmente pela adição R$44.678 mil referente aos contratos de locação dos imóveis de Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$168.457 mil em comparação com R$151.365 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$17.092 mil ou 11,3% é devido a diferença entre depreciação fiscal e contábil, em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" não apresentou saldo em comparação com R$8.828 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de R$8.828 mil ou 100% se deve a liquidações realizadas no período.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R$6.043 mil em comparação com R$12.085 mil em 31 de dezembro de 2019. Não houve movimentação no período.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido era de R$506.238 mil em comparação com R$490.754 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$15.484 mil ou 3,2%, decorreu substancialmente de: (i) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 163.571 mil e (ii) do resultado do exercício no montante de R$179.192 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo circulante era de R$1.013.084 mil em comparação com R$450.198 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 33,1% em 31 de dezembro de 2019 e 22,2% em 31 de dezembro de 2018. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$322.830 mil e R$176.427 mil, respectivamente e para o mesmo período de 2018 os saldos foram de R$58.605 mil e de R$7.253 mil. Este aumento somado foi de R$ 433.399 mil ou 658,1% decorreu principalmente de captação de recurso CRA e Debêntures.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R$223.481 mil e R$155.157 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$68.324 mil ou 44,0% decorreu de crescimento operacional.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R$140.272 mil e R$101.930 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$38.342 mil ou 37,6% decorreu principalmente de: (i) aumento do estoque de veículos novos para revenda no montante de R$21.275 mil, (ii) aumento de estoque de veículos usados para revenda no montante de R$11.050 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou um aumento de R$16.727 mil ou 28,9%, apresentando um saldo de R$74.582 mil em 31 dezembro de 2019 e R$57.855 mil em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

31 de dezembro de 2018. O principal motivo deste aumento é a frota renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "outros créditos" apresentou saldo de R$7.471 mil e R$15.728 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$8.257 mil ou 52,5% decorreu principalmente de partes relacionadas com a família Borgato pela aquisição da aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo não circulante era de R$2.040.765 mil em comparação com R$1.573.234 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 66,8% em 31 de dezembro de 2019 e 77,8% em 31 de dezembro de 2018. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "instrumentos financeiros derivativos" apresentou saldo de R$16.048 mil e R$4.880 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$11.168 mil ou 228,8% decorreu principalmente por conta do aumento do dólar e redução da taxa CDI, comparando 31 de dezembro de 2018 com 2019, uma vez que a companhia contratou o instrumento derivativo de Swap para proteger a variação do câmbio do dólar pela variação de um percentual do CDI, em razão da dívida Crédito Internacional (4131). O fechamento do dólar de 31 de dezembro de 2018 foi de R$3,8742 e o de 31 de dezembro de 2019 foi de R$4,0301. Já a taxa do CDI, para as mesmas datas foram de 6,40 e 4,40, respectivamente.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R$1.819.615 mil e R$1.349.441 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$470.174 mil ou 34,8% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$876.246 mil, sendo que deste montante R$700.942 mil se refere a compra de veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos; (ii) despesas de depreciação apropriada no exercício de R$229.132 mil; (iii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo Imobilizado disponível para venda" no montante de R$395.504 mil de custo e R$174.144 mil de depreciação acumulada. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica se referem a veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) no valor de R$1.319.837 mil e máquinas e equipamentos de R$411.346 mil ambos líquidos de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R$158.170 mil e R$165.137 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$6.967 mil ou 4,2% decorreu principalmente pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante era de R$681.340 mil em comparação com R$524.196 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 22,3% em 31 de dezembro de 2019 e 25,9% em 31 de dezembro de 2018. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Fornecedores" apresentou saldo de R$ 112.998 mil e R$ 82.962 mil para o mesmo período de 2018, este aumento de R$ 30.036 mil ou 36,2% decorreu principalmente de: (i) aumento de fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação no montante de R$51.612 mil; (ii) aumento de fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para estoque no montante de 9.936 mil; e (iii) redução de fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação – partes relacionadas no montante de R$31.784 mil.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$414.946 mil em comparação com R$188.221 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$226.725 mil ou 120,5% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "CCB" no montante de R$259.042 mil; (ii) "CRA I e II" no montante de R$65.511 mil.

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamento a pagar" apresentou saldo de R$10.537 mil e R$15.201 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$4.664 mil ou 30,7% foi decorrente de estratégia da Companhia em passar a adquirir seus ativos com a utilização de outras linhas de captação, como Debêntures ou CRAs, que possuem taxas de juros mais baixas.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$7.029 mil, não existindo saldo no período comparativo de 31 de dezembro de 2018. Isto se deve pela adoção da nova norma contábil CPC06(R2)/IFRS16 de arrendamento, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019. O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de seis anos.

Floor plan

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R$64.916 mil em comparação com R$53.413 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$11.503 mil ou 21,5% se deve ao aumento da compra de caminhões da marca MAN na virada do ano de 2019 proveniente de oferta da montadora.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Partes relacionadas

No exercício de 2019, foi liquidado o saldo de R$26.067 mil que estava em aberto em 31 de dezembro de 2018, referente a compra das ações da Movida Participações S.A.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Até o final do exercício de 2019, foi liquidado todo o saldo de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" constituídos no exercício corrente e em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2018, este saldo era de R$61.375 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

No exercício de 2019, foi liquidado o saldo do passivo circulante relativo a compra das sociedades Borgato. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R$34.769 mil.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "outras contas a pagar" apresentou saldo de R$10.532 mil, em comparação com R$38.161 mil em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o passivo não circulante era de R$1.881.755 mil em comparação com R$917.753 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 61,6% em 31 de dezembro de 2019 e 45,4% em 31 de dezembro de 2018. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$1.655.894 mil em comparação com R$698.229 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$957.665 mil ou 137,2% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Debêntures" no montante de R$789.942 mil; (ii) "CRA I e II" no montante de R$507.704 mil; (iii) "CCB" no montante de R$400.000 mil.

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamento a pagar" apresentou saldo de R$16.246 mil e R$29.734 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$13.488 mil ou 45,4% foi decorrente de estratégia da Companhia em passar a adquirir seus ativos com a utilização de outras linhas de captação, como Debêntures ou CRAs, que possuem taxas de juros mais baixas.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamento por direito de uso" apresentou saldo de R$33.920 mil, não existindo saldo no período comparativo de 31 de dezembro de 2018. Isto se deve pela adoção da nova norma contábil CPC06(R2)/IFRS16 de arrendamento, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019. O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de seis anos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$151.365 mil em comparação com R$136.459 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$14.906 mil ou 10,92% (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$8.828 mil em comparação com R$33.275 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$24.447 mil ou 73,5% se deve a antecipação do pagamento proveniente da aquisição das Sociedades Borgato.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R$12.085 mil em comparação com R$16.761 mil em 31 de dezembro de 2018. Houve uma redução de R$4.676 mil ou 27,9%.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio líquido era de R$490.754 mil em comparação com R$581.483 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$90.729 mil ou 15,6%, decorreu substancialmente de: (i) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 233.857 mil e (ii) do resultado do exercício no montante de R$141.782 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa (Valores em milhares de R$)	30/06/2021	AV	30/06/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	Jun 2021 x Jun 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Caixa gerado pelas atividades operacionais	-268.248	-1326,98%	-536.996	213,29%	-646.504	212,37%	-441.230	-166,99%	276.999	-473,96%	-50,05%	46,52%	-259,29%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-64.249	-317,83%	-6.307	2,51%	-20.934	6,88%	-1.703	-0,64%	-26.723	45,72%	918,69%	1129,24%	-93,63%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	352.712	1744,80%	291.535	-115,80%	363.013	-119,25%	707.158	267,63%	-308.719	528,24%	20,98%	-48,67%	-329,06%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**20.215**	**100,00%**	**-251.768**	**100,00%**	**-304.425**	**100,00%**	**264.225**	**100,00%**	**-58.443**	**100,00%**	**-108,03%**	**-215,21%**	**-552,11%**
Caixa e equivalentes de caixa													
No início do exercício	18.405	**91,05%**	322.830	**-128,23%**	322.830	**-106,05%**	58.605	**22,18%**	117.048	-200,28%	-94,30%	450,86%	-49,93%
No final do exercício	38.620	**191,05%**	71.062	**-28,23%**	18.405	**-6,05%**	322.830	**122,18%**	58.605	-100,28%	-45,65%	-94,30%	450,86%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**20.215**	**100,00%**	**-251.768**	**100,00%**	**-304.425**	**100,00%**	**264.225**	**100,00%**	**-58.443**	**100,00%**	**-108,03%**	**-215,21%**	**-552,11%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R$268.248 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, comparado a um caixa utilizado de R$536.996 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma diminuição de utilização de R$268.748 mil, em função, principalmente, investimentos em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras e compra de ativo imobilizado operacional para locação.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$64.249 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, comparado a R$6.307 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Esse aumento de utilização de R$57.942 mil, ou 918,7%, é justificado pelo aumento nas adições ao imobilizado e aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$352.712 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, comparado com uma geração de caixa de R$291.535 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Este aumento de geração caixa de R$61.177 mil, ou 21,0%, é justificado principalmente pela redução na Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R$876.325 mil, mas que foi compensado pelo aporte da oferta pública de ações no montante de R$830.219 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R$646.504 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa utilizado de R$441.230 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de utilização de R$205.274 mil, em função, principalmente, do aumento dos investimentos em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$20.934 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$1.703 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de utilização de R$19.231 mil, na qual representa 6,88% do aumento, é justificado pelo aumento nas adições ao imobilizado.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$363.013 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado com uma geração de caixa de R$707.158

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de geração caixa de R$344.145 mil, na qual representa 119,25% da redução, é justificado principalmente pela redução na Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R$813.594 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou (R$441.230 mil) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R$276.999 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R$718.229 mil. Essa diminuição decorreu, principalmente, pelo desembolso de compra de ativos operacionais para locação, como caminhões, máquinas e equipamentos, no montante de R$791.082 mil, em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$1.703 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$26.723 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de utilização de R$25.020 mil, ou 93,63%, é justificado pela cisão de operação descontinuada da JSL Holding no montante de R$21.921 mil ocorrida no exercício de 2018.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$707.158 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma utilização de caixa de R$308.719 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de geração caixa de R$1.015.877 mil, ou 329,06%, é justificado principalmente pela Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R$2.078.721 mil e pagamento de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso R$1.008.398 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios da Companhia foram divididos em três segmentos operacionais: (i) concessionárias de veículos; (ii), serviços financeiros (cindido em 31 de dezembro de 2018) e (iii) locação de veículos pesados. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
2. Serviços financeiros (operação descontinuada): operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; e
3. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

As informações da receita por segmento de negócios para o período findo em 30 de junho de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 2018 são as seguintes:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício em 31 de dezembro de						Variações %		
Receita por segmento	**30/06/2021**	**AV**	**30/06/2020**	**AV**	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**Jun 2021 x Jun 2020**	**2020 x 2019**	**2019 x 2018**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	496.891	41,90%	388.910	62,19%	834.974	55,18%	780.619	64,43%	624.020	63,50%	27,77%	6,96%	25,10%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	699.207	58,96%	245.450	39,25%	695.750	45,98%	436.723	36,05%	391.327	39,80%	184,87%	59,31%	11,60%
Eliminações	-10.100	-0,85%	-8.982	-1,44%	-17.537	-1,16%	-5.834	-0,48%	-32.057	-3,30%	12,45%	200,60%	-81,80%
Receita Líquida	**1.185.998**	**100,00%**	**625.378**	**100,00%**	**1.513.187**	**100,00%**	**1.211.508**	**100,00%**	**983.290**	**100,00%**	**89,64%**	**24,90%**	**23,21%**

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

De acordo com os diretores da Companhia o principal fator que afetou os resultados operacionais da Companhia, de forma material, foi a reestruturação da Companhia, efetuada com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. A reestruturação consistiu na transferência, em 31 de outubro de 2017 pela JSL S.A. de 99,99% das quotas das empresas JSL Holding Financeira e Transrio, para a Vamos que passou a ser a controladora dessas empresas. Assim como, no que se refere a

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

variação de 2015 para 2016, o principal fator foi a incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A ("JP Tecnolimp") em agosto de 2016, anteriormente controlada pela JSL S.A, assim como a cisão parcial da Movida GTF, por meio do qual a controladora JSL S.A efetuou aumento de capital na Vamos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita do período findo em 30 de junho de 2021 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de novos contratos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação negativa do CDI no último exercício social impactou positivamente o Grupo, bem como a redução do custo de dívida.

O Grupo possui ainda contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos clientes da Companhia sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos que o Grupo vende, os Diretores da Companhia acreditam que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda pelas produtos e serviços da Companhia, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores.

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo apresentou um Lucro Líquido de R$173,3 milhões, um EBITDA de R$457,8 milhões e margem EBITDA de 38,6%, no período de 6 meses e R$805,2 e 38,8%, respectivamente, considerando os últimos doze meses. Isso está em linha com a estratégia de crescimento com rentabilidade da Companhia. Em 30 de junho de 2021, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R$5,1 bilhões (+89,1% em relação a junho de 2020) e a frota total locada contava com 18.395 ativos.

Em 2020, o Grupo apresentou um Lucro Líquido de R$179,2 milhões, um EBITDA de R$638,8 milhões e margem EBITDA de 42,2% em 2020. Isso está em linha com a estratégia de crescimento com rentabilidade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R$3,1 bilhões (+44,3% em relação a dezembro de 2019) e a frota total locada contava com 15.128 ativos.

Em 2019, o Grupo apresentou um Lucro Líquido de R$141,8 milhões, um EBITDA de R$527.6 milhões e margem EBITDA de 43,2% em 2019. Isso está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R$2,2 bilhões (+22,2% em relação a dezembro de 2018) e a frota total locada contava com 13.244 ativos.

Em 2018, o Brasil viveu um ano de incertezas políticas geradas pela eleição presidencial em conjunto com uma conjuntura econômica desafiadora, a qual foi ainda mais impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no primeiro semestre do ano. Mesmo assim, o Grupo apresentou crescimento em todos os seus negócios, totalizando Receita Líquida equivalente a R$938,9 milhões, o que representou crescimento de 126,9% em relação a 2017. O Grupo também apresentou crescimento nos resultados, registrando um Lucro Líquido de R$ 112,9 milhões, um EBITDA de R$432,5 milhões e margem EBITDA de 46,1% em 2018. Isso foi resultado da estratégia de expansão orgânica e consolidação da empresa adquirida (Borgato), tendo como destaque o crescimento do seu principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R$1,8 bilhão (+25,0% em relação a dezembro de 2017) e a frota total locada contava com 10.862 ativos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os gestores da Vamos S.A. e JSL S.A. noticiaram entender que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte e que é, em sua totalidade, controlado pela JSL (na época e até 5 de agosto de 2020), a Vamos deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor e prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva).

Em consequência disto, em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$82.879 mil referente ao acervo líquido contábil composto de investimento na JSL Holding Financeira, transferida para a sua controladora JSL S.A. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$565.696 mil passa a ser de R$482.817mil, dividido em 312.007 mil ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Como resultado da cisão, a Companhia deixa de atuar no segmento financeiro de arrendamento mercantil, e os resultados desta operação descontinuada são demonstrados a seguir.

(i) Resultado líquido das operações descontinuadas

O Grupo apresentou os seguintes resultados com as operações descontinuadas relativas às operações da JSL Holding Financeira:

	31/12/2018
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**31.855**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(10.423)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(10.423)**
(=) Lucro bruto	**21.432**
Despesas administrativas	(11.286)
Outras receitas operacionais, líquidas	29
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**10.175**

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Receitas financeiras	7.651
Despesas financeiras	(6.960)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.866**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.111)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.710)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(3.821)**
(=) Lucro líquido do exercício	**7.045**

Numerador:	
Lucro líquido do exercício	7.045
Denominador:	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	0,02093

O resultado de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R$ 7.045 mil é totalmente atribuído à Companhia.

(ii) Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas

	31/12/2018
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(21.565)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10.000
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente de operações descontinuadas	**(11.816)**

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(iii)Efeito da cisão sobre a posição financeira da Companhia

	Acervo líquido cindido – data base 31/12/2018
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.921
Títulos e valores mobiliários	77.144
Contas a receber	101.071
Outros ativos	2.105
Total do ativo circulante	**202.241**
Não circulante	
Contas a receber LP	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94
Total do ativo realizável a longo prazo	**117**
Imobilizado	1.392
Intangível	3.746
Total do ativo não circulante	**5.255**
Total do ativo	**207.496**
Passivo	
Circulante	
Cartões de crédito a pagar	23.116
Letras de arrendamento mercantil	83.474
Tributos a recolher	2.860

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Outras contas a pagar	15.167
Total do passivo circulante	**124.617**
Acervo líquido cindido	**82.879**

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Movimentação ocorrida durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021

i) Aquisição empresa Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("Monarca")

Em 10 de maio de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos Máquinas") concluiu a aquisição de 100% das quotas de emissão da Monarca, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 19 de abril de 2021 sem restrições. A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no Mato Grosso, comercializando máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção, através de quatro lojas localizadas nas cidades Sorriso, Sinop, Matupá e Alta Floresta, atendendo a região de 32 municípios no estado.

O valor da transação foi de R$ 16,1 milhões, a ser pago em 28 de dezembro de 2021.

A administração fez a alocação provisória do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição:

	30/04/2021 (R$ mil)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	3.373
Contas a receber	27.152
Estoques	29.146
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.696
Outros créditos	967
Imobilizado	1.507
Total do ativo	**63.842**
Passivo	
Fornecedores	32.525
Partes relacionadas	7.317
Obrigações trabalhistas e sociais	1.958
Imposto de renda e contribuição social a recolher	893
Adiantamentos de clientes	4.043
Outras contas a pagar	574
Total do passivo	**47.310**
Total do ativo líquido	16.533
Contraprestação	16.829
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)	296

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do período findo em 30 de junho de 2021 da Companhia com R$ 3.210 mil de lucro líquido, a partir de 01 de maio de 2021, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da Monarca tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este período de 6 meses seriam aumentados em R$ 63.418 mil e R$ 795 mil, respectivamente (valores não auditados).

ii) Aquisição das empresas BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México").

Em 22 de junho de 2021, conforme anunciado em fato relevante, foi firmado contrato de compra e venda visando à aquisição de 70% das empresas BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México"), conjuntamente ("BMB"), pela Vamos Seminovos S.A. ("Vamos Seminovos"), subsidiária integral da Companhia. As condições precedentes foram cumpridas e consequentemente foi celebrado o termo de fechamento da transação nesta data.

A BMB Brasil foi fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do Brasil. Em 2017, foi fundada a BMB México, com o objetivo de realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN no México.

O valor da transação foi de R$ 43.282 mil, dois quais R$15.458 mil foram pagos na data do fechamento e o saldo remanescente será pago em 36 parcelas fixas.

Segue abaixo o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição:

	BMB Brasil	BMB México (R$ mil)	BMB
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4.233	1.635	5.868
Contas a receber	10.950	319	11.269
Estoques	11.873	-	11.873
Imposto de renda e contribuição social diferido	985	-	985
Outros créditos	2.042	90	2.132
Imobilizado	8.054	386	8.440
Intangível	260	-	260
Total do ativo	**38.397**	**2.430**	**40.827**
Passivo			
Fornecedores	17.118	162	17.280
Empréstimos e financiamentos	172	-	172
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.712	59	1.771
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.249	-	2.249
Adiantamentos de clientes	723	-	723
Arrendamento por direito de uso	3.340	-	3.340
Dividendos a pagar	2.215	-	2.215
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.520	-	2.520
Outras contas a pagar	158	-	158
Total do passivo	**30.207**	**221**	**30.428**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	8.190	2.209	10.399
(-) parcela de não controladores	(2.457)	(663)	(3.120)
Total líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos	**5.733**	**1.546**	**7.279**
Contraprestação	36.153	7.129	43.282

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)	30.420	5.583	36.003
Obrigação a pagar por compra de ações	15.494	3.055	18.549
Ágio Total	**45.914**	**8.638**	**54.552**

Caso essas aquisições da BMB Brasil e BMB México tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este período de seis meses seriam aumentados em R$ 48.932 mil e R$ 5.910 mil, respectivamente (valores não auditados).

Movimentação ocorrida durante o exercício de 2018

(i) Recompra de ações das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "*Escrow*", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000 mil. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 mil em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193 mil, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R$ 26.067 mil, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica "partes relacionadas", e R$ 68.126 mil (R$ 66.631 mil ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica "obrigações a pagar por aquisição de empresas". Em 5 de setembro de 2019, foi liquidado, de forma antecipada, o montante de R$ 29.129 mil, restando o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 de R$ 8.828 mil (R$ 68.044 mil em 31 de dezembro de 2018).

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 mil (R$ 103.147 mil a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 5 de agosto de 2020, foi aprovada a reorganização societária da JSL S.A e suas controladas, separando da JSL S.A. os ativos não relacionados às operações de logística, incluindo investimentos em controladas e passivos, os quais foram transferidos para a Simpar S.A., que se tornou a holding do Grupo Vamos. Em decorrência disso, a Vamos passou a ser controlada direta da Simpar S.A. ("Simpar"), que possuía 99,99% de suas ações em 31 de dezembro de 2020.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As alterações ocorridas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritas no item (b) elencado logo abaixo. Não houve mudanças contábeis significativas no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

(i) Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. descrita na nota explicativa 2.11., das demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda imóveis máquinas, equipamentos, caminhões e diversos outros ativos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

– Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

– Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular

– não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

– não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

– excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

– utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

O arrenda diversos ativos, como caminhões, máquinas e equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

Grupo Vamos como arrendador

O Grupo arrenda seus ativos, caminhões, máquinas e equipamentos O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1) / IAS 17.

O Grupo aplicou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição.

O efeito da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1° de janeiro de 2019, no balanço patrimonial de abertura, está apresentada a seguir:

			Consolidado
	Divulgado 31/12/2018	**Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16**	**Valor ajustado em 01/01/2019**
Ativo			
Total do ativo circulante	**450.198**	**-**	**450.198**
Imobilizado	1.349.441	56.120	1.405.561
Outros ativos não circulantes	223.793	-	223.793
Total do ativo não circulante	**1.573.234**	**56.120**	**1.629.354**
Total do ativo	**2.023.432**	**56.120**	**2.079.552**
Passivo			
Arrendamento mercantil a pagar	15.201	-	15.201
Arrendamento por direito de uso	-	8.737	8.737
Outros passivos circulantes	508.995	-	508.995
Total do passivo circulante	**524.196**	**8.737**	**532.933**
Arrendamento mercantil a pagar	29.734	-	29.734
Arrendamento por direito de uso	-	47.383	47.383
Outros passivos circulantes não circulantes	888.019	-	888.019
Total do passivo não circulante	**917.753**	**47.383**	**965.136**
Total do patrimônio líquido	**581.483**	**-**	**581.483**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.023.432**	**56.120**	**2.079.552**

(ii) Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2018

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados da Companhia, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Novos Pronunciamentos	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor Calculado em 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	240.860	-	240.860
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(35.583)	(4.081)	(39.664)
Despesas antecipadas	3.863	-	3.863
Outros ativos circulantes	372.835	-	372.835
Total dos ativos circulantes	**581.975**	**(4.081)**	**577.894**
Contas a receber	22.272	**-**	22.272
Outros ativos não circulantes	1.406.520	-	1.406.520
Total dos ativos não circulantes	**1.428.792**	**-**	**1.428.792**
Total dos ativos	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**
Passivo			
Outros passivos circulantes	561.412	-	561.412
Total do passivo circulante	**561.412**	**-**	**561.412**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	650.853	-	650.853
Total do passivo não circulante	**755.190**	**(1.387)**	**753.803**
Patrimônio líquido			
Capital social	565.696	-	565.696
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.830	(2.694)	102.136
Total do patrimônio líquido	**694.165**	**(2.694)**	**691.471**
Total	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**

O Grupo aplicou incialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Grupo fez a opção pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não será requerido a reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e os itens abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros da Companhia.

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048	112.814	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457	104.079	4.378	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549	-	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865	-	4.865	4.865
Total	**216.893**	**4.378**	**256.583**	**477.854**	**216.893**	**260.961**	**477.854**

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundo para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes nos relatórios do auditor referente ao período findo em 30 de junho de 2021 e referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nos seguintes itens:

a) Receita de contratos com clientes: se a receita de venda de ativos desmobilizados, locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo.

b. Estimativas e premissas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil);
b) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual;
c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
d) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Em dezembro de 2017 a Companhia efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado.

A Companhia será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida, na época, foi de R$ 40.077, o valor recebido pela Companhia foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao período findo em 30 de junho de 2021 e relativo ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Cessão de direitos creditórios

Como mencionado no item 10.6 (a) (ii), em dezembro de 2017 a Companhia efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado.

O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pela Companhia foi de R$ 30.214 e os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato.

Em 30 de junho de 2021, os pagamentos futuros desse item são conforme abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total
Pagamentos futuros	6.043	3.021	-	9.064

(b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da cessão de parte dos direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos da Companhia se deu para fins de obtenção de capital de giro, como uma alternativa adicional de financiamento para a Companhia e para otimizar nossa estrutura de capital.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.7(a) acima.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Até 30 de junho de 2021, foram investidos R$1.126,0 milhões (R$1.204,9 milhões em 2020), sendo composto principalmente por R$889,8 milhões investidos na aquisição de Veículos, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos (R$944,9 milhões em 2020), e R$193,7 milhões investidos na aquisição de Máquinas e Equipamentos (R$199,1 milhões em 2020). Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizada pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia são as linhas de repasse do BNDES, via contrato FINAME. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos, porém em menor escala.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 29 de abril de 2021, a Companhia assinou em tal data contrato de compra de empilhadeiras vinculadas a contratos de locação ("Contrato") com a BYD do Brasil Ltda. ("BYD"), multinacional, fabricante de veículos e empilhadeiras elétricas. O Contrato prevê a compra de 436 empilhadeiras 100% elétricas, já vinculadas a 39 contratos de locação de longo prazo, com prazo remanescente de 36 meses, em 26 clientes, por um valor total de R$71,6 milhões, que será pago em dinheiro, sendo 50% à vista e 50% em 12 parcelas iguais até maio de 2022. A implementação da operação está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais nesse tipo de operação.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável à Companhia, uma vez que não há previsão de introdução de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A tabela abaixo contém algumas das principais informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*, para os exercícios findos em 2019 e 2018, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accouting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis da Companhia, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding Financeira e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle da Companhia. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding Financeira e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Portanto, para o exercício de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa da Companhia, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Para os exercícios de 2020 e 2019, o efeito *carve-out* não é mais aplicável, uma vez que todas as operações da Companhia já estão incorporadas à estrutura societária da Companhia, portanto as informações relativas a estes exercícios já estão refletidas nos itens anteriores deste formulário.

A Companhia acredita que as informações financeiras combinadas carve-out demonstram o melhor entendimento da sua performance financeira.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Abaixo a Companhia apresenta as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação de seu negócio, as quais revisadas regularmente pela administração da Companhia:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Patrimônio Líquido	490.754	642.964
Receita Líquida	1.211.508	983.290
Lucro Líquido de operações continuadas	141.782	116.274
EBITDA (i)	527.624	452.175
Margens EBITDA (ii)	43,6%	46,0%
Dívida bruta (iii)	2.097.623	934.922
Dívida líquida (iv)	1.581.663	863.390
Caixa e equivalente de caixa	322.830	58.605
Títulos e valores mobiliários	177.082	8.047
Instrumentos financeiros derivativos	16.048	4.880
Alavancagem Líquida	3,00	1,91

(i) *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização.

(ii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(iii) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

(iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como saldo de risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (em conjunto "Dívida Bruta"), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

a. Estrutura de Capital

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	2.563.095	1.448.512
Patrimônio líquido (capital próprio)	490.754	642.964
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	**3.053.849**	**2.091.476**
Parcela de capital de terceiros	83,9%	69,3%
Parcela de capital próprio	16,1%	30,7%

(Em milhares de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Caixa e aplicações financeiras	**499.912**	**66.652**
Dívida bruta de curto prazo	425.483	204.310
Dívida bruta de longo prazo	1.672.140	730.612
Dívida Bruta (i)	**2.097.623**	**934.922**
Dívida líquida (ii)	**1.597.711**	**868.270**

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

(ii) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(Em milhares de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Alavancagem Líquida **(i)**	**3,00x**	**1,91x**

(i) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Em 2019, a Dívida Bruta da Companhia registrou R$2.097.623 mil, um aumento de R$ 1.162.701 comparado ao exercício de 2018, composto principalmente pelas linhas do Balanço Combinado Carve-out de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante da dívida bruta refere-se a captação de R$1.297.646 mil de emissões dos CRAs I e II e das debêntures.

Em 2018, a Dívida Bruta da Companhia registrou R$934.922 mil, composto principalmente pelas linhas do Balanço Combinado Carve-out de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante de endividamento refere-se, em sua maioria, à Dívida Operacional fonte de financiamento na aquisição de seus 10.862 ativos do negócio de locação. Além disso, a Companhia realizou uma captação de R$150.800 mil, via uma linha de crédito internacional (4131) e, simultaneamente, realizou a proteção cambial desse montante com instrumentos derivativos. As linhas de Caixa e Aplicações Financeiras somaram R$66.652 mil em 2018, apresentando uma redução de 61,8% na comparação com 2017. Isso se deve, principalmente, ao fato de que no final de 2017 houve um aumento de caixa, através de um aumento de capital pela JSL, para a aquisição das Sociedades Borgato, o qual foi desembolsado apenas no início de 2018.

O Patrimônio Líquido, por sua vez, totalizou R$490.754 mil em 2019, R$642.964 mil em 2018 e R$709.320 mil em 2017. A redução de 24% no Patrimônio Líquido em 2019 em relação à 2018, deve-se, principalmente, ao pagamento de dividendos no montante de R$233.857 mil, pela devolução nos investimentos da controladora no montante de R$61.481 mil, mas foi compensado pelo lucro líquido do exercício no montante de R$ 141.782 mil. Em 2018, houve uma redução de 9,4% em relação à 2017 devido à recompra da participação da família Borgato na Vamos, em junho de 2018, no valor de R$ 94 milhões. Em 2017, o Patrimônio Líquido foi impactado pelo aumento de capital social no valor de R$113 milhões em 21 de dezembro de 2017 em decorrência da emissão de ações da Companhia dadas como contraprestação na aquisição da Borgato.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado - 31/12/2019				
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	112.998	112.998	112.998	-	-
Floor Plan	64.916	64.916	64.916	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.070.840	2.498.145	502.661	516.461	1.479.023
Arrendamento mercantil a pagar	26.783	29.040	12.086	16.799	155
Arrendamento por direito de uso	40.949	41.046	7.029	15.669	18.348
Cessão de direitos creditórios	18.128	25.808	7.030	7.031	11.747
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	9.402	-	6.837	2.565
Outras contas a pagar	4.877	4.877	4.877	-	-
Total	**2.348.319**	**2.785.658**	**711.597**	**562.797**	**1.511.838**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

a. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

b. Alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de R$, exceto índices)	31/12/2019	AV	AH	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita Líquida	**1.211.508**	**100,00%**	**23,21%**	**983.290**	**100,00%**	**228.218**
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	-593.774	-49,01%	7,40%	-552.881	-56,23%	-40.893
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	-204.633	-16,89%	109,29%	-97.774	-9,94%	-106.859
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**-798.407**	**-65,90%**	**22,71%**	**-650.655**	**-66,17%**	**-147.752**
(=) Lucro bruto	**413.101**	**34,10%**	**24,19%**	**332.635**	**33,83%**	**80.466**
Despesas Gerais e Administrativa	**-120.448**	**-9,94%**	**21,76%**	**-98.922**	**-10,06%**	**-21.526**
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**292.653**	**24,16%**	**25,22%**	**233.713**	**23,77%**	**58.940**
(=) Resultado financeiro líquido	**-93.488**	**-7,72%**	**40,32%**	**-66.623**	**-6,78%**	**-26.865**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**199.165**	**16,44%**	**19,20%**	**167.090**	**16,99%**	**32.075**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-41.186	-3,40%	123,27%	-18.447	-1,88%	-22.739
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-16.197	-1,34%	-49,96%	-32.369	-3,29%	16.172
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**-57.383**	**-4,74%**	**12,92%**	**-50.816**	**-5,17%**	**-6.567**
(=) Lucro líquido do exercício	**141.782**	**11,70%**	**21,94%**	**116.274**	**11,82%**	**25.508**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita líquida

Receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.211.508 mil comparativamente a R$983.290 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$228.218 mil ou 23,2%. Essa receita de 31 de dezembro de 2019, foi composta por R$780.618 mil de receita do segmento de Locação e por R$436.723 mil do segmento de Concessionárias e uma "eliminação" de transações entre os segmentos de R$5.834 mil. O crescimento expressivo na Receita Líquida, é resultado do crescimento em todos os segmentos da Companhia, onde destacamos:

(i) A expansão do segmento de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 25,1% na comparação anual. Este aumento é explicado pelo crescimento orgânico da Receita Líquida de locação na comparação anual. No ano de 2019, totalizamos 389 contratos com clientes de diversos setores da economia, tais como, o agronegócio, energia, transporte e alimentos, que geraram uma receita futura contratada ("backlog") de R$2,2 bilhões em dezembro de 2019 comparado à R$1,8 bilhão em dezembro de 2018, um aumento de 22,2%, com 331 contratos.

(ii) No segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, a receita líquida foi de R$436.723 mil e R$391.327 mil em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, representando um aumento de R$45.396 mil ou 11,6%, impactada principalmente pelas concessionárias da marca Volkswagen/Man.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2019 foi de R$798.407 mil comparativamente a R$650.655 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$147.752 mil ou 22,7% principalmente: (i) pelo aumento das vendas de ativos desmobilizados do segmento de locação totalizando um montante de R$ 206.559 mil no ano de 2019 comparado a R$102.548 mil, o que representou uma variação de R$104.011 mil; (ii) pelo aumento de depreciação, no segmento de locação, no montante de R$222.795 mil no ano de 2019, comparado a R$209.512 mil no ano de 2018, que representou uma variação de R$13.283 mil; e (iii) aumento do custo com vendas no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos que saiu de R$ 308.474 mil em 2018 para R$ 339.036 mil em 2019, representando um aumento de R$ 30.562 mil, em decorrência do aumento da quantidade de veículos vendidos.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$413.101 mil comparativamente a R$332.635 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$80.466 mil ou 24,2%. A margem bruta foi de 34,1% e 33,8% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, devido principalmente a: (i) expansão das operações de locação conforme mencionado no item de Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida"), que

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

representou um aumento na margem da locação de 0,3 p.p., saindo de 40,2% no exercício de 2018 e foi para 40,5% no exercício de 2019 e (ii) aumento de margem no segmento de concessionárias, representando uma variação positiva de 1,3 p.p., saindo de 20,9% no exercício de 2018 para 22,2% no exercício de 2019, em decorrência principalmente do aumento dos preços das vendas.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$120.448 mil comparativamente a R$98.922 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$21.526 mil ou 21,8%. O crescimento das despesas administrativas e comerciais é atribuído aos gastos com pessoal administrativo e comercial, principalmente do segmento de locação, que representou um aumento no montante de R$15.202 mil. As despesas gerais e administrativas em relação à Receita Líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 representaram 9,94% comparativamente a 11,9% no mesmo período de 2018, com uma variação de 2 p.p.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$93.488 mil comparativamente a R$66.623 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$26.865 mil ou 40,3%. Resultado financeiro, líquido representou 7,7% e 6,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a juros de novas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures que ocorreram no período com a finalidade de fortalecer o capital de giro e de investimento na expansão das atividades da empresa.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$57.383 mil comparativamente a R$50.816 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$6.567 mil ou 12,9% e a alíquota efetiva de imposto de renda variou para 28,8% em 31 de dezembro de 2019 de 30,4% em 31 de dezembro de 2018. O aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$167.090 mil em 2018 para R$199.165 mil em 2019, sendo que a redução na alíquota efetiva é devido ao crédito gerado pelos Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2019, que foi de R$11.780 mil comparado a R$6.800 mil em 2018.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$141.782 mil comparativamente a R$116.274 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$25.508 mil ou 21,9%. O aumento foi principalmente devido ao segmento de locação, mas também pelo crescimento no segmento das concessionárias. A margem líquida, considerando o Lucro do exercício das operações continuadas, foi de 11,7% e 11,8% nos exercícios sociais

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta queda é devida aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial

Valores em milhares de R$	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
ATIVO	**3.053.849**	**100,0%**	**2.091.476**	**100,0%**	**46,0%**
Circulante	**1.013.084**	**33,1%**	**466.034**	**22,3%**	**117,4%**
Caixa e equivalentes de caixa	322.830	**10,6%**	58.605	**2,8%**	450,9%
Títulos e valores mobiliários	176.427	**5,8%**	7.253	**0,3%**	2332,5%
Contas a receber	223.481	**7,3%**	166.822	**8,0%**	34,0%
Estoques	140.272	**4,6%**	101.930	**4,9%**	37,6%
Tributos a recuperar	18.952	**0,6%**	11.406	**0,5%**	66,2%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.371	**0,6%**	17.875	**0,9%**	2,8%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	74.582	**2,4%**	61.972	**3,0%**	20,3%
Despesas antecipadas	17.450	**0,6%**	7.505	**0,4%**	132,5%
Adiantamentos a terceiros	13.248	**0,4%**	16.932	**0,8%**	(21,8%)
Outros créditos	7.471	**0,2%**	15.734	**0,8%**	(52,5%)
Não Circulante	**2.040.765**	**66,8%**	**1.625.442**	**77,7%**	**25,6%**
Realizável a Longo Prazo	**62.980**	**2,1%**	**74.483**	**3,6%**	**(15,4%)**
Títulos e valores mobiliários	655	**0,0%**	794	**0,0%**	(17,5%)
Instrumentos financeiros derivativos	16.048	**0,5%**	4.880	**0,2%**	228,9%
Contas a receber	4.245	**0,1%**	14.189	**0,7%**	(70,1%)
Fundo para capitalização de concessionárias	27.002	**0,9%**	23.477	**1,1%**	15,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.219	**0,2%**	24.594	**1,2%**	(70,6%)
Depósitos judiciais	6.003	**0,2%**	4.648	**0,2%**	29,2%
Outros créditos	1.808	**0,1%**	1.901	**0,1%**	(4,9%)
Imobilizado	1.819.615	**59,6%**	1.385.822	**66,3%**	31,3%
Intangível	158.170	**5,2%**	165.137	**7,9%**	(4,2%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.053.849**	**100,0%**	**2.091.476**	**100,0%**	**46,0%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Circulante	**681.340**	**22,3%**	**528.125**	**25,3%**	**29,0%**
Fornecedores	112.998	3,7%	83.032	4,0%	36,1%
Floor Plan	64.916	2,1%	53.413	2,6%	21,5%
Risco sacado a pagar - montadoras	0	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	414.946	13,6%	189.109	9,0%	119,4%
Arrendamentos a pagar	10.537	0,3%	15.201	0,7%	(30,7%)
Arrendamento por direito de uso	7.029	0,2%	-	-	0,0%
Partes relacionadas	0	0,0%	26.067	1,2%	(100,0%)
Cessão de direitos creditórios	6.043	0,2%	7.410	0,4%	(18,4%)
Obrigações trabalhistas	14.981	0,5%	11.695	0,6%	28,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	383	0,0%	446	0,0%	(14,1%)
Tributos a recolher	3.577	0,1%	6.062	0,3%	(41,0%)
Adiantamentos de clientes	35.398	1,2%	24.480	1,2%	44,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	0	0,0%	61.375	2,9%	(100,0%)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	0	0,0%	34.769	1,7%	(100,0%)
Outras contas a pagar	10.532	0,3%	15.066	0,7%	(30,1%)
Não Circulante	**1.881.755**	**61,6%**	**920.387**	**44,0%**	**104,5%**
Fornecedores	0	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	1.655.894	54,2%	700.877	33,5%	136,3%
Arrendamentos a pagar	16.246	0,5%	29.735	1,4%	(45,4%)
Arrendamento por direito de uso	33.920	1,1%	-	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.365	5,0%	136.459	6,5%	10,9%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.215	0,1%	3.280	0,2%	(2,0%)
Cessão de direitos creditórios	12.085	0,4%	16.761	0,8%	(27,9%)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	0,3%	33.275	1,6%	0,0%
Outras contas a pagar	202	0,0%	0	0,0%	(73,5%)
Patrimônio Líquido	**490.754**	**16,1%**	**642.964**	**30,7%**	**(23,7%)**
Capital social	482.817	15,8%	482.817	23,1%	0%
Reservas de capital	1.881	0,1%	24.199	1,2%	(92,2%)
Reservas de lucros	15.965	0,5%	167.951	8,0%	(90,5%)

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ações em tesouraria	(11.508)	(0,4%)	(94.193)	(4,5%)	(87,8%)
Investimento da controladora	0	0,0%	61.481	2,9%	(100%)
Outros resultados abrangentes	1.599	0,1%	709	0,0%	125,5%
Índices					
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo) /passivo circulante e não circulante	0,42		0,37		
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	1,49		0,88		

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 1.013.084 mil, em comparação com R$ 466.034 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 33,1% em 31 de dezembro de 2019 e 22,3% em 31 de dezembro de 2018, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$322.830 mil e R$176.427 aumento de R$433.399 mil ou 658,1%, decorreu principalmente de captações realizadas no período visando o fortalecimento do fluxo de caixa e o investimento em aquisições de ativos operacionais para a renovação e expansão dos negócios em linha com a estratégia de crescimento da companhia.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R$ 223.481 mil e R$ 166.822 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$ 56.659 mil ou 34,0% decorreu principalmente de crescimento operacional.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Estoques" apresentou saldo de R$ 140.272 mil e R$ 101.930 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$ 38.342 mil ou 37,6% decorreu principalmente de: (i) aumento do estoque de veículos novos para revenda no montante de R$21.275 mil e (ii) aumento do estoque de veículos usados para revenda no montante de R$11.050 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R$ 12.610 mil ou 20,3%, apresentando um saldo de R$ 74.582 mil em 31 dezembro de 2019 e R$ 61.972 mil em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Outros créditos" apresentou saldo de R$ 7.471 mil e R$ 15.734 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$ 8.263 mil ou 52,5% decorreu principalmente da venda de uma aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo não circulante era de R$ 2.040.765 mil em comparação com R$ 1.625.442 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 66,8% em 31 de dezembro de 2019 e 77,7% em 31 de dezembro de 2018, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R$ 1.819.615 mil e R$ 1.385.822 mil para o mesmo período de 2018. Este aumento de R$ 433.793 mil ou 31,3% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$876.318 mil e despesa de depreciação apropriada no exercício de R$ 229.132 mil (ii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R$ 395.504 mil de custo e R$178.261 mil de depreciação acumulada; (iii) baixas líquidas de outros itens do ativo imobilizado no montante de R$52.270 mil e (iv) Adoção inicial ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 R$56.120 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Intangível" apresentou saldo de R$ 158.170 mil e R$ 165.137 mil para o mesmo período de 2018. Esta redução de R$ 6.967 mil ou 4,2%. Esta redução decorreu principalmente pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante era de R$ 681.340 mil, em comparação com R$ 528.125 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 22,3% em 31 de dezembro de 2019, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Floor Plan

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R$ 64.916 mil em comparação com R$ 53.413 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 11.503 mil se deve ao aumento da compra de caminhões da marca MAN na virada do ano de 2019 proveniente de oferta das montadoras.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 414.946 mil em comparação com R$ 189.109 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 225.837 mil ou 119,4% (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "CCB" no montante de R$259.042 mil; (ii) "CRA I e II" no montante de R$65.511 mil.

Partes relacionadas

No exercício de 2019, foi liquidado o saldo de R$ 26.067 mil que estava em aberto em 31 de dezembro de 2018, referente a compra das ações da Movida Participações S.A.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Até o final do exercício de 2019, foi liquidado todo o saldo de "Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" constituído no exercício corrente e em exercício anteriores. Em 31 de dezembro de 2018 este saldo era de R$ 61.375 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

No exercício de 2019, foi liquidado o saldo do passivo circulante relativo à compra das sociedades Borgato. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R$34.769 mil.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentou saldo de R$ 10.532 mil em comparação com R$ 15.066 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 4.534 mil ou 30,1% se deve principalmente à diminuição da rubrica de reserva de seguros a pagar.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 1.881.755 mil, em comparação com R$ 920.387 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 61,7% em 31 de dezembro de 2019 e 44,0% em 31 de dezembro de 2018, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 1.655.894 mil em comparação com R$ 700.877 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 955.017 mil ou 136,3% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Debêntures" no montante de R$791.770 mil; (ii) "CRA I e II" no montante de R$424.990 mil; (iii) "CCB" no montante de R$163.306 mil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$151.365 mil em comparação com R$136.459 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$14.906 mil ou 10,9% se deve principalmente a: (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$8.828 mil em comparação com R$33.275 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$24.447 mil ou 73,5% se deu pela combinação de negócios ocorrida em 22 de dezembro de 2017, onde foi reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações da Borgato e efetuado o pagamento parcial dos saldos no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamentos a pagar" apresentou saldo de R$ 16.246 mil em comparação com R$ 29.735 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 13.489 mil ou 45,4% se deve aos pagamentos realizados no exercício.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamentos por direito de uso" apresentou saldo de R$ 33.920 mil, não existindo saldo no período anterior findo em 31 de dezembro de 2018. Isto se deve pela adoção da nova norma contábil CPC06(R2)/IFRS16 de arrendamento.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio líquido era de R$ 490.754 mil em comparação com R$ 642.964 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 152.210 mil ou 23,7%, principalmente pela distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$233.857 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinado para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa					
Em milhares de R$	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**2019 x 2018**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(422.024)**	**(159,7%)**	**331.370**	**(1341,3%)**	**(227,4%)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(1.717)**	**(0,6%)**	**(5.056)**	**20,5%**	**(66,0%)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**687.966**	**260,4%**	**(351.020)**	**1420,8%**	**(296,0%)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**264.225**	**100,0%**	**(24.706)**	**100,0%**	**(1169,5%)**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	58.605	22,2%	83.311	(337,2%)	(29,7%)
No final do exercício	322.830	122,2%	58.605	(237,2%)	450,9%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**264.225**	**100,0%**	**(24.706)**	**100,0%**	**(1169,5%)**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou (R$422.024) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa R$ 331.370 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R$753.394 mil. Essa diminuição decorreu principalmente do desembolso de compra de ativo imobilizado operacional para locação no montante de R$794.643 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 1.717 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R$ 5.056 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução na utilização do caixa de R$3.339 mil, ou 66,0%, é decorrente principalmente (i) pelo recebimento na venda de ativo imobilizado no montante de R$ 6.046 mil em 2019 e (ii) pela utilização de caixa para adição ao imobilizado de não locação no exercício de 2019 no montante de R$ 6.858 mil, em comparação com a utilização de R$ 3.089 mil em 2018, representando uma variação de R$3.769 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$687.966 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa utilizado de (R$ 351.020) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$1.038.986 mil. Esse aumento decorreu principalmente de captações de novos empréstimos, financiamentos e debêntures de R$ 2.075.185 mil, mas que também foram parcialmente compensados por pagamentos, também de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R$1.012.389 mil, ambos no exercício de 2019.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção

Conforme o fato relevante divulgado no dia 09 de dezembro de 2021 a companhia vem divulgar projeções à cerca do CAPEX Líquido Consolidado para 2022.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Verifica-se no Fato Relevante divulgado, que tal projeção é feita com base em todo o ano de 2022.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da companhia

Os investimentos previstos para 2022 resultam do orçamento anual da companhia, suportados pela geração de caixa, respeitando a estrutura de capital planejada e sem a necessidade de ofertas de ações no mercado (follow on). Todos os investimentos estão alinhados ao nosso planejamento estratégico e ao ritmo de crescimento demonstrado no último ano.

Os recursos serão direcionados para a expansão da frota de caminhões, máquinas e equipamentos e não incluem aquisições. Vale destacar que parte substancial dos investimentos realizados nos últimos 12 meses ainda não se converteu em receita e resultado.

A execução do plano de investimentos seguirá respeitando os patamares de alavancagem da VAMOS.

(d) Objeto e valores da projeção

Capex Líquido (R$ bilhões)	2022E		Out/21 UDM	2020	2019
	Mín	Máx			
VAMOS	4,3	4,8	2,2	1,0	0,6

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia informa que passou a divulgar guidance conforme fato relevante divulgado em 09 de dezembro de 2021.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A Companhia não divulgava guidance com relação a períodos já transcorridos.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia informa que, na data da entrega deste formulário de referência, as projeções financeiras e operacionais públicas e informadas no item 11.1. acima, permanecem válidas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria, (iv) Comitê de Sustentabilidade, e (v) Comitê de Ética e Conformidade, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;
- Eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- Definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- Criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- Manifestar–se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- Deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação, consórcios ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades;
- Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
- Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;
- Autorizar a exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, mediante a assinatura, modificação ou prorrogação de quaisquer documentos, contratos ou compromissos para assunção de responsabilidade, dívidas ou obrigações, envolvendo (individualmente ou num conjunto de atos relacionados), quantia total superior a R$ 100.000.000,00;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Aprovar (i) a criação de ônus reais sobre bens da Companhia para garantir obrigações próprias e/ou de suas controladas e (ii) a outorga de quaisquer outras garantias a terceiros, inclusive fiança e aval, no âmbito de operações envolvendo suas controladas, observado o disposto no estatuto social da Companhia;
- Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia;
- Aprovar a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$ 100.000.000,00;
- Aprovar qualquer transação, operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada. Para fins desta disposição, a definição de Parte Relacionada é a que consta do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 642 da CVM, de 07 de outubro de 2010, conforme alterada;
- Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade;
- Aprovar a emissão de título de valor mobiliário, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira;
- Aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (e) Política de Negociação de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Valores Mobiliários (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;

- Elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre o preço da OPA; (ii) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (iii) sobre as repercussões da oferta sobre os interesses da Companhia; (iv) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) sobre a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (vii) quanto aos demais aspectos relevantes para a tomada de decisão dos acionistas;
- Aprovar a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas, de contrato, transação ou operação que, independentemente do valor, contenha: (i) qualquer restrição à distribuição de quaisquer proventos pela Companhia e/ou suas controladas (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio); (ii) qualquer restrição à celebração de contratos de mútuo pela Companhia e/ou suas controladas; e/ou (iii) qualquer restrição à celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e/ou suas controladas e suas Partes Relacionadas, bem como à realização, pela Companhia e/ou suas controladas, de pagamentos que sejam deles decorrentes;
- Aprovar a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas, de contrato ou operação financeira que estabeleça níveis máximos de endividamento ou restrições semelhantes, de cujo descumprimento possa resultar a aplicação de penalidades, a assunção de obrigações adicionais pela Companhia e/ou suas controladas, e/ou o vencimento antecipado de obrigações da Companhia e/ou suas controlada.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, o Conselho de Administração deve estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre questões estratégicas, visando realizar as seguintes diretrizes:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o Estatuto Social da Companhia;
- fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ação;
- autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em Oferta Pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- escolher e destituir os auditores independentes.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano. O Comitê de Sustentabilidade, nos termos de seu regimento interno, possui as seguintes atribuições:

- assessorar o Conselho de Administração nas questões de sustentabilidade relativas aos negócios da Companhia e de suas controladas;
- formular recomendações ao Conselho de Administração sobre os objetivos de sustentabilidade e acompanhar a implantação de políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionem ao desenvolvimento sustentável dos negócios da Companhia e de suas controladas, incluindo gestão socioambiental e comunicação; e
- avaliar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia e suas controladas, naquilo que possa impactar o seu desenvolvimento sustentável; e (e) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

Comitê de Ética e Conformidade

O Comitê de Ética e Conformidade será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos. Sem prejuízo de outras competências que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração em ata específica ou de solicitações específicas emitidas pelo Comitê de Auditoria, competirá ao Comitê assessorar o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e os responsáveis pelas Funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade, nos termos de seu regimento interno:

- no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- na validação de sugestões de alteração das políticas e normativos internos relacionados a temas de integridade corporativa, incluindo as Políticas Anticorrupção da Companhia;
- na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia, e
- no acompanhamento os indicadores dos responsáveis pelas Funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade, especialmente, aqueles relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. A composição do referido Comitê está descrita no item 12.7/12.8.

As informações sobre a Diretoria e sobre o Comitê de Auditoria estão expostas abaixo.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020 – o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020 - o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

O Comitê de Sustentabilidade possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020 – o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

O Comitê de Ética e Conformidade possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021 – o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não Estatutário, criado em 24 de janeiro de 2020 em reunião do Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 membros, sendo ao menos, 1 membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e ao menos 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições previstas na legislação:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O regimento interno do Comitê de Auditoria reforça as atribuições listadas acima.

Além disso, na avaliação de transações com partes relacionadas, deverão ser observadas as regras descritas na Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia. Para maiores informações, vide item 16.1 deste Formulário de Referência.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria não possui regimento interno, mas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, os diretores possuem as seguintes atribuições:

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;
- submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;
- representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 28 do Estatuto Social; e
- autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, ressalvados os contratos de leasing e de financiamento que tenham por objeto bens operacionais, para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Ainda de acordo com o seu Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- fazer elaborar as demonstrações financeiras; e
- administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia;
- substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas no Estatuto Social.
- propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia,
- administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- fazer elaborar as demonstrações financeiras; e
- dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;
- prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 ano, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês, do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Já os Comitês deverão realizar, no mínimo a cada 1 ano, a sua autoavaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, do Presidente do Conselho e dos Comitês por seus membros.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características/responsabilidades especificas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

demais membros do Conselho. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Esses resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como dos órgãos como colegiados.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Já em relação aos Comitê, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias, conforme o Estatuto Social da Companhia e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o Estatuto Social;
- deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer controlada, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- atribuir bonificações em ações;
- aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 34, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, excetuada disposição prevista no artigo 7º, §1°, do Estatuto Social da Companhia;
- observado as competências do Conselho de Administração dispostas no artigo 22, item (p) do Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações;
- apresentar pedidos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e
- dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis na sede administrativa da Companhia na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001, em seu website http://http://ri.grupovamos.com.br/pt-br//, no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses", os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes cientificar aos demais

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e a extensão do seu interesse. Não se admite o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A". No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos: (i) via original do boletim de voto à distância; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

<u>Pessoa Física</u>

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

<u>Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento</u>

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- Documento que comprove os poderes de representação.

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia. As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pela Gerência de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de Assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 35 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância. Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001 e ri@grupovamos.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@grupovamos.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, 4 vezes por ano, ao final de cada trimestre e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem, convocada por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 7 vezes, sendo que 4 reuniões foram ordinárias e 3 reuniões foram extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse", os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês", conforme aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de janeiro de 2020. A Política pode ser consultada no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês" visa determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, e tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social; (ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e (iv) o Regulamento do Novo Mercado.

De maneira geral, a indicação de membros do Conselho de Administração, incluindo os membros independentes, e da Diretoria, deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(i) Possuir alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e suas políticas internas;

(ii) Ter reputação ilibada, conforme estabelecido pelo artigo 147, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) Ser profissional qualificado, de indiscutível reputação e caráter;

(iv) Não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tornou inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

(v) Não tenha sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(vi) Possua formação acadêmica compatível com o cargo de conselheiro ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de conselheiro;

(vii) Possua experiência profissional em temas diversificados;

(viii) Esteja isento de conflito de interesse com a Companhia; e

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(ix) Tenha disponibilidade de tempo para desempenho das atribuições e dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Política, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, instalar ou descontinuar Comitês que, portanto, obedecerão aos critérios de indicação estabelecidos na Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração quando de sua instalação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli	12/04/1986	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	15/01/2023	2
353.651.228-36	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/01/2021	Sim	0.00%
Diretor Administrativo-Financeiro					
Gustavo Henrique Braga Couto	05/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	15/01/2023	1
617.152.125-68	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/01/2021	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Sustentabilidade					
Christian Hahn da Silva	08/11/1981	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	15/01/2023	1
046.253.396-42	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	15/01/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor sem designação específica			
José Geraldo Santana Franco Junior	30/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	15/01/2021	15/01/2023	2
158.510.708-54	Diretor Comercial	19 - Outros Diretores	15/01/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor sem designação específica			
José Mauro Depes Lorga	05/11/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2021	AGO 2023	1
711.509.277-04	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/01/2021	Sim	0.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria					
Fernando Antonio Simões	13/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2021	AGO 2023	2
088.366.618-90	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/01/2021	Sim	100.00%
N/A					
Denys Marc Ferrez	20/07/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2021	AGO2023	2
009.018.327-40	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/01/2021	Sim	100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Antônio da Silva Barreto Júnior	13/02/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2021	AGO 2023	0
003.245.181-45	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/01/2021	Sim	100.00%
N/A					
Paulo Sergio Kakinoff	06/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2021	AGO 2023	1
194.344.518-41	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/01/2021	Sim	0.00%
N/A					
Paulo Nóbrega Frade	18/04/1979	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
272.844.948-16	Administração de Empresas	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	0.00%
Eduardo Cysneiros de Morais	21/09/1974	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
017.971.487-29	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	0.00%
Luiz Augusto Marques Paes	21/07/1961	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
045.320.388-47	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Luciano Douglas Colauto	07/09/1967	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
129.559.468-42	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Márcio Álvaro Moreira Caruso	07/11/1965	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
088.913.568-16	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Marcos Sampaio de Almeida Prado	23/02/1951	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	0
095.833.608-30	Adminsitrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças. Possui experiência como Diretor Financeiro na Gafisa (empresa do setor de construção), tendo atuado por mais de 10 anos nessa empresa. Foi admitido como Diretor Administrativo e Financeiro da Vamos em 2017.
O Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

O Sr. Gustavo é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG. Experiência Profissional: Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013. Foi profissional de vendas, gerente de marketing e planejamento de grandes consumidores, entre outras funções, da Shell no período de 1997 a 2006. Foi Diretor Executivo na Petrobras Distribuidora de 2017 a 2019. Foi eleito Diretor Presidente da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.
O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM 301/99, conforme alterada pela ICVM 463/08, por ter atuado como Diretor Executivo da Petrobras Distribuidora S.A. entre o período de julho/2017 e fevereiro/2019.

Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42

Christian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019.
O Sr. Christian Hahn da Silva declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54

José Geraldo Santana Franco Júnior, 43 anos, graduado em Engenharia Industrial Mecânica (Unimep), com especialização em Propaganda e Marketing (Universidade Toledo) e MBA em Gestão de Negócios (FIA SP). Atua há 15 anos no mercado de veículos comerciais pesados, máquinas e equipamentos, com especialidade no mercado de terceirização de frota e especificação de produtos com implementos e equipamentos. Foi Superintendente Comercial na Rodobens; Gerente Comercial Nacional na Klin Calçados Infantis Ltda., Gerente Comercial Nacional na Indústria Metalúrgica Natalaço e engenheiro na IBM Brasil. O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011.
O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

José Mauro Depes Lorga é graduado em Economia pelo Instituto Metodista Bennett, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como Professor Convidado da Fundação Dom Cabral – FDC e Diretor Voluntário da Junior Achievement (ONG de Empreendedorismo). Atua como Diretor de Operações - COO – Fundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer (desde 2015) e como membro do Comitê de Auditoria da Movida Participações S.A. (2019). Atuou como Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais – Holding Grupo Giraffas e Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos (2014). Entre 2011 e 2012, foi Diretor (CFO) na empresa Casa Saba – SA – maior empresa de atividades de logística e venda de medicamentos da América Latina. Entre 2009 e 2011, foi Diretor (COO) no Grupo Umbria, CFO do Grupo Outback SteakHouse e Starbucks Cafe (2007-2009), Gerente de Produtos - LA - Bank of America - Miami- EUA (2001-2006) Gerente de Finanças, Impostos e Imobiliário no McDonalds. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
O Sr. José Mauro Depes Lorga declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90

Fernando Antonio Simões atua na JSL S.A. desde 1981, empresa do setor de transporte rodoviário e logística do grupo econômico da Companhia, e desde 2009 ocupa o cargo de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da JSL. É Presidente do Conselho de Administração da Movida Participações S.A. e Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Simpar S.A.
O Sr. Fernando Antonio Simões declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40

Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.
O Sr. Denys Marc Ferrez declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Antônio da Silva Barreto Júnior - 003.245.181-45

O Sr. Antonio é graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, trabalhando em uma boutique de investimentos em operações de M&A e Private Equity. Em 2009, trabalhando em um Fundo de Private Equity Americano, assumiu a posição em empresa investidor no setor de Energia Renovável (Etanol e Biodiesel) como Gerente de Novos Negócios. De 2010 a 2018 trabalhou no grupo J&F investimentos em diversas funções, onde terminou como Diretor de M&A. É Diretor e membro do conselho de administração da JSL desde 2019.
O Sr. Antonio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

Paulo Sergio Kakinoff assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Gol”) em julho de 2012, tendo sido membro independente do Conselho de Administração desta de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. Foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. É membro do Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, do Comitê de Políticas de Risco, do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Alianças da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, ocupou o cargo de Vice-Presidente da ABEIVA - Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores e de membro do Conselho da Volkswagen Participações até junho de 2012. É conselheiro independente da Companhia desde abril/2019. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Nóbrega Frade - 272.844.948-16

Formado em administração de empresas pela FGV – SP em 2002. Ingressou em abril de 2002 na Claritas, atuando na área de Renda Variável até 2021, onde ocupava o cargo de Head de Análise. Após se desligar da Claritas no final de 2021, juntou-se à Evolve Capital onde é sócio e cogestor de Renda Variável. Além disso, atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da São Martinho S.A.

Eduardo Cysneiros de Morais - 017.971.487-29

Economista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ. Gestor dos fundos
de ações da Claritas Investimentos. Iniciou sua carreira em 1998 como analista de ações e portfólio manager no Banco Matrix. Em 2002 ingressou na Claritas como membro da equipe de gestão dos fundos de ações e atualmente é Portfolio Manager dos fundos de ações e membro do Comitê de Investimentos Sênior.

Luiz Augusto Marques Paes - 045.320.388-47

O Sr. Luiz Augusto Marques Paes é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Atua por trinta anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em Companhias abertas, é sócio da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria) desde 1991. É membro do Conselho Fiscal da Suzano Papel e Celulose S.A. (setor de papel e celulose) e da JSL S.A. Na data deste Formulário não havia condenação criminal, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Luciano Douglas Colauto - 129.559.468-42

O Sr. Luciano Douglas Colauto é graduado em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP FGV) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente ésócio da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria), empresa na qual ingressou em dezembro de 1991. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal da Nordeste Química S.A. - NORQUISA (holding de empresas do setor petroquímico) entre abril de 2003 e agosto de 2004 e é membro do Conselho Fiscal da Tecnisa S.A. (empresa do setor de incorporação imobiliária) desde abril de 2008. Na data deste formulário, não havia condenação criminal. Na data deste formulário, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Márcio Álvaro Moreira Caruso - 088.913.568-16

O Sr. Márcio Álvaro Moreira Caruso é graduado e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Atuou como consultor na Arthur Andersen (empresa de auditoria), de outubro de 1987 a abril de 1991, e atualmente é sócio da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria), empresa na qual ingressou em 1992 até o momento. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcio Alvaro Moreira Caruso declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Marcio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

O Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua por trinta e cinco anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte. Nos últimos 15 anos vem atuando como sócio-diretor da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria). Na data deste formulário, não havia condenação criminal. Na data deste formulário, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36	
N/A	
Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68	
N/A	
Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42	
N/A	
José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54	
N/A	
José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04	
N/A	
Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90	
N/A	
Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40	
N/A	
Antônio da Silva Barreto Júnior - 003.245.181-45	
N/A	

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

N/A

Paulo Nóbrega Frade - 272.844.948-16

N/A

Eduardo Cysneiros de Morais - 017.971.487-29

N/A

Luiz Augusto Marques Paes - 045.320.388-47

N/A

Luciano Douglas Colauto - 129.559.468-42

N/A

Márcio Álvaro Moreira Caruso - 088.913.568-16

N/A

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Maria Fernanda Teixeira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/08/1952	15/01/2021	1 ano
765.087.908-97		Administradora de Empresas		15/01/2021	1	100.00%
N/A						
Alvaro Pereira Novis	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/07/1950	15/01/2021	1 ano
024.595.407-44		Economista		15/01/2021	1	100.00%
N/A						
José Mauro Depes Lorga	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/1960	15/01/2021	1 ano
711.509.277-04		Economista		15/01/2021	1	100.00%
Membro independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria						
Marco Antonio Nahum	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/12/1943	15/01/2021	2 anos
264.770.928-91	Comitê de Ética e Conformidade	Desembargador aposentado		15/01/2021	0	0.00%
N/A						
Vinicius José Ziveri Ralio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/1978	15/01/2021	2 anos
263.359.078-01	Comitê de Ética e Conformidade	Advogado		15/01/2021	0	0.00%
N/A						
Gustavo Henrique Braga Couto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/1975	15/01/2021	1 ano
617.152.125-68	Comitê de Sustentabilidade	Engenheiro Civil		15/01/2021	1	100.00%
Diretor Presidente						
Tarcila Reis Correa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/1974	15/01/2021	1 ano
176.122.698-30	Comitê de Sustentabilidade	Empresária		15/01/2021	1	100.00%
N/A						
Fernando Antonio Simões Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/02/1987	15/01/2021	1 ano
329.852.458-18	Comitê de Sustentabilidade	Empresário		15/01/2021	1	100.00%
N/A						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Fabio Albuquerque Marques Velloso	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/06/1960	15/01/2021	2 anos
040.916.268-07	Comitê de Ética e Conformidade	Engenheiro		15/01/2021	0	0.00%
N/A						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Maria Fernanda Teixeira - 765.087.908-97

Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações da EDS – Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. Atualmente, a Sra. Maria Fernanda é Presidente da Integrow.
A Sra. Maria Fernanda Teixeira declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alvaro Pereira Novis - 024.595.407-44

O Sr. Alvaro Pereira Novis é bacharel em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro e bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou por 15 anos no BankBoston, (1966/1980), tendo alcançado o cargo de vice-presidente da divisão nacional do banco no Brasil. Trabalhou por 8 anos (1980/1988) como diretor do Banco Iochpe de Investimentos. Em 1992, ingressou na Organização Odebrecht, tendo lá atuado até 2008, sendo seu último cargo Diretor Financeiro (CFO) da holding. Atuou no Conselho de Administração das empresas: Braskem, ETH Bioenergia S.A., da Foz do Brasil S.A., Odebrecht Óleo & Gás e do Banco Caixa Geral de Depósitos Brasil. Foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odeprev-Odebrecht Previdência Privada por 10 anos. De 2008 à 2015, atuou como Vice-Presidente do Conselho da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM Brasil). Em 2008, tornou-se sócio da Valora Gestão de Investimentos Ltda.
O Sr. Novis é membro independente do Conselho de Administração da JSL S.A. e coordenador do seu Comitê Financeiro desde 2010. Em 08/04/2019 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Alvaro Pereira Novis declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

José Mauro Depes Lorga é graduado em Economia pelo Instituto Metodista Bennett, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como Professor Convidado da Fundação Dom Cabral – FDC e Diretor Voluntário da Junior Achievement (ONG de Empreendedorismo). Atua como Diretor de Operações - COO – Fundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer (desde 2015) e como membro do Comitê de Auditoria da Movida Participações S.A. (2019). Atuou como Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais – Holding Grupo Giraffas e Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos (2014). Entre 2011 e 2012, foi Diretor (CFO) na empresa Casa Saba – SA – maior empresa de atividades de logística e venda de medicamentos da América Latina. Entre 2009 e 2011, foi Diretor (COO) no Grupo Umbria, CFO do Grupo Outback SteakHouse e Starbucks Cafe (2007-2009), Gerente de Produtos - LA - Bank of America - Miami- EUA (2001-2006) Gerente de Finanças, Impostos e Imobiliário no McDonalds. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
O Sr. José Mauro Depes Lorga declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marco Antonio Nahum - 264.770.928-91

Marco Nahum é bacharel em direto e mestre em direito das Relações Sociais. Foi Juiz de Direito do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e, foi Professor de Direito Penal e Processual Penal. O Dr. Marco Nahum, foi membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, , gestão 2005/2006 e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, gestão 2003/2004. É autor de livro e artigos na área jurídica, além de palestrante em inúmeros Simpósios e Congressos. Na data deste Formulário não havia condenação criminal, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Vinicius José Ziveri Ralio - 263.359.078-01

O Sr. Vinícius José Zivieri Ralio é graduado em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós-Graduado em Direito Civil pela FMU e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Ex-Professor Universitário. Desde 2008 é o responsável pelo Departamento Jurídico da Companhia. Na data deste Formulário não havia condenação criminal, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

O Sr. Gustavo é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG. Experiência Profissional: Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013. Foi profissional de vendas, gerente de marketing e planejamento de grandes consumidores, entre outras funções, da Shell no período de 1997 a 2006. Foi Diretor Executivo na Petrobras Distribuidora de 2017 a 2019. Foi eleito Diretor Presidente da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.
O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM 301/99, conforme alterada pela ICVM 463/08, por ter atuado como Diretor Executivo da Petrobras Distribuidora S.A. entre o período de julho/2017 e fevereiro/2019.

Tarcila Reis Correa - 176.122.698-30

Tarcila Reis Correa é economista pela FEA/USP, advogada pela PUC/SP e mestre em Desenvolvimento e Direito pela Kings College, London, UK. Tarcila iniciou sua carreira como advogada, com experiências de trabalho no Brasil, Espanha e Inglaterra. Foi advogada associada ao Machado, Meyer, Sendancz e Opice na área societária e de M&A. Desde 2000 trabalha em estratégia, governança e inovação para a sustentabilidade, assessorando organizações dos mais diversos setores, portes e culturas. É Conselheira formada pelo IBGC, Conselheira independente de empresas, de negócios com impacto socioambiental e de organizações da sociedade civil, em organizações tais como Duratex AS, Banco Santander Brasil, Grupo Baumgart, JSL S.A. Movida Participações S.A. e Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. Foi membro do Conselho de Stakeholders Internacional da GRI (Global Reporting Intiative- Holanda), Conselheira suplente no ISE da B3. É membro da Comissão de Estudos de Inovação e da Comissão de Sustentabilidade do IBGC, membro da WCD - Women Corporate Directors (IFC/IBGC/KPMG) e é professora da pós graduação em gestão socioambiental da FIA.
A Sra. Tarcila Reis Correa declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernando Antonio Simões Filho - 329.852.458-18

O Sr. Fernando Simões Filho é Bacharel em Direito pela UMC, Certificado em Ciências Holísticas e Economia para a Transição pela Schumacher College e Certificação Internacional em Negócios Sociais pela ESPM e Yunus Social Business. Cursou o Executive MBA na Fundação Dom Cabral. Atuou por 10 anos na JSL S.A. onde sempre acompanhou e participou do planejamento estratégico do Grupo, atuando em diferentes setores da empresa, tanto operacionais como corporativos. Nos últimos 4 anos foi Diretor Executivo da rede de Concessionárias (controladas da Companhia). Atualmente é membro do Conselho de Administração da JSL, e Sócio-Diretor da Bemtevi Investimento Social. Membro da administração da Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda., JSTX Participações Ltda. e FAS Participações Ltda., subsidiárias da SIMPAR S.A. (controladora da Companhia) e Sócio-Diretor da Bemtevi Investimento Social.
O Sr. Fernando Antonio Simões Filho declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fabio Albuquerque Marques Velloso - 040.916.268-07

O Sr. Fabio Albuquerque Marques Velloso é graduado em engenharia elétrica e Pós-Graduado em Administração de Empresas. Possui especializações em Logística e em Fabricação de Celulose. Construiu sua carreira no setor de celulose e papel, tendo trabalhado por 11 anos na Cenibra (setor de celulose), por 12 anos na Aracruz (setor de celulose) e por 12 anos na Companhia. Atualmente atua como consultor na Companhia. Na data deste Formulário não havia condenação criminal, não havia condenação em processo administrativo da CVM. Na data deste formulário, não havia condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Maria Fernanda Teixeira - 765.087.908-97

N/A

Alvaro Pereira Novis - 024.595.407-44

N/A

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

N/A

Marco Antonio Nahum - 264.770.928-91

N/A

Vinicius José Ziveri Ralio - 263.359.078-01

N/A

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

N/A

Tarcila Reis Correa - 176.122.698-30

N/A

Fernando Antonio Simões Filho - 329.852.458-18

N/A

Fabio Albuquerque Marques Velloso - 040.916.268-07

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	23.373.000/0001-32	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Simpar S.A.				
Pessoa relacionada				
Fernando Antonio Simões Filho	329.852.458-18	SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20	
Membro do Comitê Financeiro e de Sustentabilidade da Simpar S.A. e membro do Comitê de Sustentabilidade da Vamos.				
Observação				
N/A				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração.			

Pessoa Relacionada

SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			

Observação

Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			

Observação

Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			
Observação			
Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Simpar S.A., controladora da Companhia, contratou seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (seguro D&O) junto à Generali Brasil Seguros S.A., com período de vigência entre 13/06/2021 e 13/06/2022. O valor do prêmio total pago pela apólice foi de US$68,540.65 e o limite máximo de indenização é de US$30,000,000.00.

O seguro D&O visa a proteger os interesses dos diretores, administradores e funcionários da Companhia que exerçam funções de gestão, salvaguardando os seus respectivos patrimônios em caso de reclamações (incluindo processos judiciais e administrativos) decorrentes de danos causados a terceiros por atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido eleitos ou nomeados.

A Companhia não prestou compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Matéria	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da submissão do pedido de registro de companhia aberta, criação do cargo de Diretor com Relações com Investidores e consolidação do Estatuto Social.	30/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Companhia.	31/12/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia	25/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da alteração do Estatuto Social e da criação do Programa de Opção de Compra de Ações e do Programa de Ações Restritas da Companhia	25/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de proposta de declaração de dividendos da Companhia	25/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em assembleia ordinária: (i) apreciação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; (ii) apreciação e ratificação da destinação do lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; e (iii) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia. Em assembleia extraordinária: (i) alteração do Programa de Opção de Compra de Ações; (ii) alteração do Estatuto Social; e (iii) eleição de membros do Conselho de Administração.	08/04/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Formalização da desistência da Companhia em prosseguir com a realização de oferta pública de ações; alteração do Estatuto Social da Companhia; e destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia	03/05/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração do Estatuto Social da Companhia	23/08/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de: (i) realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia; (ii) a submissão do (a) pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; (iii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais aplicáveis às companhias abertas e às exigências do Regulamento do Novo Mercado; e (iv) a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.	24/01/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em assembleia ordinária: (i) apreciação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia. Em assembleia extraordinária: (i) alteração do Estatuto Social; e (iii) aprovação do desdobramento de ações.	05/03/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2020.	20/05/2020	100%	NÃO

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	Alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir o Parágrafo Único no Artigo 3º e o Parágrafo Segundo no Artigo 14, a fim de adequá-lo ao processo de Certificação do Sistema B, bem como sua consolidação.	08/10/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração do Estatuto Social da Companhia; reeleição dos membros do Conselho de Administração; e aprovação da oferta pública inicial de ações da Companhia.	18/01/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2020; fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para 2021; alteração do Estatuto Social.	06/05/2021	86,109%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do desdobramento de ações; alterações no Estatuto Social da Companhia.	13/08/2021	86%	NÃO

Esclarecimentos adicionais sobre os administradores da Companhia:

Abaixo consta uma lista de ações civis públicas e ações populares envolvendo membros da administração da Companhia:

Processo nº 0315594-41.2015.8.05.0001	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública – Salvador
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia. Réu: JSL S.A., Fernando Antonio Simões, LM Transportes Serviços e Comercio Ltda. e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.023.664,20 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Em 28 de agosto de 2015, o Ministério Público do Estado da Bahia ("MP") ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da JSL e do Sr. Fernando Antonio Simões, referente a suposta ilegalidade em processo licitatório. A ação inclui outras 27 pessoas. O processo está em curso na Comarca de Salvador, no Estado da Bahia, e se encontra na fase de juízo de admissibilidade, ou seja, caso o juiz da causa entenda pelo prosseguimento da ação, os requeridos serão citados para apresentar contestação. O MP, em linhas gerais, alega a existência de uma organização de pessoas que agiram para fraudar diversas licitações relacionadas à Polícia Militar do Estado da Bahia, em benefício de empresas que participaram dos referidos certames. A Controladora foi mencionada em uma única licitação por ela vencida, referente a um contrato de venda de frota para a Polícia Militar do Estado da Bahia, com o fornecimento e manutenção, por 30 meses, de um total de 191 viaturas ("Contrato"). Alega-se, resumidamente, que esse processo licitatório teria sido fraudado de modo a favorecer a contratação da Controladora e, ainda, que dois funcionários da Controladora à época teriam oferecido valores a outra pessoa, também acusada no processo, para que ele atuasse para agilizar o processo de pagamento pelo Estado da Bahia das várias parcelas vencidas e não pagas, uma vez que o Estado da Bahia não havia realizado desde o início da execução do Contrato qualquer um dos pagamentos nele previstos. A JSL e o Sr. Fernando Antonio Simões apresentaram defesa prévia e rejeitaram todas as alegações e acusações apresentadas pelo MP contra si, negando veementemente que tenham praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal. Dentre outros aspectos, destacam-se: (i) a ação não especificou qual teria sido a conduta supostamente praticada pelo Sr. Fernando, incluído no processo por, na ocasião, ser Diretor Vice – Presidente da Controladora; (ii) os elementos probatórios colhidos no inquérito policial referem-se a fatos não relacionados à licitação e teriam

12.12 - Outras informações relevantes

	ocorrido posteriormente ao encerramento do processo licitatório e da celebração do respectivo contrato administrativo; (iii) referidos elementos são nulos, em decorrência de violação às garantias individuais e aos procedimentos legais; (iv) não há como aceitar a alegação de que o edital da licitação teria sido dirigido à JSL, visto que, em sua versão original, havia a exigência de que a empresa líder de eventuais consórcios licitantes tivessem obrigatoriamente sede no estado da Bahia (desde a sua constituição a JSL é sediada no Estado de São Paulo); (v) tal exigência, manifestamente restritiva quanto à participação no certame, somente foi excluída do edital porque houve intervenção da Procuradoria Geral do Estado; (vi) a JSL atendeu integralmente o objeto do contrato firmado com o Estado da Bahia no período de 16/01/2009 a 14/09/2010, o que incluiu o fornecimento da frota de veículos da polícia militar que foi pactuada (com a respectiva transferência da posse e propriedade ao Estado da Bahia) e a prestação de serviços de gestão e manutenção dessa frota, com fornecimento de mão de obra e de todos os itens necessários aos veículos (manutenção preventiva, corretiva e avarias), a despeito de o Estado da Bahia não ter honrado os devidos pagamentos. Além disso, importante registrar que (i) o valor do Contrato teve redução de 10% em referência à cotação inicial do objeto da licitação feita pelo órgão licitante; (ii) na época dos fatos, o valor do faturamento do Contrato representava 0,5% do faturamento da Companhia; e (iii) mais de 90% do faturamento da Companhia decorria de serviços prestados no setor privado. A ação ainda se encontra em fase inicial, sem prolação de sentença. Caso, em juízo de admissibilidade, o Juiz da causa entenda pelo prosseguimento da ação, a empresa e seu executivo serão citados para apresentarem contestação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública - Foro de Mogi das Cruzes
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/09/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réu: Junji Abe, Fernando Antônio Simões; Antônio Alexandre Eroles e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.000.000,00 (O valor inicialmente atribuído à causa pelo autor – R$ 2.592.357.203,00 – foi reduzido pelo Juiz em decisão proferida em 21/02/2019, com base no valor que supostamente teria sido requerido pelo réu Junji Abe às empresas. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Esta ação trata do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo urbano de Mogi das Cruzes. O Ministério Público ("MP") ajuizou Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa com base em gravação de conversa mantida unicamente entre representantes da empresa Eroles, que na ocasião explorava os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes a título de permissão, com o então prefeito municipal. Nesta conversa, a qual se deu sem a presença do Sr. Fernando Antonio Simões, supostamente teria sido prometido pagamento de quantia ao então prefeito em troca de favorecimento das empresas Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda. (denominação anterior da JSL S.A.) e Mito na Concorrência Pública 05-5/2003. O MP ajuizou ação em face desses interlocutores, dos membros da Comissão de Licitação, de outros servidores públicos municipais, da JSL S.A. e do seu então diretor Vice-Presidente, Sr. Fernando Antônio Simões, alegando direcionamento da licitação para as empresas Mito, pertencente à família Eroles, e JSL S.A. O pedido liminar para determinar a indisponibilidade de bens dos Requeridos foi indeferido pelo juiz, que, em síntese, fundamentou que (i) os integrantes da família Eroles apresentaram representação ao MP após a cassação do contrato de concessão dos serviços de transporte público da empresa Mito; (ii) "presume-se a raiva e o rancor de quem perde uma permissão para explorar um lucrativo ramo de serviço e vê o patrimônio ruir"; (iii) a conversa gravada é dos integrantes da família Eroles; e (iv) inexistem provas que envolvam a JSL S.A. O Sr. Fernando Antônio Simões e a JSL S.A. apresentaram defesa preliminar em que refutam veementemente as alegações do MP, sob diversos argumentos, incluindo os que fundamentaram a decisão de indeferimento da liminar, dentre os quais: (i) a ação está prescrita; (ii) a família Eroles explorava há 70 anos os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes, mediante permissão, com

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361	
	monopólio e sem licitação; (iii) não houve promessa e/ou pagamento de qualquer valor pela JSL S.A. e seu representante legal para ser beneficiada na licitação; (iv) o processo licitatório – sabidamente complexo no transporte público coletivo – teve início em 1997, sofrendo várias intercorrências, e somente em 2003, seis anos depois (em 29/09/2003) é que foi expedido o edital definitivo, contemplando as exigências e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; (v) a divisão do objeto da licitação em dois lotes estava prevista desde o ano de 1998, conforme sugestão da Comissão de Licitação, validada pelo Tribunal de Contas; (vi) a ação é baseada em declaração unilateral da família Eroles, em suposta conversa que não teve participação de qualquer pessoa vinculada à JSL S.A.; (vii) a delação feita pela família Eroles ocorreu após quatro dias da cassação pela Prefeitura Municipal, do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo que a Mito detinha; (viii) o próprio delator, Alexandre Eroles, ao prestar depoimento no Inquérito Civil afirmou que não sabe se a JSL S.A. efetuou qualquer pagamento supostamente solicitado pelo ex-prefeito; (ix) o Sr. Fernando Antônio Simões ajuizou queixa crime em face dos integrantes da família Eroles que fizeram falsa afirmação a seu respeito, estando o respectivo processo em tramitação; (x) a empresa Mito, que o MP alega ter sido constituída exclusivamente para participar da licitação, existe desde 1973; (xi) o não atendimento da exigência de certificação ISO 9002, constante do edital da licitação, ao contrário do alegado pelo MP, não impedia a participação das empresas que não a dispunham; (xii) houve efetiva competição na licitação entre as cinco empresas participantes; e (xiii) não há qualquer vício, nulidade ou incorreção no processo licitatório no que diz respeito à JSL S.A., conforme manifestação inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar o processo licitatório em questão. Oportuno destacar que o Sr. Alexandre Eroles, em seu depoimento prestado na ação penal n.º 0005434-42.2009.8.26.0361, negou a participação do Sr. Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito, desmentindo afirmação anteriormente feita em relação ao mesmo e que deu origem à sua indevida inclusão em ambos os processos (cível e penal). Após o recebimento da petição inicial, o Sr. Fernando Antonio Simões e a JSL S.A. apresentaram contestação refutando todas as alegações apresentadas pelo Ministério Público e requerendo a improcedência da ação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0136630-70.2014.8.19.0001	
a. juízo	9ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/04/2014
d. partes no processo	Autor: Carlos Fernando dos Santos Azeredo Réus: CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Estado do Rio de Janeiro e Fernando Antônio Simões
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 195.085.216,80 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Trata-se de ação popular por meio da qual o autor questiona a legalidade/lesividade do Contrato Administrativo n.º 035/CCIVIL/2013, firmado com o Estado do Rio de Janeiro, referente à gestão e manutenção da frota da Polícia Militar do Estado. A referida ação foi apensada à Ação Civil Pública n° 0167693-16.2014.8.19.0001 e à Ação Popular n° 0043810-66.2013.8.19.0001, que tratam do mesmo tema. A Companhia e o Sr. Fernando Antonio Simões ratificam que cumpriram todas as suas obrigações contratuais e, dentre outros argumentos que são mencionados nas defesas apresentadas, destacam-se: (i) antes desse modelo de gestão e manutenção de frota, o Estado do Rio de Janeiro tinha problema crônico de gestão e manutenção da frota de veículos da PM, que estava completamente sucateada (realidade ilustrada no filme

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0136630-70.2014.8.19.0001	
	Tropa de Elite); (ii) os serviços prestados pela Contratada proporcionam a disponibilidade acima de 90% da frota, mesmo com uso severo dos veículos, enquanto que a disponibilidade no modelo anterior em que os serviços eram prestados diretamente pelo Estado, era de 35%; (iii) o formato de contratação discutido nas ações foi mencionado como modelo de eficiência na gestão pública pela Revista Exame (edição 950, páginas 103/109); (iv) a Companhia compra os veículos diretamente da respectiva montadora, o que evita o significativo aporte de dinheiro à vista pelo Estado; (v) o Estado paga os veículos em 30 parcelas iguais e consecutivas; (vi) em um dos contratos a vigência é de 60 meses e no 30º mês a Companhia tem que substituir toda a frota por veículos novos; (vii) toda a adaptação dos veículos é feita pela Companhia; (viii) a manutenção preventiva e corretiva dos veículos é total (todas as partes, componentes dos veículos, incluindo avarias), e prestada 24 horas por dia, 7 dias por semana; (ix) a Companhia tem a obrigação contratual de manter a disponibilidade média mínima da frota de 90%; (x) a Companhia tem a obrigação contratual de manter frota reserva técnica permanente de no mínimo 10% do total de veículos objeto do contrato; (xi) a Contratada apresentou proposta substancialmente abaixo da cotação elaborada pelo Estado para a realização das respectivas licitações; (xii) com a celebração dos contratos, existe maior efetividade da atividade fim da PM, destinando mais policiais para o policiamento ostensivo e evitando que o efetivo tenha mecânicos, funileiros, eletricistas, borracheiros, dentre outros; (xiii) o faturamento da Companhia, decorre essencialmente do setor privado; (xiv) os processos licitatórios atenderam às exigências da lei, não havendo prova de irregularidade nas ações. Há parecer técnico dos Professores Nelson Carvalho e Jeronimo Antunes, renomados professores da USP, validando os preços e a metodologia utilizada pela CS Brasil na sua precificação. Além disso, em 14/02/2020, o perito do Juízo designado nos processos n.º 0167693-16.2014.8.19.0001 e n.º 0136630-70.2014.8.19.0001 apresentou laudo pericial que concluiu pela vantajosidade do modelo de contratação objeto de discussão, constatando que os custos despendidos pelo poder público com os Contratos são compatíveis com os valores praticados no mercado e afirmando que houve um ganho intangível com as contratações, com relação ao melhoramento do policiamento, à disponibilidade permanente dos veículos e ao bem estar dos policiais e da população em geral. Pelas razões apresentadas no laudo pericial, as ações de nº. 0136630-70.2014.8.19.0001, 0167693-16.2014.8.19.0001 e nº 0145782-45.2014.8.19.0001, foram julgadas improcedentes em primeira instância, tendo-se conhecimento de interposição recente de recurso pelos autores apenas nas ações de nº 0167693-16.2014.8.19.0001 e nº 0145782-45.2014.8.19.0001.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa:

A Companhia está sujeita às seguintes práticas de governança corporativa:

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo Vedação ao uso de informações privilegiadas

12.12 - Outras informações relevantes

e existência de política de divulgação de informações relevantes; Conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; Manutenção de um canal de denúncias ("Canal Confidencial") para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; Previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

SEGMENTO DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, 25% do capital social ou 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia e suas subsidiárias, aprovada por meio de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de janeiro de 2020 ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração está disponível no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/.

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo atrair e reter profissionais altamente qualificados em seu Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária, bem como demais colaboradores, a fim de estimular uma boa performance e alinhar seus objetivos aos objetivos de longo prazo da Companhia, bem como de remunerar visando ao crescimento do negócio e a valorização do potencial e performance individual.

A Companhia busca, ainda, compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais por ela contratados, orientando-se com base na meritocracia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários. Com a eleição dos membros independentes do Conselho de Administração em abril/2019, alguns de seus membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus à remuneração fixa.

- Diretoria Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria estatutária é composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

A porção variável da remuneração (bônus), quando aplicável, é estabelecida independentemente para cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas (i) metas objetivas, tanto individuais, como relacionadas à sua própria área, tais como volume total de vendas e EBITDA; e (ii) metas corporativas da própria Companhia, como faturamento total e lucro líquido, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Cabe destacar que parte do bônus está atrelada ao Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia, conforme descrito no item 13.4 (a). Assim, a remuneração praticada concilia objetivos de curto, médio

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e longo prazos e tem como objetivo estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Diretoria Não-Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria não estatutária segue as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

A porção variável da remuneração, quando aplicável, é estabelecida independentemente a cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua(s) área(s) e da própria Companhia, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Assim, os elementos da remuneração praticada (combinação entre remuneração fixa e variável, além de benefícios) conciliam objetivos de curto, médio e longo prazos, e pretende, assim, estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas, incentivando uma melhoria da gestão da Companhia e a retenção dos seus profissionais. O bônus é pago a título de PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados), conforme o Acordo Coletivo estabelecido junto ao sindicato da categoria da qual os colaboradores da Companhia fazem parte.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Não-Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do conselho fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Na data deste Formulário, o Conselho Fiscal não tinha sido instalado.

- Comitês

Os membros dos Comitês são elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Por fim, em complemento à remuneração atualmente praticada pela Companhia e descrita nos itens acima, cabe destacar que os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 planos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

de remuneração baseados em ações, os quais estão dispostos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2020

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	57,24%	40,16%	2,60%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Sustentabilidade	N/A	N/A	N/A	N/A

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	73,50%	17,53%	8,97%	100%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Sustentabilidade	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	75,02%	10,81%	14,17%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Sustentabilidade	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral. A remuneração dos administradores procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua e ser coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

(v) existência de membros não remunerados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os membros do Conselho de Administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia, uma vez que possuem vínculo profissional com o acionista controlador da Companhia. Alguns deles passaram a receber a partir de 2019, conforme tabela constante do item 13.2 abaixo.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais do mercado e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e corporativas, que consideram o volume total de vendas e o EBITDA, bem como o faturamento total e o lucro líquido da Companhia, respectivamente.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável dos administradores está vinculada ao desempenho econômico-financeiro e operacional anual da Companhia, conforme descrito no item 13.1.c, com base em metas estabelecidas, sendo referência para o pagamento de bônus para os membros da Diretoria estatutária e não estatutária. Caso as metas individuais e corporativas sejam superadas, os administradores farão jus à remuneração variável acima do *target* esperado, conforme valores máximos elencados no item 13.3 abaixo.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da organização e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade das atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos Diretores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da empresa e dos Diretores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros de sua administração. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Ainda, cabe destacar que a controladora da Companhia e suas controladas remuneram os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em razão do exercício de funções em outros cargos que não aqueles que exercem na própria Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração, tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais da política de remuneração dos colaboradores e recomendando o seu aprimoramento à luz dos princípios da política; e
- Propor o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional, comparados às empresas de mesmo porte financeiro, a fim de comparar nossas práticas de remuneração com o mercado, buscando a equalização dentro da média de mercado; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios para conhecer as tendências do mercado no que tange às práticas atuais de remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00		11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.720.656,00	8.693.937,42		10.414.593,42
Benefícios direto e indireto	0,00	155.370,48		155.370,48
Participações em comitês	120.000,00	0,00		120.000,00
Outros	368.131,20	1.738.787,48		2.106.918,68
Descrição de outras remunerações fixas		582.000,00		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.058.610,92		3.058.610,92
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		5.468.273,23		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.001.151,95		1.001.151,95
Observação				
Total da remuneração	2.208.787,20	20.698.131,48		22.906.918,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,25		11,25
Nº de membros remunerados	1,00	6,25		7,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.000,00	4.499.525,89		4.799.525,89
Benefícios direto e indireto	0,00	145.556,36		145.556,36
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	60.000,00	899.905,18		959.905,18

Descrição de outras remunerações fixas		479.000,00		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.099.194,79		2.099.194,79
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		2.126.944,02		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	273.426,15		273.426,15
Observação				
Total da remuneração	360.000,00	10.523.552,39		10.883.552,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,50		7,50
Nº de membros remunerados	0,75	4,50		5,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	60.000,00	3.452.454,55		3.512.454,55
Benefícios direto e indireto	0,00	113.652,00		113.652,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	15.000,00	172.023,66		187.023,66
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	891.731,46		891.731,46
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	456.125,98		456.125,98
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	75.000,00	5.085.987,65		5.160.987,65

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,50		6,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50		3,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.352.901,24		2.352.901,24
Benefícios direto e indireto	0,00	28.286,48		28.286,48
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	582.518,85		582.518,85
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	427.178,33		427.178,33
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	559.693,00		559.693,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	3.950.577,90		3.950.577,90

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social previsão em 31/12/2021				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5,00	6,00	N/A	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	N/A	11,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 5.097.787	R$ 0	R$ 5.097.787
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$ 0	R$ 3.058.611	R$ 0	R$ 3.058.611

Exercício social encerrado em 31/12/2020				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5,00	6,25	N/A	11,25
Nº de membros remunerados	1,00	6,25	N/A	7,25
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$ 0	R$ 0	R$ 0	R$ 0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício social encerrado em 31/12/2019				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	3,00	4,50	0,00	7,50
Nº de membros remunerados	0,75	4,50	0,00	5,25
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$1.776.495,76	R$0,00	R$1.776.495,76
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$1.065.876,14	R$0,00	R$1.065.876,14
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$ 891.731,46	R$0,00	R$ 891.731,46

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	3	3,50	0	6,50
Nº de membros remunerados	0	3,50	0	3,50
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$2.267.720,00	R$0,00	R$2.267.720,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$1.133.860,00	R$0,00	R$1.133.860,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$427.178,33	R$0,00	R$427.178,33

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 (quatro) planos de remuneração baseados em ações – os quais estão dispostos a seguir:

i. Plano de Opção

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL S.A. ("JSL"), aprovou em 8 de fevereiro de 2010, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da JSL ("Plano de Opção") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da JSL para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle, incluindo a Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Simpar, realizada em 5 de agosto de 2020, foi aprovada a assunção pela Simpar dos direitos e obrigações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações da JSL e do Plano de Ações Restritas e *Matching* da JSL, com a respectiva aprovação do Plano de Opção e do Plano de Ações Restritas aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Planos de Opção").

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Simpar ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Simpar, com base em contratos de opção de compra de ações que venham a ser celebrados pela Simpar e os Beneficiários de tal plano, o que abrange, inclusive, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. O Plano de Opção não depende de eventos e resultados relacionados à Companhia.

ii. Plano de Ações Restritas e Matching

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 22 de outubro de 2018, Plano de Ações Restritas e Matching da JSL ("Plano de Ações Restritas") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Simpar.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Simpar, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Simpar e os Beneficiários, por meio dos quais a Simpar e/ou as Controladas, inclusive a Companhia, outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga"). O Plano de Ações Restritas não depende de eventos e resultados relacionados à Companhia.

iii. Plano de Opção da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano de Opção da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Companhia para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de opção de compra de ações ("Contrato de Opção") que venham a ser celebrados pela Companhia e os Beneficiários do Plano de Opção.

iv. Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia ("Plano de Ações Restritas da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Companhia.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga").

(b) Principais objetivos do plano

i. O Plano de Opção tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Simpar ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia; e (c) possibilitar à Simpar ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia, atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

ii. O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

iii. O Plano de Opção tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

iv. O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção, o Plano de Ações Restritas, o Plano de Opção e o Plano de Ações Restritas ("Planos") conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Simpar e/ou da Companhia, conforme o caso, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de "vesting" das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na Simpar e/ou na Companhia, conforme o caso.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia, Simpar e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia e/ou da Simpar, conforme o caso. Por meio dos Planos, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano de Opção e do Plano de Opção da Companhia, podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de emissão da Companhia e 5% do total das ações de emissão da Simpar, conforme o caso, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção ou do Plano de Opção da Companhia estejam sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia ou da Simpar, conforme o caso.

Ainda, vale esclarecer que apenas o Plano de Opção da Companhia pode gerar diluição dos acionistas da Companhia e que, conforme acima, o limite de ações é de até 5% do total das ações de emissão da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção atribuirá ao seu titular o direito à aquisição ou subscrição de 1 ação. Nesse sentido, conforme mencionado na alínea "f" acima, as ações, somadas às opções ou outros direitos de recebimento de ações, no âmbito dos Planos de Opção da Companhia e da Simpar, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% do capital social total e votante da Companhia e/ou da Simpar, conforme o caso, em bases totalmente diluídas.

(h) Condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas nos Planos e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia celebrou Contratos de Opção, nos termos do Plano de Opção e do Plano de Ações Restritas da Simpar, conforme abaixo:

Conforme estabelecido no Programa 01/16, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/17, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/18, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/19, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Por fim, no âmbito do Programa 01/20, que será devidamente aprovado em 2020, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelos participantes, para fins dos Planos, será equivalente à média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as Ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores cada data de outorga e/ou transferência de lotes das ações restritas.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da Simpar somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

(k) Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

(l) Restrições à transferência das ações

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos 01/16 e 01/17 não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas nos Contratos, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para os Planos de Ações Restritas e Matching da Companhia e da Simpar, na hipótese de desligamento de um beneficiário, tal beneficiário (i) fará jus ao recebimento das ações restritas e ações próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mas que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, e (ii) não fará jus ao recebimento das ações matching que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, restando automaticamente extinto, de pleno direito, o direito ao seu recebimento, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Para os Planos de Opção da Companhia e da Simpar, se, a qualquer tempo durante a vigência do programa, o participante: **(a)** desligar-se da Companhia e/ou da Simpar por vontade própria, pedindo demissão, ou renunciando a cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem conferir qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(b)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da Simpar, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violação de deveres e atribuições de administrador, todas as opções, sejam elas exercíveis ou ainda não exercíveis na data do desligamento do participante restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(c)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da Simpar, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem que a violação dos deveres e atribuições de administrador tenha motivado a exoneração: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

indenização ao participante ou a seus sucessores; **(d)** desligar-se da Companhia ou da Simpar por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e **(e)** vier a falecer: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu falecimento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização a seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A antiga controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Exercício social previsão em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	6,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	256.869
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	232.366
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,11%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	6,25
Nº de membros remunerados	1,00	6,25
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	R$ 10,62
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	328.158
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	22.306
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,14%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	4,5
Nº de membros remunerados	0,75	4,5
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	R$10,88
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	678.662
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	178.537
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,33%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Outorga do exercício social 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações	N/A	
Data de Outorga	N/A	02/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	86.943
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	02/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R$6,52

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3,5
Nº de membros remunerados	0	3,5
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	650.932
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,32%

Outorga do exercício social 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações	N/A	
Data de Outorga	N/A	23/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	27.730
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	23/04/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R$5,86

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	6,25
Nº de membros remunerados	1,00	6,25
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	215.737
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	01/04/2021 - 149.621 01/04/2022 - 66.116
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	02/06/2021 - 116.567 02/06/2022 - 99.170
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 8,67
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	3,02
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	82.745
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	02/06/2021 - 51.822 02/06/2022 - 30.923
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 8,61
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	3,02
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Os quadros abaixo apresentam informações dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e se referem somente ao Plano de Opção da JSL e ao Plano de Ações Restritas da JSL. Ou seja, todas as informações abaixo se referem somente às ações e opções de ações da JSL. Na Assembleia Geral Extraordinária da Simpar, realizada em 5 de agosto de 2020, foi aprovada a assunção pela Simpar dos direitos e obrigações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações da JSL e do Plano de Ações Restritas e Matching da JSL, com a respectiva aprovação do Plano de Opção e do Plano de Ações Restritas aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	6,25	11,25
Nº de membros remunerados	1,00	6,25	7,25
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	22.306	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 10,62	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	74.719	74.719
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	23,54	23,54
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	3,00	4,50	7,50
Nº de membros remunerados	0,75	4,50	5,25
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	80.012	80.012
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	6,52	6,52
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	3	3,5	6,5
Nº de membros remunerados	0	3,5	3,5
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	27.732	27.732
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	8,12	8,12
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	-1,85	-1,85

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) Metodologia de precificação:

Programas 01/2016 e 01/2017 – O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera o histórico das cotações e volatilidade, os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Programa 01/18 – Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/19 – Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

Programa 01/20 – Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Companhia/Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão,

Preço de Exercício das Ações: preço da ação calculado conforme item 13.8.a.

Volatilidade esperada, prazo de vida, dividendos e taxa de juros livre de risco – conforme planilha abaixo:

Programa	Ano de outorga	Qtde de opções.	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
01/2016	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
01/2016	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
01/2016	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
01/2017	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
01/2017	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
01/2017	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
01/2018	2018	6.933	1	8,12	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
01/2018	2018	6.933	2	8,12	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
01/2018	2018	6.933	3	8,12	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
01/2018	2018	6.933	4	8,12	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022
Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
01/2019	2019	20.002	1	6,52	9,30	41,16%	5,25%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
01/2019	2019	20.002	2	6,52	9,31	41,16%	5,04%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
01/2019	2019	20.002	3	6,52	9,29	41,16%	5,42%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
01/2019	2019	20.002	4	6,52	9,27	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023
Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
01/2020	2020	14.910	1	23,54	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2020 a 03/05/2021	03/05/2021
01/2020	2020	14.910	2	23,54	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2021 a 03/05/2022	03/05/2022
01/2020	2020	14.910	3	23,54	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2022 a 03/05/2023	03/05/2023
01/2020	2020	14.905	4	23,54	18,14	63,79%	6,20%	2,22%	4 anos	04/05/2023 a 03/05/2024	03/05/2024
01/2020	2020	5.026	1	23,54	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2020 a 27/04/2021	27/04/2021
01/2020	2020	5.026	2	23,54	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2021 a 27/04/2022	27/04/2022
01/2020	2020	5.032	3	23,54	18,56	63,57%	5,30%	2,22%	3 anos	28/04/2022 a 27/04/2023	27/04/2021

c) **Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

d) **Forma de determinação da volatilidade:** A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da JSL na B3.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

e) **Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:** Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis

Na exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia detinham, direta ou indiretamente, as seguintes participações acionárias na Companhia, em suas controladoras, controladas ou em sociedades sob controle comum:

	Participação Direta			Participação Indireta		
SIMPAR	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	13.372.036	0	6,49%	0	0	0
Membros da Diretoria	44.495	0	0,02%	0	0	0

	Participação Direta			Participação Indireta		
JSL S.A.	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administraçã o	995.723	0	0,35%	0	0	0
Membros da Diretoria	0	0	0,00%	0	0	0

	Participação Direta			Participação Indireta		
Movida	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	70.269	0	0,02%	0	0	0
Membros da Diretoria	0	0	0,00%	0	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano de previdência em vigor para os administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	6,25	4,50	3,50	5,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,25	4,50	3,50	1,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.445.898,00	1.198.398,00	1.615.000,00	360.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	728.134,00	838.600,00	830.468,00	360.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.683.768,38	1.130.219,47	1.128.736,54	360.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2019	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2019	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2019	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Nos três últimos exercícios sociais, não houve indenização para administradores destituídos ou aposentados.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os membros do Conselho de Administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia. A partir de abril de 2019, alguns membros do Conselho de Administração passaram a ser remunerados pela Companhia. Contudo, aqueles que eram partes relacionadas aos controladores não receberam remuneração da Companhia em razão de suas funções na Companhia nos exercícios de 2019 e 2020. A partir de 2021, houve remuneração detida por partes relacionadas, conforme tabela abaixo.

Adicionalmente, para os anos de 2020, 2019 e 2018, a composição da Diretoria não incluía nenhum membro que fosse parte relacionada à controladora.

Órgão	2019	2020	2021 – Até julho/2021
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	28,17%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam e a Companhia não possui conselho fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 8 de fevereiro de 2010, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da JSL que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da JSL para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle. A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 22 de outubro de 2018, o Plano de Ações Restritas e Matching da JSL que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da JSL.

O Plano de Opção e o Plano de Ações Restritas mencionados acima foram assumidos pela Simpar, controladora da JSL e da Companhia, no âmbito da Reorganização Societária do Grupo, conforme aprovado em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Simpar de 5 de agosto de 2020.

Nesse cenário, a JSL aprovou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2020 novos planos de remuneração baseada em ações, quais sejam: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano de Opção"); e (ii) o Plano de Ações Restritas e Matching da JSL ("Plano de Ações Restritas").

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da JSL ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da JSL, com base em contratos de opção de compra de ações ("Contrato de Opção") e em contratos de outorga de direito ao recebimento de ações restritas celebrados entre a JSL e os Beneficiários ("Contrato de Outorga da JSL"), conforme o caso.

Na data deste Formulário de Referência, não haviam sido celebrados nem o Contrato de Opção, nem o Contrato de Outorga da JSL. Dessa forma, as informações referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 incluídas acima, na data deste Formulário de Referência, dizem respeito aos Planos atualmente em vigor no nível da Simpar. As informações do exercício social de 2020 dizem respeito ao Plano de Opção e/ou ao Plano de Ações Restritas, conforme o caso.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/07/2021					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	107	70	342	16	24	**559**
Coordenador/Supervisor	11	7	63	4	2	**87**
Diretor/executivo	0	1	6	0	0	**7**
Especialista	4	0	9	0	0	**13**
Gerente	23	12	48	1	3	**87**
Operacional	49	65	185	14	17	**330**
Técnico	11	6	35	4	3	**59**
Total	**205**	**161**	**688**	**39**	**49**	**1.142**

Atividade	31/12/2020					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	84	61	264	16	26	**451**
Coordenador/Supervisor	5	7	52	4	2	**70**
Diretor/executivo	0	1	10	0	0	**11**
Especialista	3	0	9	0	0	**12**
Gerente	17	7	42	1	3	**70**
Operacional	36	61	168	12	15	**292**
Técnico	2	5	31	3	1	**42**
Total	**147**	**142**	**576**	**36**	**47**	**948**

Atividade	31/12/2019					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	67	73	256	20	37	**453**
Coordenador/Supervisor	3	8	48	3	3	**65**
Diretor/executivo	0	1	7	0	0	**8**
Especialista	2	0	8	0	0	**10**
Gerente	8	7	38	1	5	**59**
Operacional	32	72	178	12	22	**316**
Técnico	0	8	24	2	3	**37**
Total	**112**	**169**	**559**	**38**	**70**	**948**

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	77	69	246	15	34	**441**
Coordenador/Supervisor	2	10	50	1	7	**70**
Diretor/executivo	0	1	7	0	0	**8**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Especialista	1	0	4	0	0	**5**
Gerente	9	6	38	2	2	**57**
Operacional	38	66	165	11	19	**299**
Técnico	0	6	22	2	2	**32**
Total	**127**	**158**	**532**	**31**	**64**	**912**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/07/2021	
	Sudeste	Total
Administrativo	36	36
Total	**36**	**36**

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Administrativo	35	35
Total	**35**	**35**

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Administrativo	13	13
Total	**13**	**13**

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Administrativo	9	9
Total	**9**	**9**

(c) índice de rotatividade

31/07/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
2,22%	3,41%	2,88%	1,64%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2021, até julho houve um aumento de 194 colaboradores no quadro, num total de 16,9%.

Em 2020, não houve aumento de colaboradores em relação da 2019.

Em 2019, houve um aumento de 36 colaboradores no quadro, num total de 3,95%.

Em 2018, houve um aumento de 311 colaboradores à mais no quadro, num total de 34,10%. O acréscimo se deu principalmente com a aquisição da empresa Borgato e expansão da Vamos na região Sudeste.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos, tendo como norte a meritocracia. O salário dos empregados da Companhia é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de sindicatos de classe com os quais a Companhia mantém relacionamento, bem como é alinhado com os salários pagos por outras companhias do setor. A remuneração é composta por salário base e bônus (dependendo do cargo), baseado em um múltiplo de zero a, no máximo, onze salários, podendo variar de acordo com o desempenho.

(b) política de benefícios

A Companhia tem como política promover o bem-estar de seus empregados. Entre os benefícios oferecidos aos seus empregados estão: cesta básica, convênio com faculdades, convênio farmácia, subsídio parcial a plano odontológico e convênio médico, vale-refeição/vale-alimentação, vale-transporte e plano de participação nos lucros.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

As características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores já estão descritas no item 13.4 deste formulário de referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Na data da apresentação deste Formulário, os empregados da Companhia são representados por 35 sindicatos ligados às atividades logísticas e correlacionadas.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com os seus empregados e com os sindicatos que os representam e, em função disso, a Companhia informa que nos últimos 3 exercícios sociais, não teve paralisações, mesmo que pontuais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
SIMPAR S.A.					
07.415.333/0001-20	Brasileira	Não	Sim	13/08/2021	
Não					
702.674.040	71,920%	0	0,000%	702.674.040	71,920%
OUTROS					
266.313.930	27,260%	0	0,000%	266.313.930	27,260%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 13/08/2021					
8.000.000	0,820%	0	0,000%	8.000.000	0,820%
TOTAL					
976.987.970	100,000%	0	0,000%	976.987.970	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
SIMPAR S.A.				**07.415.333/0001-20**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
6.059.364	2,934	0	0,000	6.059.364	2,934
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileiro-SP	Não	Não	03/08/2021	
Não					
13.308.219	6,444	0	0,000	13.308.219	6,444
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JSP Holding S.A.					
32.392.209/0001-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/08/2020	
Não					
114.451.301	55,419	0	0,000	114.451.301	55,419
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
72.701.502	35,203	0	0,000	72.701.502	35,203

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20	
TOTAL					
206.520.386	100,000	0	0,000	206.520.386	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JSP Holding S.A.				**32.392.209/0001-34**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileiro-SP	Sim	Sim	05/08/2020	
Não					
148.917.116	52,000	0	0,000	148.917.116	52,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Julio Eduardo Simões					
524.947.648-15	Brasileira-SP	Sim	Não	05/08/2020	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasileira-SP	Sim	Não	05/08/2020	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JSP Holding S.A.				**32.392.209/0001-34**	
Marita Simões					
076.697.098-12	Brasileira-SP	Sim	Não	05/08/2020	
Não					
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Solange Maria Simões Reis					
906.438.528-91	Brasileira-SP	Sim	Não	05/08/2020	
Não					
34.365.488	12,000	0	0,000	34.365.488	12,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
286.379.070	100,000	0	0,000	286.379.070	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	13/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	74

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	266.313.930	27,260%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	266.313.930	27,260%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

Notas: (1) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Conselheiros e Ações em Tesouraria; (2) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Conselheiros, Ações em Tesouraria e JSP Holding; (3) Corresponde às ações em tesouraria.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Como resultado da reorganização societária do Grupo Simpar descrita no item 6.3 deste Formulário de Referência, em 5 de agosto de 2020, foi aprovada, pelos acionistas da JSL e da Simpar reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações de emissão da JSL pela Simpar, sua acionista controladora, passando a JSL à condição de subsidiária integral da Simpar ("Incorporação de Ações").

Imediatamente após a Incorporação de Ações, houve a cisão parcial da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar, de forma que a Simpar passou a ser a holding do Grupo Simpar, passando a controlar diretamente as empresas anteriormente controladas pela JSL, inclusive a Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

a) evento	**Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.**
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de agosto de 2016, a incorporação, pela Companhia, dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$15.330.882,02. Em razão da incorporação, houve um aumento do capital social da Companhia o qual passou de R$43.360.467,00 para R$58.691.349,00, dividido em 58.691.349 quotas, aumento que corresponde ao valor da parcela incorporada pela Companhia, desprezado apenas o valor de R$0,02 para garantir a indivisibilidade das quotas.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	**Incorporação da J.P. Tecnolimp S.A.**
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 30 de setembro de 2016, a incorporação da J.P. Tecnolimp S.A., cujo patrimônio líquido avaliado nos termos de laudo de avaliação somava, em 30 de junho de 2016, o valor total de R$1.600.000,00. Como consequência da incorporação, houve aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R$86.226.824,00 para R$87.826.824,00, dividido em 87.826.824 quotas. A Tecnolimp foi constituída para o propósito específico de explorar a área objeto de arrendamento contratado com a CODESP em decorrência e com fundamento na concorrência n° 22/97. A Companhia e a Tecnolimp eram controladas pela JSL S.A. e com o fim do arrendamento, não havia mais finalidade para a atividade da Tecnolimp, sendo que ainda permaneceram sob a titularidade da Tecnolimp ativos operacionais que a JSL Pesados tinha interesse em utilizar em suas atividades. Com a incorporação, houve a extinção da Tecnolimp que não tinha mais razão para ser mantida ativa. A Companhia tornou-se a titular dos ativos da Tecnolimp, inclusive os operacionais que ela passou a utilizar em suas atividades.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e J.P. Tecnolimp S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da Tecnolimp, tal sociedade foi extinta e sua outra acionista – a Simpar S.A. - foi reembolsada segundo o valor patrimonial de sua participação na Tecnolimp.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.

15.7 - Principais Operações Societárias

f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da Incorporação: Depois da Incorporação:

a) evento	**Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição de totalidade da participação societária detida pela JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda.**
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de outubro de 2017, a incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$154.989.109,77. Em razão da incorporação da parcela cindida, houve um aumento de capital social no valor de R$154.989.109,77. Ainda, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição da totalidade da participação societária detida pela acionista JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda., no valor de R$ 64.147.116,42. Em razão das aprovações mencionadas acima, o capital social da Companhia passou de R$ 145.219.156,00 para R$ 364.355.382,19 dividido em 261.198.478 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	**Aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A. (atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.), na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A (atualmente denominada Vamos Seminovos S.A.).**
b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A., atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A., atualmente denominada Vamos Seminovos S.A. A operação foi implementada mediante (i) a aquisição direta de 32.350.982 ações de emissão da Borgato Máquinas S.A., 10.033.349 ações de emissão da Borgato Serviços Agrícola S.A. e 7.344.886 ações de emissão da Borgato Caminhões S.A., e (ii) a incorporação, pela Companhia, das ações remanescentes de emissão da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. devidamente avaliadas nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$ 88.138.225,36, conforme aprovada pelos acionistas da Companhia em 22 de dezembro de 2017.

15.7 - Principais Operações Societárias

	Em razão da incorporação de ações, houve um aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R$447.558.156,83 para R$565.696.382,19, dividido em 354.860.333 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição direta e incorporação de ações, a Companhia passou a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão das empresas Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. Em consequência da incorporação de ações, os acionistas de tais sociedades cujas ações foram incorporadas receberam ações emitidas pela Companhia em decorrência da incorporação. Ademais, a acionista da Companhia Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda. cedeu a totalidade de suas ações da Companhia para a acionista JSL S.A.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

	Depois da operação:

a) evento	**Transferência das ações da Companhia de titularidade de Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato para ECBC Participação Ltda., bem como a incorporação da ECBC Participação Ltda. pela JSL S.A.**
b) principais condições do negócio	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato transferiram, em 29 de agosto de 2018, as ações da Companhia de sua titularidade para a ECBC Participação Ltda. Posteriormente, em 22 de outubro de 2018, a JSL S.A. aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da ECBC Participação Ltda., com a consequente extinção da ECBC Participação Ltda. e aquisição de seu patrimônio líquido pela JSL S.A.
c) sociedades envolvidas	ECBC Participação Ltda. e JSL S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato deixaram de integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da incorporação da ECBC Participação Ltda. em Assembleia Geral Extraordinária da JSL S.A.

15.7 - Principais Operações Societárias

f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação: Depois da operação:

a) evento	**Transferência de uma ação da Companhia de titularidade da JSL S.A. para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.**
b) principais condições do negócio	A JSL S.A. transferiu, em 28 de outubro de 2018, uma ação da Companhia de sua titularidade para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
c) sociedades envolvidas	JSL S.A. e JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A JSL Empreendimentos Imobiliários S.A. passou a integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.7 - Principais Operações Societárias

f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação: Depois da operação:

a) evento	**Cisão Parcial da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**
b) principais condições do negócio	A operação consiste na cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira") para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda. ("JSLF1") – sendo que referida participação societária consiste em 78.709.999 (setenta e oito milhões, setecentos e nove mil, novecentas e noventa e nove) quotas, cada uma com valor nominal de R$1,00 (um real), representativas do capital social da Holding Financeira ("Parcela Cindida")
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; JSLF1 Participações Ltda. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Parcela Cindida foi destinada à formação e integralização do capital social da JSLF1, que terá o valor de R$82.879.000 – desprezados, portanto, apenas os centavos do valor da Parcela Cindida – dividido em 80.899.140 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real cada), atribuídas à JSL, em contrapartida às 42.852.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de sua titularidade, que serão canceladas. Com a cisão, a Holding Financeira passou a ser de titularidade da JSLF1 – que, após a Operação, passou a ser controlada diretamente pela JSL, ficando segregadas as atividades financeiras do conglomerado.

15.7 - Principais Operações Societárias

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018 e cumprimento das regras societárias aplicáveis.
f) quadro societário antes e depois da operação	**<u>Antes da operação</u>:**

15.7 - Principais Operações Societárias

Depois da operação:

a) evento	**Constituição da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.**
b) principais condições do negócio	A operação consiste na constituição da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. pela Vamos Seminovos S.A. e pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., em 29 de outubro de 2019, sendo que a Vamos Seminovos S.A. detém 1 quota e a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. detém 4.999.999 quotas.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. e Vamos Seminovos S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Entrada da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. na estrutura societária.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por meio do Contrato de Constituição e cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.7 - Principais Operações Societárias

f) quadro societário antes e depois da operação

Antes da operação:

Depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	**Aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.**
b) principais condições do negócio	A Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., subsidiária integral da Companhia, adquiriu, em 18 de março de 2021, a totalidade das quotas da Aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. A implementação da operação está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes, incluindo sua submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.
c) sociedades envolvidas	Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. e Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. passou a integrar o organograma societário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação: Depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	**Aquisição da BMB Mode Center S.A. e da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable pela Vamos Seminovos S.A.**
b) principais condições do negócio	A Vamos Seminovos S.A., subsidiária integral da Companhia, celebrou, em 22 de junho de 2021, contrato visando a aquisição de 70% da BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") e de 70% da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("BMB México"), conjuntamente ("BMB"). A Vamos Seminovos S.A. terá o direito de adquirir, e os atuais sócios da BMB Brasil e da BMB México terão o direito de vender, a partir do 3º ano, a participação remanescente do capital da BMB.
c) sociedades envolvidas	BMB Mode Center S.A., da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable e Vamos Seminovos S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A BMB Brasil e a BMB México passaram a integrar o organograma societário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação: Depois da operação:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial e computadores onde o documento pode ser consultado

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de janeiro de 2020, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor supere o menor dos seguintes valores: (i) R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou (ii) 1% (um por cento) do ativo total da Companhia envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, deverá ser previamente aprovada pelos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, excluídas eventuais partes relacionadas envolvidas. O valor do ativo total deve ser apurado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia. As demais operações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas somente pela Diretoria da Companhia.

O comitê de auditoria da Companhia tem como função descrita no seu Regimento Interno avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações. Nesse sentido, caso a Companhia tenha celebrado uma transação com parte relacionada que também tenha comitê de auditoria, deverão ser observadas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1. Caso 2 (dois) ou mais membros do comitê de auditoria da Companhia façam parte do comitê de auditoria da parte relacionada, esses membros estarão impedidos de avaliar a transação e tal análise deverá ser realizada integralmente pela auditoria interna. Nesta hipótese, o Comitê de Auditoria terá unicamente a função de enviar a avaliação realizada pela auditoria interna à Diretoria ou ao Conselho de Administração, conforme o caso.

- Hipótese 2. Caso 1 (um) membro do Comitê de Auditoria da Companhia faça parte do comitê de auditoria da parte relacionada, esse membro estará impedido de avaliar a transação e tal análise deverá ser realizada pelos demais membros do Comitê de Auditoria da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Todavia, caso não haja consenso dos demais membros do Comitê de Auditoria da Companhia, tal análise deverá ser realizada pela auditoria interna.

- Hipótese 3. Caso nenhum dos membros do comitê de auditoria da Companhia faça parte do comitê de auditoria, deverão ser observados os procedimentos descritos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/; bem como fisicamente na sede social da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta

O Código de Conduta da Companhia, aprovada a emissão em 24 de janeiro de 2020 e aprovada sua alteração em 15 de janeiro de 2021, ambas em Reunião do Conselho de Administração, prevê que não serão aceitas quaisquer atividades e/ou situações que impliquem em ameaça à integridade dos valores, princípios e missões assumidos pela Companhia ou que possam levantar suspeitas sobre o exercício íntegro das atividades das empresas do grupo.

Sobre relações de negócios com partes interessadas, dispõe que:

- Não é permitido solicitar, sugerir ou receber vantagens de qualquer espécie, utilizando o nome da Companhia, o cargo ou a função para a obtenção de benefícios para si ou para outrem;
- Não é permitido o recebimento de comissão ou vantagens de qualquer natureza de clientes e qualquer terceiro que mantenha relação com a Companhia;
- Não é permitido atuar na contratação de fornecedor ou prestador de serviços com quem tenha vínculo de parentesco e com aqueles que tenha mantido relação de emprego nos últimos 6 meses;
- Não é permitida a utilização de qualquer informação privilegiada para favorecer negócios de qualquer natureza, em benefício próprio ou de terceiros;

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à área de conformidade, a existência de relacionamento profissional, de parentesco ou amoroso com fornecedores, prestadores de serviços, agentes públicos, clientes ou concorrentes da Companhia; e
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à Área de Conformidade a sua participação societária, independente do grau, do objeto (incluindo agregados), em empresa que seja contratada para fornecer ou prestar serviços à Companhia, e concorrentes sendo que referida comunicação deverá se dar no momento do processo de compra, sob pena de nulidade com a consequente resilição do contrato firmado sem qualquer ônus para a Companhia.

Acordo Comercial

A Companhia e a Simpar celebraram Acordo Comercial e Outras Avenças ("Acordo") para regular os procedimentos relacionados à adesão das partes às compras de ativos negociadas pela outra parte junto a terceiros ("Fornecedor"), bem como a venda de ativos usados da Companhia para a Simpar.

Nos termos e conforme procedimento previsto no Acordo, a parte que pretender realizar uma compra de ativos novos junto a determinado Fornecedor poderá, a seu exclusivo critério, notificar previamente a outra parte, que poderá aderir à compra, observadas as mesmas condições de compra para todas as partes.

Adicionalmente, a Simpar poderá adquirir da Companhia, ou vice-versa, observadas as condições previstas no Acordo, ativos utilizados pela Companhia sem seu segmento de locação.

O preço mínimo de venda ou compra dos ativos objeto do Acordo deverá corresponder ao preço médio de mercado, praticado pela Companhia nos sessenta dias anteriores ao recebimento da Intenção de Venda ou, alternativamente, mediante referência de mercado, respeita da Política de Transações com Partes Relacionadas.

As aquisições ou vendas de ativos estipuladas no Acordo poderão ser realizadas diretamente pela própria Simpar ou por meio de quaisquer de suas Controladas.

O Acordo prevê ainda uma cláusula de não concorrência entre as partes, de acordo com a qual a Companhia se obriga a não exercer atividades que tiverem como principal escopo a locação de caminhões, máquinas e equipamentos com adição de condutor, a locação de veículos ao setor público, com ou sem condutor, e, ainda, a locação de veículos leves de longo prazo (acima de doze meses) com adição de condutor e/ou que tenha oficinas e operações dedicadas e exclusivas.

O contrato possui prazo de vigência de 10 anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário com trinta dias de antecedência ao término do Acordo.

Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa

A Companhia e a Simpar celebraram o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa ("Contrato") para regular o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados ("Estrutura Administrativa") para o atendimento e retaguarda de necessidades comuns relacionadas às atividades de ambas não consideradas atividades fim ("Atividades Compartilhadas").

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

As Atividades Compartilhadas compreendem atividades relacionadas às áreas de gestão de ativos, controladoria, diretoria, jurídico, recursos humanos, serviços, suprimentos e tecnologia da informação, conforme identificadas no Anexo I ao Contrato, o qual poderá ser aditado de tempos em tempo para alterar o escopo das Atividades Compartilhadas ou os critérios de rateio dos custos.

O total de custos relacionados às Atividades Compartilhadas serão alocados às partes com base em custos reais e pro rata à utilização dos serviços por cada parte. Tais custos não deverão exceder, no agregado para cada uma das partes, o valor correspondente a 1% de sua receita líquida, salvo mediante aprovação por maioria de votos dos membros independentes dos Conselhos de Administração da parte respectiva.

O Contrato possui prazo de vigência de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	01/01/2018	22.000,00	22.000,00	22.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolsos de despesas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados entre as empresas correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL S.A.	01/01/2018	158.907.853,00	62.000,00	158.907.853,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Contratação de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na compra de caminhões, máquinas e equipamentos e também na contratação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da empresa relacionada JSL para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, o montante envolvido são os valores totais movimentados no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2018	74.000,00	74.000,00	74.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolso de serviços prestados						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Tal transação consiste em reembolsos decorrentes de serviços administrativos prestados pela parte relacionada CS Brasil. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Participações S.A.	01/01/2018	22.727.901,00		22.727.901,00		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de máquinas e equipamentos e Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação de máquinas e equipamentos e na venda de veículos utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da Companhia para a Movida Participações, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dez						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Movida Participações S.A.	01/01/2018	26.717.484,00	74.000,00	26.717.484,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Contratação de serviços de locação de veículos e Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na compra de veículos e também na contratação de locação de veículos da empresa relacionada Movida Participações para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Participações S.A.	01/01/2018	48.000,00	48.000,00	48.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolso de despesas de serviços prestados						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste no reembolso relativo a prestação de serviços administrativos da empresa relacionada Movida Participações. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada reembolso possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes ao serviços prestados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Locações S.A.	01/01/2018	3.904.085,00	90.000,00	3.904.085,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na contratação de serviços de locação de veículos de propriedade da Movida pela Companhia e na compra de veículos da Movida Locações para utilização no serviço de locação da Companhia. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Locações S.A.	01/01/2018	92.000,00	92.000,00	92.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolso de despesas						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Original Veículos Ltda.	01/01/2018	249.148,00	3.000,00	249.148,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na compra de veículos de propriedade da Original Veículos para utilização no serviço de locação da Companhia. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Original Veículos Ltda.	01/01/2018	835.029,00	4.000,00	835.029,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Locação e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação e na venda de veículos utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da Companhia para a Original Veículos, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2018	8.664.000,00	8.664.000,00	8.664.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Serviços financeiros de controle de garantias de clientes						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na prestação de serviços financeiros de controle de garantia de clientes que são depositados em Letras de Arrendamento Mercantil (LAM) na empresa relacionada BBC Leasing. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BBC Leasing S.A. Arrendamento (anteriormente JSL Arrendamento Mercantil S.A.)	01/01/2018	50.122.598,00	1.047.000,00	50.122.598,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Venda de máquinas, implementos e veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na venda de máquinas, implementos e veículos de propriedade da Companhia para a BBC Leasing, para que seja realizado o arrendamento para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ponto Veículos Ltda.	01/01/2018	498.717,00		498.717,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação de máquinas e equipamentos e na venda de veículos utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da Companhia para a Ponto Veículos, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ponto Veículos Ltda.	01/01/2020	91.316,00		91.316,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação de máquinas e equipamentos e na venda de veículos utilizados para o serviço de locação, todos bens de propriedade da Companhia para a Ponto Veículos, para que seja realizada a locação/venda, conforme o caso, para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação/venda possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Quick	01/01/2018	6.448,00		6.448,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Provisão de obrigações trabalhistas.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Esta transação se refere às provisões de obrigações trabalhistas (como por exemplo férias e 13° salário) pela Companhia de funcionários que foram transferidos para a Quick. Informamos acima os valores envolvidos na transação.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Quick	01/01/2018	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolso de despesas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o os reembolsos possuem um valor variável, visto que cada despesa possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Quick	01/01/2018	246,00		246,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolso de despesas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que o os reembolsos possuem um valor variável, visto que cada despesa possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Família Borgato	22/12/2018	6.436.406,00	9.187.000,00	6.436.406,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controladora						
Objeto contrato	Recompra de ações da Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Recompra de ações da Companhia que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato. Informamos acima os valores envolvidos na transação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Família Borgato	22/12/2018	39.000,00	39.000,00	39.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista não controlador da empresa controladora						
Objeto contrato	Recompra de ações da Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas com a Família Borgato.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/11/2018	95.000,00		95.000,00	Até 16/01/2035	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada do controlador final						
Objeto contrato	Locação de imóveis						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contratos de locação dos imóveis da controlada Transrio, especificamente das filiais de Pavuna/RJ, Eldorado/RS e Pelotas/RS, e Vamos Locação relativo a sede administrativa da Companhia, em Mogi das Cruzes/SP e a operação da Companhia no intermodal de Itaquaquecetuba/SP. Os valores informados como montante envolvido foram considerados a totalidade do contrato, com vencimento até jan/2035, sendo Pavuna/RJ: R$14.245mil, Eldorado/RS: R9.525mil e Pelotas/RS: R$2.578mi , com base na nova norma do CPC 06(R2) - IFRS/16						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil Frotas Ltda.	01/01/2020	7.384.744,00	32.000,00	7.384.744,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia para a parte relacionada CS Brasil Frotas, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios de 2020 e 2019.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MOGI MOB TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.	01/01/2020	2.315.644,00	60.000,00	2.315.644,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia para a parte relacionada CS Brasil Frotas, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31/12/20.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Madre Seguros	01/01/2020	101.476,00	1.000,00	101.476,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste nas comissões de vendas da Madre com a empresa Vamos Máquinas no período findo de 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fadel Transportes	01/01/2020	77.814,00	33.000,00	77.814,00	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em notas fiscais de vendas da Fadel com as concessionárias do grupo no período findo de 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Avante	01/01/2021	0,00	1.000,00		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlada do controlador final						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste nas emissões de notas fiscais relativo a venda de peças da empresa Avante com a empresa Vamos Locação no período findo de 30 de junho de 2021.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SIMPAR S.A.	05/08/2020	184.015.486,00	21.000,00	184.015.486,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Reembolso do centro de serviços administrativos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolso de despesas relativo aos gastos compartilhados da estrutura administrativa e BackOffice (controladoria, recursos humanos, auditoria interna, controles internos, etc,) da Simpar, nova controladora do grupo a partir de 01 de setembro de 2020 Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, o montante envolvido são os valores totais no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31/12/20						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
JSL S.A.	01/01/2018	515.000,00	515.000,00	515.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolso de despesas do centro de serviços administrativos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolso de despesas relativo aos gastos compartilhados da estrutura administrativa e BackOffice (controladoria, recursos humanos, auditoria interna, controles internos etc.,) da JSL, na qual era a holding até 31 de agosto de 2020 Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, o montante envolvido são os valores totais movimentados no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
JSL S.A.	01/01/2018	34.000,00	34.000,00	34.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Adiantamento recebido pela venda de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em adiantamento recebido pela venda de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia para a parte relacionada JSL S.A., a fim de atender aos clientes da JSL. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido o valor correspondente ao adiantamento em aberto em 30/06/21						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2018	106.696.649,00	4.602.000,00	106.696.649,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia para a parte relacionada CS Brasil, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais movimentados correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2018	51.000,00	51.000,00	51.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Reembolsos de despesas.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste em reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados entre as empresas correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	01/01/2018	97.523.073,00	5.000,00	97.523.073,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Contratação de locação e compra de caminhões, máquinas e equipamentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A presente transação consiste na locação de máquinas e equipamentos de propriedade da parte relacionada CS Brasil pela Companhia e na compra de veículos de propriedade da CS Brasil para utilização no serviço de locação da Companhia. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada locação e venda possuem um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores totais movimentados correspondentes no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
JSL S.A.	01/01/2018	175.868.315,00	1.324.000,00	175.868.315,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela mesma controladora						
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	A transação consiste na locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia para a parte relacionada JSL S.A., a fim de atender aos clientes da JSL, também na atividade de locação. Considerando que os contratos de locação possuem valor variável, visto que cada locação possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para fins das transações com partes relacionadas apontadas no item 16.2 acima do Formulário de Referência, foram adotadas as práticas exigidas pela legislação para fins de tratamento de conflitos de interesse. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva entre seus administradores e colaboradores elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades, objetivando continuamente a valorização da Companhia e de suas ações, a proteção de seus investidores, empregados, acionistas e clientes, a igualdade no tratamento dos acionistas e a transparência das informações ao mercado.

A Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas só poderão ser aprovadas caso sejam entendidas como equitativas, comutativas e realizadas no melhor interesse da Companhia.

Vale destacar que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que forem estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) – ou, quando de prazo indeterminado, garantem à Companhia o direito de rescindi-los a seu exclusivo critério, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável).

Ainda, conforme descrito no item 16.1 acima, foi aprovada pelo Conselho de Administração Política de Transações com Partes Relacionadas, em 24 de janeiro de 2020, de modo que as transações com partes relacionadas celebradas a partir de tal data irão observar os procedimentos nela dispostos.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

No que tange as operações descritas no item 16.2 acima, vale separá-las em cinco categorias para demonstração do caráter comutativo, quais sejam: (i) compra, venda e locação de máquinas, veículos e equipamentos; (ii) reembolso por serviços administrativos prestados; (iii) provisões de obrigações trabalhistas; (iv) locação de imóveis; e (v) contratação de apólice de seguros.

Em relação às transações do item (i) acima, a Companhia esclarece que foram todas realizadas nos mesmos termos e condições observados em transações com contrapartes não relacionadas, tendo sido seguidas as políticas de preços usualmente adotadas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando, a consultas à tabela FIPE. Tal informação pode ser observada analisando contratos firmados com contrapartes não relacionadas.

Já o que se refere aos itens (ii) e (iii) acima, a Companhia recebeu os valores exatos referentes aos serviços administrativos prestados em favor das partes relacionadas – item (ii) – e transferiu os

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

valores de obrigações trabalhistas devidamente calculados – item (iii). Considerando que ambas se tratam de operações usuais na condução de negócios do Grupo, não há que se falar em comutatividade de tais transações.

A locação de imóveis do item (iv) foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2020. Vale apontar, ainda, que foram elaborados laudos de avaliação pela Cushman & Wakefield, empresa especializada em avaliação imobiliária com reputação internacional, a respeito dos valores dos aluguéis dos imóveis objeto dos novos contratos de locação, atestando sua comutatividade.

Por fim, no que se refere ao item (v), a Companhia informa que as condições da apólice de seguro contratada são equivalente àquelas oferecidas por outras empresas do mercado. A decisão pela contratação da Madre Seguros se deu após realização de pesquisas no mercado para verificação dos valores oferecidos em apólices iguais à contratada pela Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
13/08/2021	632.951.035,79		976.987.970	0	976.987.970
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
13/08/2021	632.951.035,79		976.987.970	0	976.987.970
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
13/08/2021	632.951.035,79		976.987.970	0	976.987.970
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
13/08/2021	0,00		4.000.000.000	0	4.000.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/01/2021	Reunião do Conselho de Administração	27/01/2021	150.000.000,00	Subscrição pública	34.215.328	0	34.215.328	0,31067000	26,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço da emissão foi determinado por meio do procedimento de bookbuilding realizado no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia

Forma de integralização Subscrição e integralização das ações ordinárias objeto da oferta pública inicial de ações.

23/09/2021	Reunião do Conselho de Administração	23/09/2021	1.098.532.167,50	Subscrição pública	65.584.010	0	0	1,73594000	16,75	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço da emissão foi determinado por meio do procedimento de bookbuilding realizado no âmbito da oferta pública subsequente de ações da Companhia

Forma de integralização Subscrição e integralização das ações ordinárias objeto da oferta pública subsequente de ações.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
08/04/2019	290.453.495	0	290.453.495	96.817.831	0	96.817.831
Desdobramento						
05/03/2020	96.817.831	0	96.817.831	96.817.831	0	193.635.662
Desdobramento						
13/08/2021	227.850.990	0	227.850.990	911.403.960	0	911.403.960

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2018	31/12/2018	80.899.140,25	42.852.943	0	42.852.943	12,81700000	0,00

Forma de restituição Não houve restituição aos acionistas.

Razão para redução Cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 08 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 21.553.895 ações (em tesouraria) de emissão da Companhia, passando o capital social a ser composto por 290.453.495 ações. Nesta mesma data, foi aprovado o grupamento das ações (na proporção de 3:1) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 96.817.831 ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 5 de março de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações (na proporção de 1:2) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 193.635.662 ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações (na proporção de 1:4) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 911.403.960 ordinárias.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	100,000000%
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 12, “k” do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possuía ações em negociação no mercado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em até duas s
Data de emissão	20/08/2019
Data de vencimento	20/08/2026
Quantidade (Unidades)	800.000
Valor total (Reais)	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	805.900.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição pública seguirá o procedimento e os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476. Para tanto, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos na ICVM 539/2013.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, (i) a partir de 20 de agosto de 2022 as Debêntures da Primeira Série; e (ii) a partir de 20 de agosto de 2024 as Debêntures da Segunda Série. O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da(s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	A 2ª emissão de Debêntures, no total de R$ 800 milhões, é de espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem garantia ou preferência, em até 2 séries, sendo o vencimento da 1ª Série em 20 de agosto de 2024 e o vencimento da 2ª Série em 20 de agosto de 2026, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com emissão em 20 de agosto de 2019. Tal operação compreende a emissão de 800.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$1.000,00. As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 1,80% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 2 parcelas, sendo a primeira parcela (50,0000%) paga em 20 de agosto de 2023 e a segunda parcela paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 20 de agosto de 2024, a segunda parcela paga (50,0000%) em 20 de agosto de 2025 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério realizar a amortização extraordinária limitada a 98% do Valor Nominal Unitário. O valor a ser pago em relação às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária será o percentual do Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da respectiva Remuneração e de prêmio de resgate correspondente a 0,40%. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ªPrimeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures da respectiva Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série e/ou Debenturistas da 2ª Série, assegurada a igualdade de condições a todos os referidos Debenturistas
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em até três s
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/06/2031
Quantidade (Unidades)	1.000.000
Valor total (Reais)	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2026 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, a partir de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2027 (inclusive). O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da(s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano.
Características dos valores mobiliários de dívida	A 3ª emissão de Debêntures, no total de R$ 1 bilhão, é de espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem garantia ou preferência, em até 2 séries, sendo o vencimento da 1ª Série em 15 de junho de 2029, o vencimento da 2ª Série em 15 de junho de 2031 e o vencimento da 3ª Série em 15 de junho de 2031, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com emissão em 15 de junho de 2021. Tal operação compreende a emissão de 1.000.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$1.000,00. As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,40% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,75% ao ano. As Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2027, a segunda parcela (50,0000%) paga em 15 de junho de 2028 e a terceira parcela (100,0000%) na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederão de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries
Data de emissão	15/05/2022
Data de vencimento	14/05/2037
Quantidade (Unidades)	600.000
Valor total (Reais)	600.000.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipótese de resgate e cálculo do valor de resgate: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 15 de maio de 2027, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de qualquer uma das séries, ou de ambas as séries, com o consequente cancelamento das Debêntures que venham a ser resgatadas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago à Debenturista será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures que tiverem aderido à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado acrescido (a) da Remuneração aplicável sobre as Debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido à Debenturista, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo; e (c) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures a serem resgatas, se houver.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures representam a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Companhia. O valor total da Emissão será de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"). O montante a ser alocado na 1ª (primeira) série de Debêntures (“Primeira Série”) e na 2ª (segunda) série de Debêntures (“Segunda Série”, e, em conjunto com a Primeira Série, “Séries” ou, individual e indistintamente, “Série”), serão definidos em Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido), após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	190	21

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As debêntures da 2ª emissão e da 3ª emissão são admitidas à negociação na B3, Brasil, Bolsa, Balcão.

Ainda, as ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código VAMO3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Segunda Emissão de Debêntures

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de agosto de 2019 autorizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$800.000.000,00, com valor nominal unitário de R$1.000,00. A primeira série tem vencimento em 20 de agosto de 2024 e a segunda série tem vencimento em 20 de agosto de 2026.

Oferta Pública Inicial de Ações

Em 18 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão no Brasil, nos termos da Instrução CVM 476, incluindo esforços de colocação das ações no exterior. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2021, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$150.000.000,00. Em razão do aumento, o capital social da Companhia passou de R$482.817.035,79 para R$632.817.035,79, mediante a emissão de 34.215.328 ações ordinárias, cada uma no valor de R$26,00, passando o capital social da Companhia de 193.635.662 ações ordinárias para 227.850.990 ações ordinárias.

Terceira Emissão de Debêntures

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de junho de 2021 autorizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com quirografária, em até três séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$1.000.000.000,00, com valor nominal unitário de R$1.000,00. Ainda, a Debêntures da Primeira Série tem vencimento em 15 de junho de 2029 e tanto as Debêntures da Segunda Série quanto as Debêntures da Terceira Série vencem em 15 de junho de 2031.

Oferta Pública Subsequente de Ações (follow-on)

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de setembro de 2021 autorizou a realização de uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão no Brasil, nos termos da Instrução CVM 476, incluindo esforços de colocação das ações no exterior. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2021, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$1.098.532.167,50. Em razão do aumento, o capital social da Companhia passou de R$632.817.035,79 para R$632.951.035,79, com a destinação de R$1.098.398.167,50 para a conta de reserva de capital, mediante a emissão de 65.584.010 ações ordinárias, cada uma no valor de R$16,75, passando o capital social da Companhia de 911.403.960 ações ordinárias para 976.987.970 ações ordinárias.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Segunda Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados para reforço de liquidez, alongamento no perfil de dívida da Companhia (inclusive por meio de quitações de dívidas) e gestão de caixa para financiar a renovação e expansão da frota de veículos, na gestão ordinária de seus negócios.

Oferta Pública Inicial de Ações

Os recursos obtidos pela Companhia por meio de sua oferta pública inicial de ações foram destinados para o financiamento da frota para atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Oferta Pública Subsequente de Ações (follow-on)

Os recursos obtidos pela Companhia por meio de sua oferta pública subsequente foram destinados para crescimento orgânico com aquisição de caminhões e máquinas.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Segunda Emissão de Debêntures, Oferta Pública Inicial de Ações e Oferta Pública Subsequente de Ações

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Segunda Emissão de Debêntures, Oferta Pública Inicial de Ações e Oferta Pública Subsequente de Ações

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Em 12 de março de 2019, a VERT Companhia Securitizadora divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), os quais são lastreados pelas debêntures da 1ª emissão da Companhia, descritas no item 18.5 acima ("Debêntures"). Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 21ª emissão da VERT Companhia Securitizadora
Data de emissão	15/02/2019
Data de vencimento	15/02/2024
Quantidade (Unidades)	300.000
Valor nominal global (Reais)	R$ 300.000.000,00
Saldo devedor em aberto (30/06)	R$ 178.045.113,99
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Haverá o resgate antecipado obrigatório dos CRA na ocorrência (i) da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.26 da Escritura de Emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"); (ii) do resgate antecipado obrigatório das Debêntures, caso não haja acordo em relação à taxa substitutiva, conforme previsto na Cláusula 6.14.6 da Escritura de Emissão; (iii) do resgate antecipado facultativo das Debêntures na hipótese prevista na Cláusula 6.16 da Escritura de Emissão; ou (iv) do resgate antecipado das Debêntures em razão da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.17 da Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou desde a data de pagamento da remuneração dos CRA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R$98.036.000, os quais serviram de lastro para a 23ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2 série da 23ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	15/11/2019
Data de vencimento	CRA da Primeira Série: 18/11/2024 CRA da Segunda Série: 16/11/2026
Quantidade (Unidades)	220.000
Valor nominal global (Reais)	R$220.000.000,00
Saldo devedor em aberto (30/06)	R$208.173.267,63
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 7,60% ao ano (1ª série) e de 8,00% ao ano (2ª série), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Em 12 de junho de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R$500.000.000, os quais serviram de lastro para a 54ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 54ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	12/06/2020
Data de vencimento	15/06/2027

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Quantidade (Unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	R$ 500.000.000,00
Saldo devedor em aberto (30/06)	R$517.884.622,70
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de IPCA + 5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Em 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R$400.000.000, os quais serviram de lastro para a 81ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 81ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	23/11/2020
Data de vencimento	18/11/2030
Quantidade (Unidades)	400.000
Valor nominal global (Reais)	R$413.176.488,97
Saldo devedor em aberto (30/06)	N/A
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

Em 22 de junho de 2021, a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. protocolou o pedido de registro da emissão da 1° e 2° séries da 93ª (nonagésima terceira) emissão de CRA, os quais são lastreados em direitos creditórios do agronegócio a serem emitidas pela Companhia. A oferta pública contempla inicialmente a emissão de CRA, cujo valor poderá totalizar até R$1.060.000.000,00 (um bilhão e sessenta milhões de reais). A realização da Oferta depende de condições de mercado e do atendimento de exigências formuladas pela CVM para a posterior concessão do registro da Oferta pela CVM. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia submeteu pedido de interrupção de prazo de análise deste processo de registro.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria nos últimos três exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**30/10/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O propósito da "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"). A Política de Negociação foi aprovada em 30 de outubro de 2018 e alterada em 24 de janeiro de 2020.
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante" e digitar "Vamos" no campo disponível; (ii) da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra, CEP08.745-900, Mogi das Cruzes, SP.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Vamos até que ela a divulgue na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Vamos, sociedades controladas/coligas/sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso, apenas nas datas em que a Vamos anuncie que negociará com valores mobiliários de sua emissão; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Vamos. Após Divulgação de Ato/Fato Relevante Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Vamos/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI. Período Anterior à Divulgação de ITR,DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Vamos O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Vamos. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Vamos suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante. Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Vamos/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções da CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra, CEP 08.745-900, Mogi das Cruzes, SP.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 30 de outubro de 2018, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@vamos.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@vamos.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item.